PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

Prefeito Municipal

ALEXANDRE LUNELLI

Vice-prefeito Municipal

ANTONIO AURINO MARTINS

Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Cultura e Desporto

GIOVANE PAULO LUNELLI

Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Mineração e Turismo

JOÃO ZELI MENDES MACHADO

Secretaria Municipal de Transportes e Manutenção

LAUDEIRE ALENCASTRO DOS SANTOS

Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

GERCICLEIA DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Saúde

NOEDSON CARVALHO PEREIRA

Secretaria Municipal de Educação

MARINETE DA PENHA MARDEGAN

Grupo Gestor do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo

Joncley Pereira da Silva
Miriam Raquel Pedroni
Marcelo Neves da Cruz
Jurandir Pinto Gomes

Grupo Consultivo do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo

Giovane Paulo Lunelli
Francisco da Silva Lima
Geslane Bonizoli Nogueira
Maria José Biancardi

ENGEVIX ENGENHARIA S/A

Direção

José Antunes Sobrinho

Direção Geral

Santo Bertin Neto

Coordenação Geral

Marcos Funes Neto

Coordenação Técnica

Josué de Carvalho Macedo

Equipe Técnica

Ana Paula Soares Machado Gulias
Iloé Listo Azevedo
José Armando Silva de Oliveira
Kleber Carrera Ramos
Luiz Alberto Cordeiro
Maria de Lourdes Prado Ferreira Teixeira
Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro

Apoio

Luiz Augusto da Silveira Dutra

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BRASIL NOVO - 2011

ENGEVIX

APRESENTAÇÃO

A iminente implantação da UHE Belo Monte, no Rio Xingu, deverá trazer profundas e significativas mudanças para a região em que se insere o Município de Brasil Novo que, juntamente com Altamira, Anapu, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, são considerados os municípios diretamente afetados por este empreendimento. Uma quantidade expressiva de outros municípios poderá ser indiretamente afetada, mas os cinco mencionados são tidos como os que sofrerão ou se beneficiarão dos maiores impactos.

Os fluxos migratórios esperados para o período de construção da usina, constituídos pelos trabalhadores diretamente envolvidos nas obras e pela população atraída pelo empreendimento, bem como os novos investimentos decorrentes da disponibilidade de energia elétrica em uma região rica em recursos naturais, deverão gerar novos processos de trocas econômicas e maior dinâmica sociocultural nesses municípios e, particularmente, nas suas sedes municipais.

As Administrações Municipais precisam preparar-se para os desafios que lhes serão apresentados, seja no tocante à demanda por novos espaços para edificação de residências e de estabelecimentos das mais diversas atividades econômicas, e por infra-estrutura básica e serviços urbanos eficazes para atender às novas funções que a cidade e o município passarão a desempenhar, seja por processos ágeis e participativos de planejamento e gestão que, com uma visão estratégica, antevejam e proponham soluções adequadas para as novas situações que, por certo, ocorrerão na dinâmica econômica e sociocultural local e regional.

O presente documento técnico apresenta o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo, entendido como o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal e de ordenamento dos espaços urbanos do Município. Em consonância com as determinações do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo deve instaurar e orientar o processo de planejamento e gestão participativa no Município, com vistas à promoção do seu desenvolvimento sustentável. Dele resulta o anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo.

O presente documento está estruturado em três capítulos, correspondentes às três etapas de elaboração do Plano Diretor, todas elas desenvolvidas com a ratificação coletiva por parte da Administração Municipal e de representantes dos diversos segmentos da sociedade, por meio de oficinas de planejamento participativo e de Audiência Pública, realizada em 05/05/2011, que aprovou as propostas registradas neste documento.

O capítulo I - Realidade Atual do Município apresenta uma visão abrangente da situação atual do Município. Analisa os diferentes aspectos da realidade municipal, consideradas suas dimensões físico-territorial, ambiental, econômica, sociocultural, urbanística, habitacional e de infra-estrutura, e a institucional. Examina as vantagens e fragilidades internas, bem como o papel do Município na inserção regional, consideradas as oportunidades e riscos existentes para o seu desenvolvimento, com vistas a explorar estrategicamente as vantagens e oportunidades, minimizando as fragilidades e contornando os eventuais riscos, a fim de garantir um desenvolvimento sustentável para Brasil Novo.

O capítulo II – Visão de Futuro reflete a segunda etapa de elaboração do Plano Diretor, na qual foram discutidas alternativas de desenvolvimento até se chegar a um cenário adotado como a **Visão de Futuro** de consenso dos diferentes atores sociais. Tal visão considera a situação atual, os recursos disponíveis, as condicionantes organizacionais, sociais, políticas e financeiras e o recorte temporal de dez anos.

No **terceiro capítulo** é apresentada a proposta de desenvolvimento sustentável para o Município, mediante a definição do Objetivo Central para o Desenvolvimento Municipal, o estabelecimento de Diretrizes Gerais de Desenvolvimento e a indicação das Estratégias e correspondentes Ações de Desenvolvimento. Define, também, a proposta de Ordenamento Territorial municipal (Macrozoneamento) e urbano (Zoneamento), as áreas de intervenção urbana e controles urbanísticos, visando favorecer o processo de planejamento e a implementação adequada do Plano Diretor. O capítulo III apresenta, ainda, indicações para o Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana, os Instrumentos de Planejamento e Gestão e Estrutura Organizacional, e o Sistema de Informações Municipais, considerados os mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados da implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ii
LISTA DE FIGURAS vi
LISTA DE QUADROS viii
LISTA DE TABELAS viii
I REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO 9
1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO 10
2 LOCALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE 11
3 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS 14
3.1 Aspectos Geofísicos 14
3.1.1 Geologia e Geomorfologia 14
3.1.2 Relevo e Declividade 17
3.1.3 Pedologia e Erodibilidade dos Solos 18
3.2 Recursos Hídricos 20
3.3 Clima 20
3.4 Cobertura Vegetal 21
3.5 Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação 22
3.6 Território Municipal 22
3.6.1 Estrutura Fundiária 22
3.6.2 Utilização da Terra 23
3.6.3 Distritos e Núcleos Urbanos 23
4 ASPECTOS URBANÍSTICOS 24
4.1 Evolução Urbana 24
4.2 Configuração Urbanística 24
4.2.1 Usos e ocupação do solo urbano 26
4.2.2 Cheios e Vazios Urbanos 26
4.2.3 Espaços Públicos e Privados de Uso Público 27

4.2.4 Patrimônio Histórico-Cultural 27
4.3 Estrutura Viária Urbana 28
4.4 Configuração Arquitetônica 32
4.5 Habitação 36
4.6 Infraestrutura Básica e Serviços Urbanos 41
4.6.1 Comunicações 41
4.6.2 Energia Elétrica e Iluminação Pública 41
4.6.3 Saneamento Ambiental 42
4.6.4 Transporte e Mobilidade Urbana 44
5 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS 49
5.1 Dinâmica Populacional 49
5.2 Educação 50
5.3 Saúde 53
5.4 Cultura, Esporte e Lazer 54
5.5 Justiça e Segurança Pública 54
6 ASPECTOS ECONÔMICOS 55
6.1 Agricultura e Pecuária 55
6.2 Indústria, Comércio e Serviços 58
6.3 Turismo 58
7 ASPECTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS 61
7.1 Estrutura da Gestão Municipal 61
7.2 Finanças Municipais 62
7.3 Terceiro Setor 65
8 ASPECTOS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO 66
9 VISÃO DE FUTURO 70
10 PROPOSTA 76
10.1 OBJETIVO CENTRAL PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 76
10.2 DIRETRIZES GERAIS DE DESENVOLVIMENTO 76

10.3 ESTRATÉGIAS E AÇÕES 78
10.4 Ordenamento Territorial 91
10.4.1 Macrozoneamento Municipal 91
10.4.2 Cidade Desejada 93
10.4.3 Sistema Viário 98
10.4.4 Diretrizes para o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano 98
10.4.5 Projetos Estruturantes 99
11 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL E URBANA 100
11.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana 100
11.2 Estrutura Organizacional 102
11.3 Mecanismos de Monitoramento e Avaliação 105
12 PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL 106

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 Localização do Município de Brasil Novo 12
Figura 2.2 Acesso rodoviário a Brasil Novo 13
Figura 3.1.1.1 Unidades Geológicas e Litológicas de Brasil Novo 15
Figura 3.1.1.2 Geomorfologia do município de Brasil Novo 16
Figura 3.1.2.1 Tipos de Relevo existente no município de Brasil Novo 17
Figura 3.1.3.1 Mapa dos níveis de vulnerabilidade à processos erosivos da região de inserção do município de Brasil Novo 19
Figura 3.3.1 Médias anuais da precipitação pluviométrica na região 20
Figura 3.3.2 Médias anuais da temperatura na região 21
Figura 3.4.1 Vegetação de Brasil Novo 22
Figura 4.1.1 Brasil Novo – evolução urbana e áreas de expansão 24
Figura 4.2.1 Área Central e Praça Geraldo Barbosa 25
Figura 4.2.2 Escola na Rodovia Transamazônica 25
Figura 4.2.2.1 Loteamentos com baixa ocupação 26
Figura 4.2.2.2 Loteamentos com baixa ocupação 27
Figura 4.3.1 Transamazônica no trecho urbano. 28
Figura 4.3.2 Via urbana pavimentada com blokret. 29
Figura 4.3.3 Avenida Castelo Branco. 29
Figura 4.3.4 Rua asfaltada no centro urbano 30

Figura 4.3.5 Rua asfaltada no centro urbano. 30
Figura 4.3.6 Rua pavimentada com blokret. 31
Figura 4.3.7 Avenida Castelo Branco– prefeitura. 31
Figura 4.3.8 Av. Castelo Branco - arborização. 32
Figura 4.4.1 Residência em Madeira. 32
Figura 4.4.2 Residências em alvenaria. 33
Figura 4.4.3 Uso misto de comércio e habitação. 33
Figura 4.4.4 Uso misto de comércio e habitação. 34
Figura 4.4.5 Construções geminadas térreas - uso misto. 34
Figura 4.4.6 Praça da Feira. 35
Figura 4.4.7 Ocupação urbana no centro. 35
Figura 4.4.8 Ocupação em área de expansão 36
Figura 4.5.1 Tipos habitacionais mais comuns. 36
Figura 4.5.2 Área de expansão a sudoeste, em implantação. 37
Figura 4.5.3 Estrutura Urbana 38
Figura 4.5.4 Uso do Solo 39
Figura 4.5.5 Vazios Urbanos 40
Figura 4.6.1.1 Antena Parabólica 41
Figura 4.6.2.1 Rede de Energia Elétrica e Serviço de Pavimentação. 41
Figura 4.6.2.2 Iluminação da Av. Castelo Branco, em frente à Prefeitura Municipal, com luminárias especiais 42
Figura 4.6.2.3 Iluminação Pública das ruas 42
Figura 4.6.3.1 Rede de distribuição de água ao nível do chão 43
Figura 4.6.3.2 Calha para escoamento de águas pluviais 43
Figura 4.6.3.3 Lixeiras públicas 44
Figura 4.6.4.1 Frota de Veículos no município de Brasil Novo 45
Figura 4.6.1 Rede de Água Potável 46
Figura 4.6.2 Energia e Drenagem Pluvial 47
Figura 4.6.3 Pavimentação das Vias Urbanas 48
Figura 6.3.1 Rio Xingu 59
Figura 6.3.2 Vista do Rio Xingu 59
Figura 6.3.3 Cachoeira Planaltina 60
Figura 6.3.4 Rappel na Cachoeira Planaltina 60
Figura 6.3.5 Caverna Planaltina 60
Figura 7.1.1 Prefeitura Municipal 61
Figura 7.1.2 Prefeitura Municipal 61
Figura 7.1.3 Secretaria Municipal de Saúde 61
Figura 7.1.4 Secretaria Municipal de Educação 62
Figura 9.1 Pólos de desenvolvimento regional 71
Figura 10.4.1.1 Macrozoneamento 92
Figura 10.4.2.1 Hierarquia das Vias Urbanas 95

Figura 10.4.2.2 Proposta do Perímetro Urbano 96
Figura 10.4.2.3 Projetos Estruturantes 97
Figura 11.1.1 Fluxograma do Processo de Planejamento Municipal 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.6.3.1 Agrovilas de Brasil Novo 23
Quadro 5.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano por área geográfica 50
Quadro 6.1.1 Lavoura permanente – 2009 56
Quadro 6.1.2 Lavoura temporária – 2009 57
Quadro 6.1.3 Extração Vegetal e Silvicultura – 2008 58
Quadro 7.2.1 Receitas e Despesas Orçamentárias – 2006-2008 63
Quadro 7.2.2 Receitas estimadas para o período 2010-2013 63

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.6.4.1 Frota municipal de veículos – 2009 44
Tabela 5.1.1 População Residente 49
Tabela 5.2.1 Distribuição das escolas por dependência administrativa e localização 51
Tabela 5.2.2 Número de matrículas iniciais segundo tipo de ensino por dependência administrativa 2007 a 2010 52
Tabela 5.2.3 IDEB das Escolas Municipais para a 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano 53

I REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO

1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Brasil Novo surgiu como um dos assentamentos para a colonização da Amazônia, promovidos pelo Programa de Integração Nacional - PIN, instituído no ano de 1970 e implantado, a partir de 1971, pelo Governo Federal.

Esse programa incluía a construção de Agrovilas e Agrópolis. As primeiras eram compostas por conjunto de lotes urbanos, com igual número de casas, em um espaço de 100 ha, destinadas aos colonos assentados no local, os quais receberiam também lotes rurais para desenvolver suas atividades econômicas. As Agrópolis foram propostas como núcleos de serviços urbanos de apoio a um conjunto de Agrovilas.

Brasil Novo foi criada em 1971, no km 46 do trecho Altamira-Itaituba da rodovia BR 230 - Transamazônica, pertencente ao PIC-ALTAMIRA (Projeto Integrado de Colonização), com 48 (quarenta e oito) casas e o nome de Agrovila - km 46. No ano seguinte, passou a Agrópolis, centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo com a finalidade de apoiar a integração social dos colonos.

A fertilidade do solo permitiu o desenvolvimento do setor agrícola em Brasil Novo e a localização geográfica estratégica, como ponto de passagem de caminhões e ônibus, atraiu a instalação de estabelecimentos de comércio e serviços, levando ao crescimento demográfico da Agrópolis.

Em 1988 iniciou-se um movimento pela criação do Município de Brasil Novo, que levou a um plebiscito em favor da emancipação, realizado a 28 de abril de 1991.

No dia 13 de dezembro de 1991, por meio da Lei Estadual nº 5.692, foi criado o Município, com área desmembrada dos municípios de Medicilândia, Altamira e Porto de Móz, tendo a sede na Agrópolis Brasil Novo, elevada à categoria de cidade com a mesma denominação. A instalação do Município, que não conta com Distritos, deu-se em 01 de janeiro de 1993.

Com área de 6.363 km², Brasil Novo registrou, em 2010, uma população de 17.960 habitantes, de acordo com os primeiros resultados do Censo Demográfico do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o que equivale a uma densidade populacional de 2,82 hab/km². É um município claramente rural, pois apenas 38,5% dos seus moradores vivem nas áreas urbanas.

2 LOCALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE

O Município situa-se na mesorregião de Altamira, no sudoeste do Estado, às margens da Rodovia BR-230 - Transamazônica que o corta no sentido Leste-Oeste, entre os km 40 e 70, no trecho Altamira – Itaituba. A sede municipal está localizada no km 46, ocupando ambas as margens da rodovia, na latitude 03º18'17" S e longitude 53º32'08" W, a 0m de altitude em relação ao nível médio do mar e a 842 km de Belém, capital do Estado do Pará (Figura 2.1).

Brasil Novo limita-se ao Norte com o município de Porto de Móz; ao Sul e a Leste com Altamira; e a Oeste com o município de Medicilândia.

A Transamazônica (Fig. 2.2) é a única via de acesso rodoviário a Brasil Novo. O Município possui cerca de 2.500 km de estradas vicinais. Há uma pista de pouso não pavimentada, ao lado da Transamazônica, com aproximadamente 1km de extensão, provisória e usada apenas por aeronaves de pequeno porte.

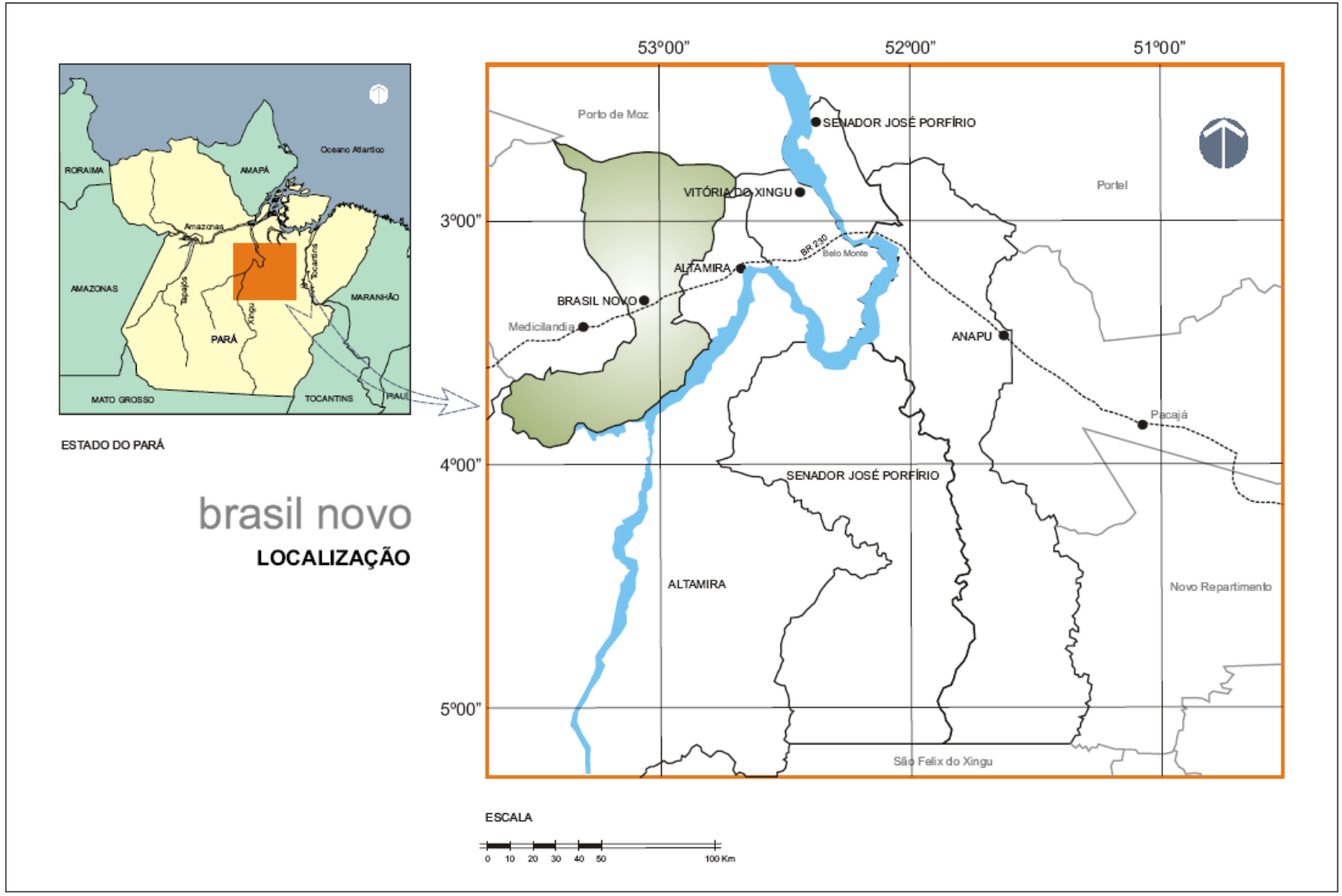
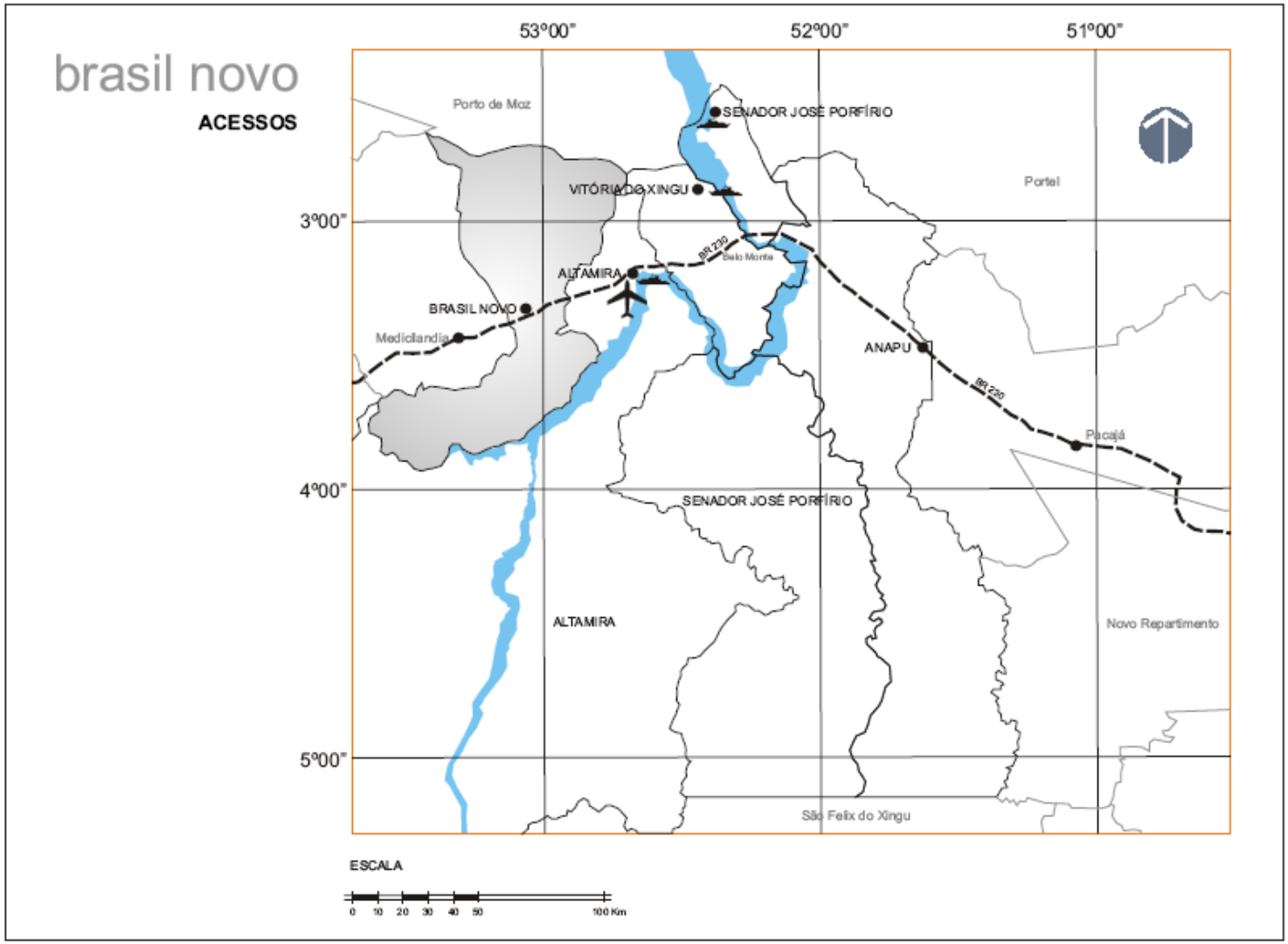


Figura 2.1
Localização do Município de Brasil Novo



Fonte: DNIT – Mapas rodoviários, em www.dnit.gov.br, acesso em 14/01/2011

Figura 2.2
Acesso rodoviário a Brasil Novo

3 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

3.1 Aspectos Geofísicos

3.1.1 Geologia e Geomorfologia

Na área do município de Brasil Novo as unidades geológicas identificadas caracterizam-se por apresentarem as seguintes litologias:

- concentradas na porção sul do município, margeando o rio Xingu e seu principal afluente – o rio Iriri, onde ocorrem extensões descontinuas relativamente pequenas do Complexo Bacajá (Aba) constituídas por granodioritos e tonalitos.

- no flanco setentrional da serra de Urubuquara, uma área proporcionalmente diminuta do Grupo Curuá (Dcu) delimitada pelo rio Jurauçu, a oeste e pelo igarapé do Cearense, a leste, expõem siltitos, folhelhos e um arenito de coloração esbranquiçada.

- os siltitos micáceos e piritosos intercalados por arenitos constituem pequena extensão da Formação Ererê (De) situada na serra de Urubuquara.

- no flanco sul da serra de Urubuquara uma extensão contínua e relativamente pequena da Formação Maecuru (Dm) encerra arenitos silicificados.

- rochas magmáticas intrusivas básicas como diabásio, gabro e basalto, componentes da unidade geológica Diabásio Penatecaua (JKp), ocorrem em áreas descontinuas e pequenas situadas no contraforte da serra de Urubuquara, ao sul e a oeste da cidade de Brasil Novo.

- numa extensão significativa situada por toda a porção norte e central do município de Brasil Novo aparecem arenitos, siltitos e argilitos que são rochas de coloração avermelhada pertencentes a Formação Alter do Chão (Kac), que formam terrenos de superfície cascalhenta.

- granitos rosados pertencentes a unidade João Jorge (PPjj) ocorrem em uma extensão contínua que se estende pela porção municipal sul entre a serra de Urubuquara e os rios Xingu e Iriri.

- a partir do limite municipal oeste, desde a serra de Urubuquara e estendendo-se até as proximidades das zonas marginais dos rios Xingu e Iriri ocorrem uma variedade de rochas que formam unidade geológica Granodiorito Anapu (PPa), dentre as quais destacam-se granitos, quartzo, granodioritos e tonalitos

- uma estreita faixa situada no flanco sul da serra Urubuquara somada a duas ocorrências pontuais localizadas no limite ocidental do município são formadas por intercalações de arenitos, siltitos e folhelhos pertencentes ao Grupo Trombetas (St).

- os sedimentos argilo-arenosos caoliníticos de coloração amarelada que representam a Cobertura Detrito-Laterítica (TPdl) formam uma faixa estreita e contínua justamente na linha limite ao norte do município e por ares esparsas proporcionalmente de pouca extensão localizadas entre o rio Juruaçu e a zona limítrofe com o município de Altamira.

- areias, cascalhos, silte e argilas que constituem os Aluviões Holocênicos (QHa) foram mapeados em estreitas áreas situadas nas margens do rio Juruaçu, igarapé do Cearense e rio Iriri.

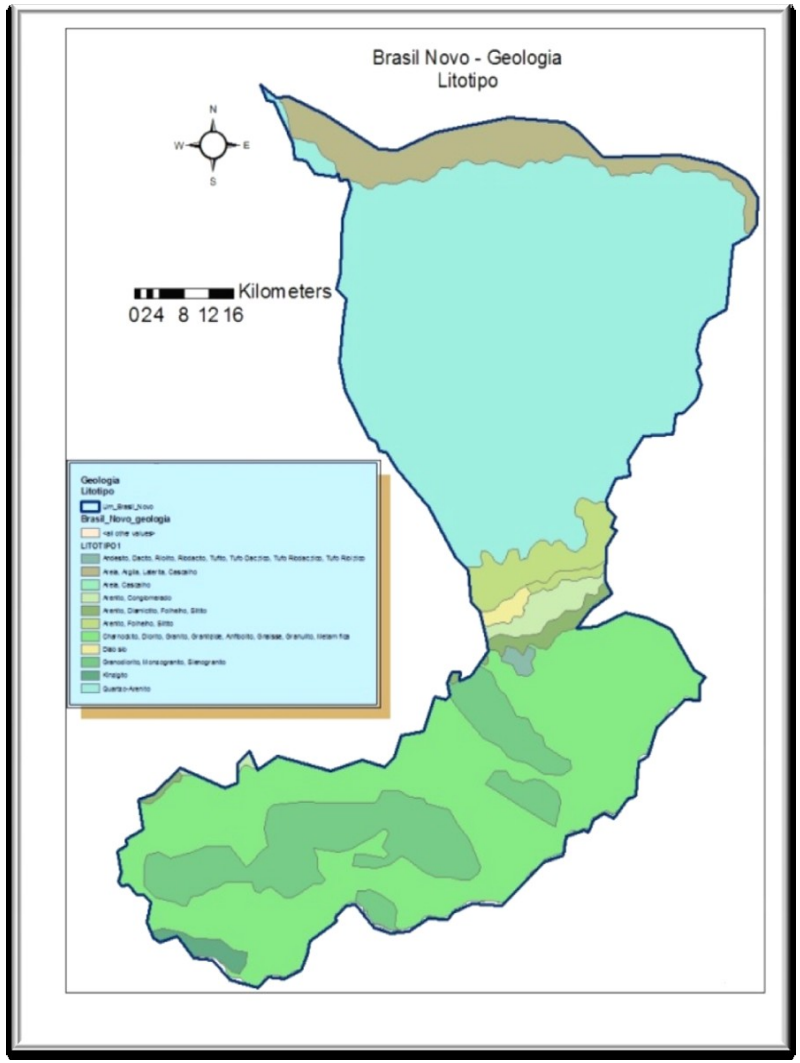


Figura 3.1.1.1
Unidades Geológicas e Litológicas de Brasil Novo

Devem ser considerados os depósitos quaternários de areia, cascalho e argila, de aplicação direta na construção civil desde que existam condições para explotação. Excetuando-se o potencial para bauxita apresentado pela Formação Alter do Chão, as demais unidades componentes do contexto geológico no município de Brasil Novo não apresentam, até o momento, qualquer favorabilidade para extração mineral.

O município de Brasil Novo está inserido no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Florestadas Equatoriais. Os Domínios Morfoestruturais organizam a causa de fatos geomorfológicos derivados de processos geológicos regionais retratados em entidades geotectônicas de grande a média expressão espacial e tempo geológico definido. Na área diagnosticada estes domínios encontram-se representadas pelas Bacias e Coberturas Sedimentares Farenozóicas, ao norte e parte da porção central do município; Cratón Neoproterozóico (Embasamento) na porção central e ao sul e, no extremo sul pequena área formada por Depósitos Sedimentares Quaternários. Observar imagem da geomorfologia do município de Brasil Novo, na Figura 3.1.1.2. Dessas representações resultam arranjos regionais de relevos com estruturas e litologias que guardam relações de causa entre si e cujas características encontram-se descritas com detalhes no item relacionado à Geomorfologia Regional

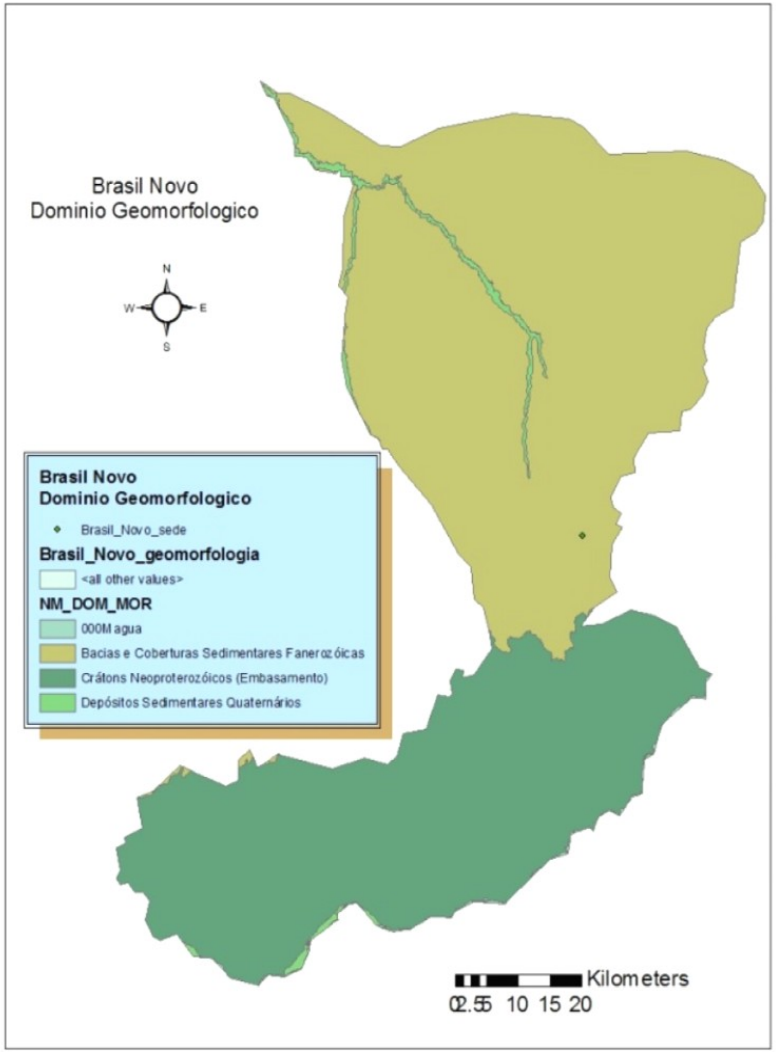


Figura 3.1.1.2
Geomorfologia do município de Brasil Novo

3.1.2 Relevo e Declividade

Na área do município de Brasil Novo foram mapeadas as seguintes tipos de relevo:

- **Planícies e terraços fluviais (Aptf)** ocorrem em maior expressão margeando o rio Jarauçu e seus principais afluentes. Algumas pequenas áreas foram mapeadas na margem direita do rio Iriri, na porção sul do município.

- **Formas de topo colinoso (Dc)** mapeadas a partir das nascentes do rio Jarauçu desde a latitude de 03º15' S até a margem esquerda do rio Iriri na porção sul do município. Os índices de dissecação (01, 02, 41, 42 e 52) revelam uma densidade de drenagem que é muito fina ou está ausente, e aprofundamento das incisões fraco e muito fraco.

- **Formas de topo tabular (Dt)** praticamente ocupam a maior parte do território municipal e apresentam índice de dissecação variável (11,12, 21, 31, 32, 41 e 42) com aprofundamento das incisões muito fraco e fraco e densidade da drenagem fina a grosseira.

- **Superfícies de aplainamento parcialmente conservadas (Pgi)** ocorrem somente na porção norte do município, formando uma faixa contínua no limite setentrional e, também, como áreas esparsa acima da latitude de 03º00' S.

- **Superfícies de aplainamento elaboradas pela retomada dos processoa erosivos (Pru)** aparecem como duas pequenas áreas na porção centro-leste do município, próximas a margem esquerda do rio Xingu.

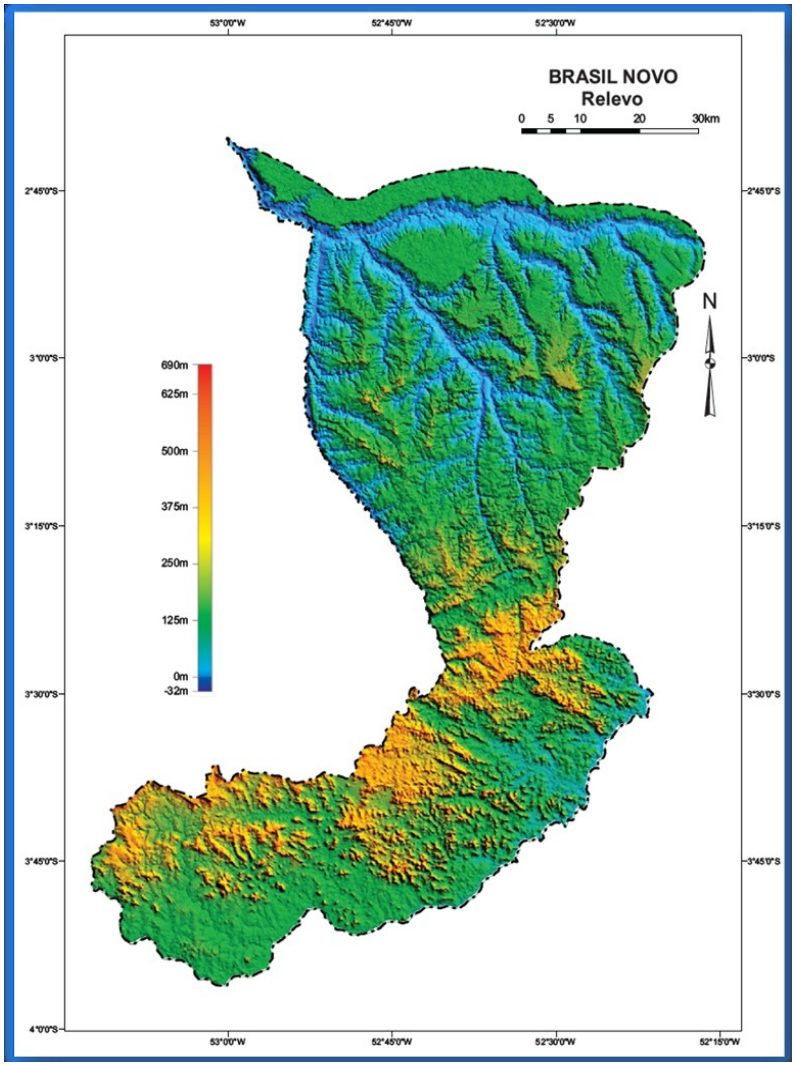


Figura 3.1.2.1
Tipos de Relevo existente no município de Brasil Novo

Em resumo, no município estudado predominam o relevo plano e pouco ondulado na sede do Município, havendo ocorrências de regiões serranas ao sul, registrando-se a Serra Grande das Araras e do Iriri.

3.1.3 Pedologia e Erodibilidade dos Solos

A distribuição espacial das diferentes unidades de mapeamento identificadas no município de Brasil Novo é a seguinte:

- **Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínicos (PVAa1, 2, 3 e 4)** concentrados na porção sul do município, desde a latitude de 03º20' S até a margem esquerda dos rios Xingu e Iriri.

- **Argissolos Vermelho-Amarelo Distróficos (PVAd2)** ocorrem constituindo uma pequena área situada na margem esquerda do rio Xingu, limite leste na porção central do município.

- **Latossolos Amarelos Alumínicos (LAa1, 3 e 4)** dominantes numa grande extensão territorial que vai desde a latitude de 03º25' S até o limite setentrional do município

- **Neossolos Flúvicos Ta Eutróficos (RUae)** ocorrem nas áreas marginais do rio Jarauçu que se estende desde o extremo norte-oeste até a porção centro-norte municipal.

- **Neossolos Flúvicos Tb Distróficos (RUbd)** presentes na margem esquerda do rio Iriri na faixa limítrofe meridional do município.

- **Nitossolos Háplicos Eutróficos (NXe)** constituem duas áreas muito pequenas, uma situada a leste da cidade de Brasil Novo nas proximidades do rio Jarauçu, e a outra no limite oeste da região central do município.

A espacialização dos diferentes graus de susceptibilidade à erosão identificados no município de Brasil Novo é a seguinte:

- **susceptibilidade à erosão de grau nulo a ligeiro (N/L)** corresponde aos Latossolos Amarelos Alumínicos textura muito argilosa relevo plano e aos Neossolos Flúvicos Ta textura média e arenosa relevo plano, situados na porção norte do município.

- **susceptibilidade à erosão de grau ligeiro (L)** ocorre nas áreas de Latossolos Amarelos Alumínicos moderado textura argilosa relevo ondulado e suave ondulado e ondulado, situados numa grande extensão contínua que se estende do limite setentrional do município até a latitude de 03º25' S. Também, em duas diminutas áreas contituidas por Nitossolos Háplicos textura argilosa relevo ondulado, nas divisas leste e oeste, na porção central.

- **susceptibilidade à erosão de grau ligeiro a moderado (L/M)** é devido a presença de os Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínicos textura argilosa relevo suave ondulado e ondulado e, também, de Neossolos Flúvicos Tb textura média e arenosa relevo plano, todos situados na porção sul do município, a margem esquerda do rio Iriri.

- **susceptibilidade à erosão de grau moderado (M)** está relacionada ao Argissolo Vermelho-Amarelo textura argilosa relevo ondulado e forte ondulado que ocorrem em área contínua na margem esquerda dos rios Xingu e Iriri, justamente na zona da confluência desses dois rios.

- **susceptibilidade à erosão de grau moderado a forte (M/F)** verifica-se na área situada na porção centro-sul do município constituída por Argissolo Vermelho-Amarelo textura média / argilosa relevo ondulado/forte ondulado e suave ondulado/ondulado.

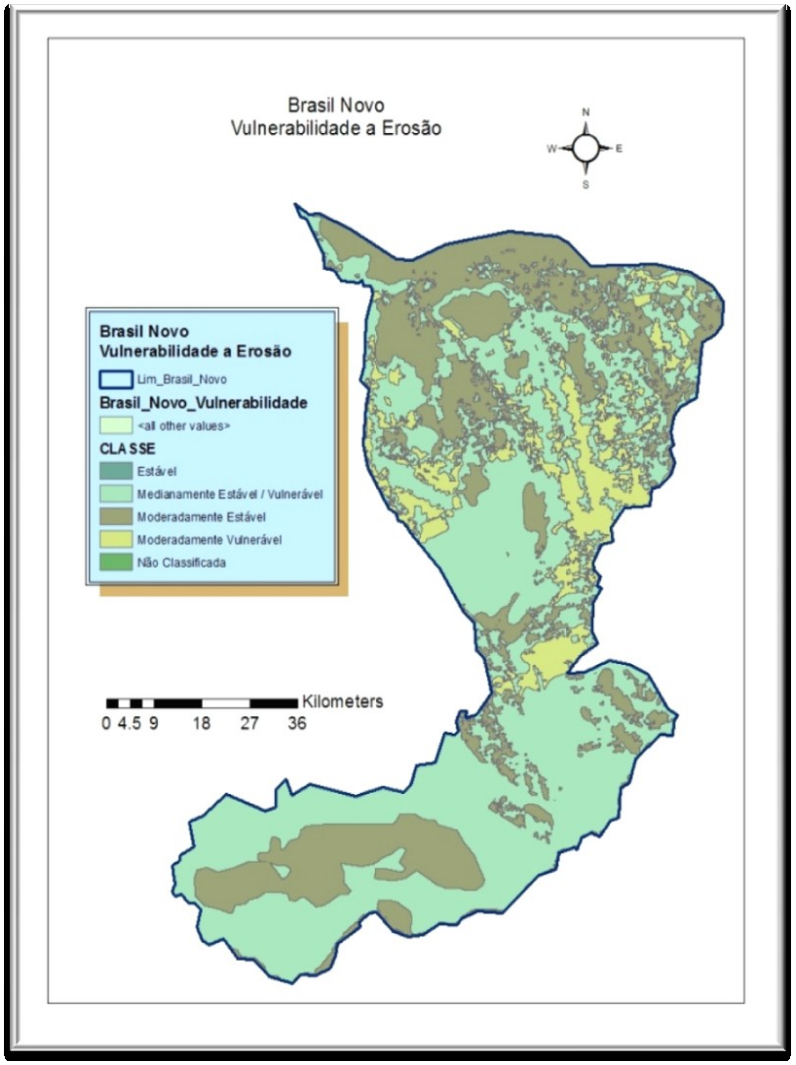


Figura 3.1.3.1
Mapa dos níveis de vulnerabilidade à processos erosivos da região de inserção do município de Brasil Novo

3.2 Recursos Hídricos

A hidrografia predominante é constituída pelo rio Xingu e seus afluentes, o rio Iriri e um conjunto de igarapés com considerável potencial energético, podendo ser destacados os igarapés Belo, Arrependido, Anta e Jurucu, além do Penetecal que separa Brasil Novo de Medicilândia.

Merece destaque o rio Iriri pela sua extensão e importância comercial e turística na região. É afluente da margem esquerda do rio Xingu, possuindo 900 quilômetros de extensão e largura de até 2 (dois) quilômetros.

3.3 Clima

A Classificação Climática da região, segundo os critérios definidos por Köppen, é de clima megatérmico das regiões tropicais e subtropicais, clima de monção – Am e clima megatérmicos das regiões tropicais e subtropicais, clima tropical com estação seca de inverno – Aw.

O clima Am, da classificação de Köppen apresenta temperaturas médias de 26° C, e a precipitação anual gira em torno de 1.680mm. Os meses mais chuvosos vão de dezembro a maio e os menos chuvosos, de maio a novembro. O segundo é a transição para o Aw, que já é o tipo savana, em virtude da extensão municipal. O excedente de água no solo ocorre de fevereiro a abril e, a deficiência, em setembro.

As chuvas predominam no período de fevereiro a abril e o período menos chuvoso estende-se de julho a novembro.

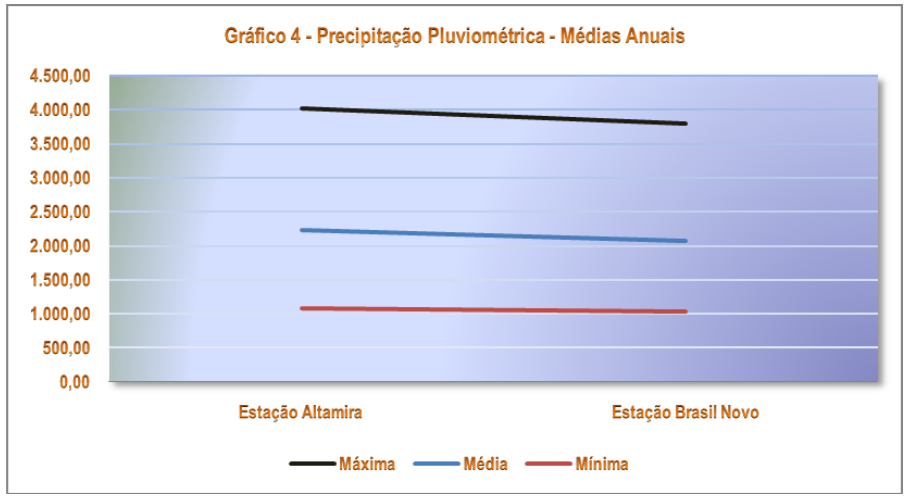


Figura 3.3.1
Médias anuais da precipitação pluviométrica na região

A temperatura média anual na região é de 27,2 °C, valor definido como a média das temperaturas médias anuais dos postos analisados, em Porto de Moz e Altamira, uma vez que não existem postos de observação em Brasil Novo.

A época mais quente é a de seca, na primavera, quando age o sistema Equatorial Atlântico, e a mais fria, a das chuvas, no outono, sob a ação da Convergência Intertropical.

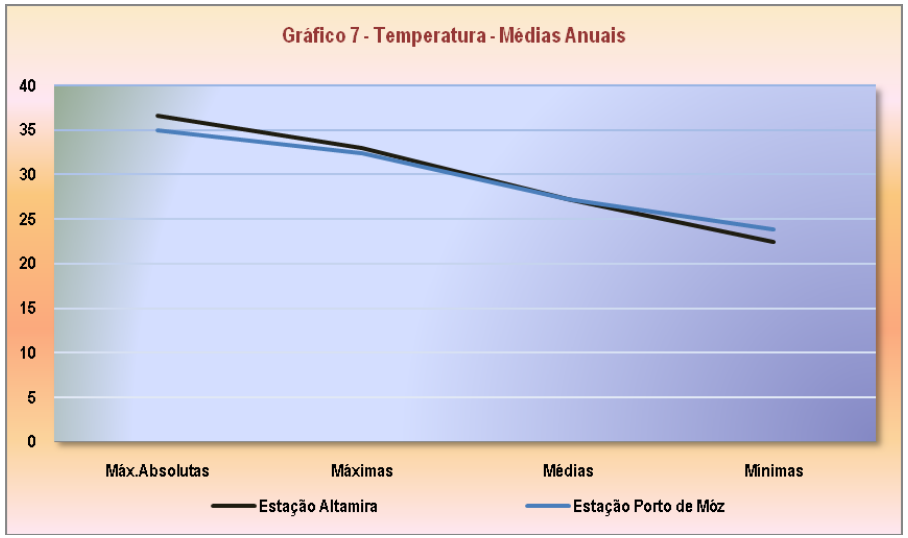


Figura 3.3.2
Médias anuais da temperatura na região

3.4 Cobertura Vegetal

A vegetação é heterogênea, formada por campos, capoeiras e mata secundária, podendo ser destacadas:

Floresta Aberta Latifoliada (cipoal) - Abc: É uma fitofisionomia característica da região, embora esteja dentro da zona onde a paisagem é mais fragmentada pela ação humana. É a tipologia mais impactada por diversos usos da terra como agricultura familiar, pastagens, sendo considerável também o percentual de áreas de capoeiras abandonadas.

Floresta Ombrófila Densa Aluvial – Dbu: Submetidas à inundação durante todo o ano estas florestas ombrófilas aluviais ocorrem, principalmente nas margens do rio Xingu, sendo mais comuns na zona do baixo curso. Nesta fitofisionomia a maior riqueza de espécie foi representada por três famílias: Caesalpiniaceae, Fabaceae e Euphorbiaceae.

Floresta Ombrófilas Aberta Submontana – No município de Brasil Novo esta formação ocorre com cipó e com palmeiras. Estas florestas, com dossel descontínuo, crescem sobre solos antigos, rasos, fortemente intemperizados, com afloramento de rochas e seixo superficial. A topografia é predominantemente ondulada e declivosa (até 40°). A paisagem é dominada por vales e ravinas

Formações Pioneiras com Influência Fluvial e/ou Lacustre – Herbácea sem palmeiras – Associadas aos freqüentes afloramentos rochosos, característicos da calha do rio Xingu e associados ao entorno das florestas aluviais, vegetam plantas herbáceas e arbustivas especializadas, denominadas vegetação dos pedrais, capazes de suportar a dessecação e o aquecimento do substrato no período de estiagem, quando o rio encontra-se baixo, e submersão no período de chuvas, assim como as fortes correntezas do rio.

Vegetação Secundária com e sem Palmeiras Incluiu-se nesta classe temática todos os fragmentos de floresta ombrófila antropizados, de forma parcial ou total, e que se encontram em diversos estágios de regeneração, podendo se apresentar com ou sem palmeiras. A foto da Figura 19 mostra remanescentes florestais com interferência parcial e total – com início de regeneração natural.

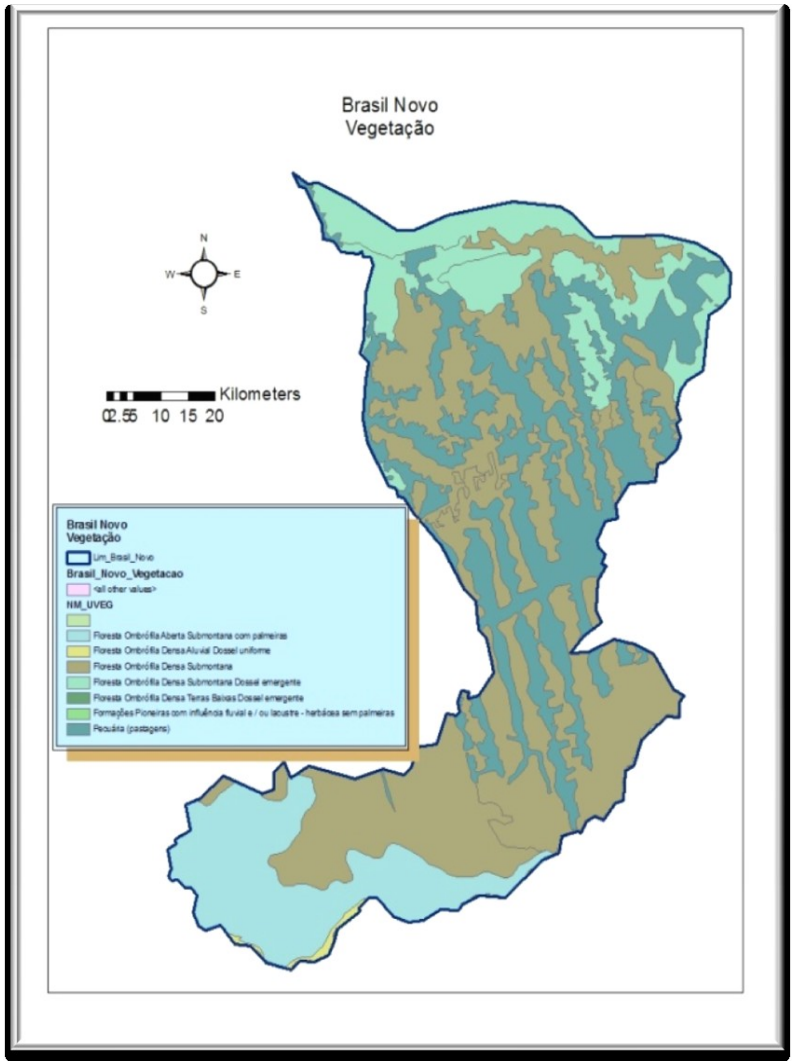


Figura 3.4.1
Vegetação de Brasil Novo

3.5 Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação

Não há Unidades de Conservação em Brasil Novo. As Áreas de Preservação Permanente estão em boa parte degradadas e as reservas legais das propriedades rurais nem sempre foram demarcadas ou respeitadas.

3.6 Território Municipal

O território municipal não é dividido em Distritos e está estruturado em um sistema de estradas vicinais que partem da Transamazônica, a cada 5 km, para os assentamentos rurais, numa malha com a configuração de uma espinha de peixe. Duas agrovilas para apoio aos colonos estão localizadas no entroncamento da rodovia com os travessões que partem dos km 28 e 34.

3.6.1 Estrutura Fundiária

Os módulos agrícolas nos quais os colonos foram assentados têm 100, 500 e 3.000 hectares. Boa parte desses módulos ainda não está com a situação fundiária regularizada, o que dificulta as atividades rurais uma vez que o acesso aos financiamentos fica comprometido porque os agricultores não têm como comprovar serem proprietários dos terrenos onde trabalham.

O processo de regularização das terras rurais e dos imóveis urbanos tem se desenvolvido de forma muito lenta e burocratizada.

3.6.2 Utilização da Terra

As atividades econômicas principais do município de Brasil Novo são a agricultura e a pecuária. Predominam as lavouras de cacau e a agricultura familiar, de subsistência.

3.6.3 Distritos e Núcleos Urbanos

Não há Distritos em Brasil Novo. Existem 11 (onze) agrovilas, distribuídas pelas vicinais ou "travessões" (Quadro 3.6.3.1). O transporte utilizado entre a cidade e as agrovilas é o caminhão, com capota, bancos e proteções laterais.

Quadro 3.6.3.1
Agrovilas de Brasil Novo

VICINAIS SUL	AGROVILAS SUL
	Presidente Café Filho (km 40)
09	**
11	**
13	Areia branca
15	Planaltina
17	Nova Floresta
19	Santos Dumont
21	**
23	**
VICINAIS NORTE	**AGROVILAS NORTE**
	Grande Esperança (km 50)
10	São José
12	Getúlio Vargas
14	**
16	Presidente Kennedy
18	Princesa Izabel
20	Duque de Caxias

Fonte: Prefeitura Municipal de Brasil Novo

4 ASPECTOS URBANÍSTICOS

4.1 Evolução Urbana

A cidade de Brasil Novo nasceu na margem direita da rodovia BR 230 (Rodovia Transamazônica), no sentido Altamira – Itaituba e foi desse lado que ela mais se desenvolveu. Somente nos últimos anos surgiram os primeiros loteamentos na margem esquerda da rodovia, os quais ainda estão pouco ocupados.

A faixa de domínio da rodovia nesse trecho é de aproximadamente 90,00 m e essa faixa constitui uma grande barreira física ao longo de toda a área urbana que, está em expansão para a margem esquerda.

Na Figura 4.1.1, a área destacada corresponde ao núcleo implantado pelo INCRA na década de 1970. As áreas indicadas por 1, 2, 3, 4 e 5, indicam a seqüência do crescimento da cidade e as setas azuis às áreas favoráveis à ocupação.

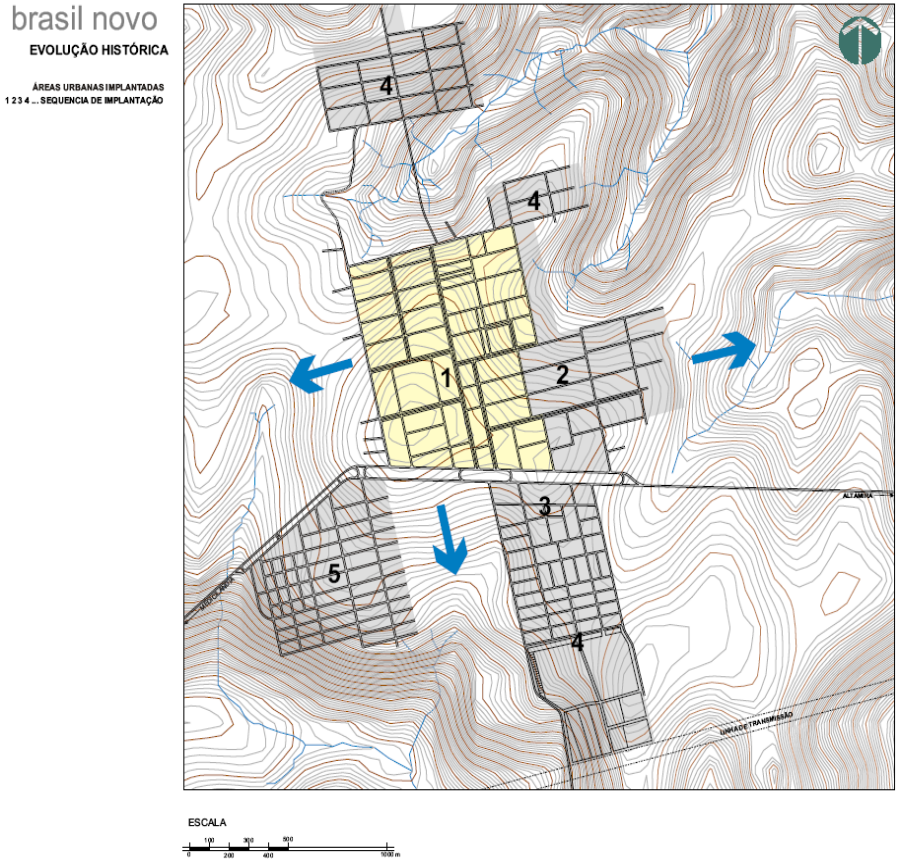


Figura 4.1.1
Brasil Novo – evolução urbana e áreas de expansão

4.2 Configuração Urbanística

Brasil Novo é uma cidade predominantemente residencial, com ocupação de baixa densidade, em edificações térreas, e exerce o papel de centro de apoio para as agrovilas existentes no município.

Ao longo da Avenida Castelo Branco que é perpendicular à rodovia Transamazônica, localizam-se a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, os poucos sobrados da cidade, uma churrascaria e os principais estabelecimentos comerciais, que se estendem até a Rua do Comércio. O comércio fora da parte central da cidade é muito rarefeito, limitando-se a umas poucas mercearias ou bares.

Figura 4.2.1
Área Central e Praça Geraldo Barbosa

O tecido urbano é bem mais extenso na margem direita da rodovia, no sentido Altamira – Itaituba. A maioria dos loteamentos foi implantada pela Prefeitura Municipal, dona das terras da "légua patrimonial". A Cidade Nova, primeiro loteamento na margem esquerda da rodovia foi da iniciativa privada. Na Cidade Alta chacareiros têm parcelado seus terrenos e vendido os lotes. De um modo geral, os lotes medem 10m x 25m.

O espaço urbano é claramente marcado pela praça, pela Avenida Castelo Branco, na qual se localizam a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores e pela Rua do Comércio.

Nas ruas paralelas à rodovia podem ser encontrados alguns hotéis, estabelecimentos de comércio e serviços de apoio ao transporte rodoviário e os dois únicos postos de combustível da cidade.

Figura 4.2.2
Escola na Rodovia Transamazônica

A parte sul da cidade, que começou com alguns armazéns, oficinas e madeireiras, do lado oposto da rodovia, em relação ao núcleo original, transformou-se na principal área de expansão residencial da área urbana.

4.2.1 Usos e ocupação do solo urbano

A cidade é predominantemente residencial. Percebe-se o uso misto nas partes centrais, onde podem ser encontrados sobrados e edifícios de três ou quatro andares, com comércio e serviços no térreo e habitação ou salas comerciais nos demais pisos. O uso misto, com comércio na frente do lote e residência no fundo também ocorre.

A Avenida Castelo Branco e a Rua do Comércio têm uso predominantemente comercial e de serviços. Situam-se aí, também, vários dos órgãos públicos. As vias paralelas à rodovia têm uso comercial e de serviços, enquanto as demais ruas são basicamente residenciais.

4.2.2 Cheios e Vazios Urbanos

No trecho do núcleo inicial, onde a infra-estrutura está mais presente, não há vazios urbanos significativos. A parte central é bem ocupada, com construções erguidas na testada do lote, delimitando o espaço público das ruas. Verificam-se afastamentos laterais pouco generosos, dando uma percepção de continuidade de fachadas.

Nas áreas de expansão, tanto ao norte quanto ao sul, onde os novos loteamentos já ultrapassam a área urbanizada ao norte, os lotes vazios são em grande maioria, o que pode retardar a chegada de melhorias na infra-estrutura. Algumas vias mais próximas da rodovia e da área central contam com iluminação pública.

A grande quantidade de lotes vazios possibilita a absorção de um crescimento populacional razoável sem a necessidade de novos loteamentos.

Figura 4.2.2.1
Loteamentos com baixa ocupação

Figura 4.2.2.2
Loteamentos com baixa ocupação

Os projetos de parcelamento são apresentados à Prefeitura para apreciação, mas como não há leis que regulamentem o parcelamento, eles acabem por serem implantados e ocupados sem a devida aprovação.

4.2.3 Espaços Públicos e Privados de Uso Público

No centro de Brasil Novo, próxima à Prefeitura, Secretarias de Educação e Saúde, Forum, Pavilhão da Feira Livre e Centro de Saúde, encontra-se a Praça Geraldo Barbosa, ajardinada, arborizada e pavimentada, cercada por grande número de estabelecimentos comerciais de especialidades bem variadas e que tornam aquela área viva e movimentada durante todo o dia.

Esta área é o típico espaço central de troca de informações, vivência, encontros, atividades comerciais, de lazer, de estar, com espaços públicos bastante agradáveis. Nesse trecho , ao contrário das áreas de ocupação mais recentes ao sul da rodovia, os equipamentos urbanos, bancos, telefones públicos, placas de sinalização nas praças e calçadas estão conservados e todas as vias são bem iluminadas e pavimentadas.

As avenidas, em toda a área central, são de pista dupla, pavimentadas, possuem canteiros centrais e são iluminadas e arborizadas.

Brasil Novo conta com um Parque de Exposições, espaço usado para uma feira agropecuária, realizada anualmente na primeira quinzena de dezembro, por ocasião dos festejos de comemoração do aniversário da cidade.

4.2.4 Patrimônio Histórico-Cultural

Não há, em Brasil Novo, edifícios ou espaços urbanos tombados. O grande desenvolvimento da sede municipal provocou a quase total substituição das antigas edificações em madeira do núcleo pioneiro por edificações em alvenaria. Os edifícios públicos, sedes das secretarias, escolas, centro de saúde etc. são edificações recentes e, geralmente, bem cuidadas e pintadas em cores vivas.

4.3 Estrutura Viária Urbana

Como já mencionado, a cidade é dividida pela rodovia Transamazônica. No trecho ao norte da rodovia, onde está a área central, o sistema viário é generoso, as vias são largas e distribuídas ortogonalmente em malha regular.

Nesse núcleo inicial, a excessiva largura das vias impressiona e, de certa forma, incentiva o uso das calçadas pelos estabelecimentos comerciais. Em vias, na maioria dos casos, superdimensionadas, as calçadas são ocupadas por mercadorias e invadidas até pela estrutura dos edifícios. Essa situação, aliada à descontinuidade no nivelamento das calçadas, leva os pedestres a caminharem nas faixas de rolamento dos veículos.

Não existe uma hierarquização das vias e várias são as "avenidas" de duas pistas com duas faixas em cada uma, separadas por canteiros centrais, mesmo se não pavimentadas, algumas vezes com extensão de apenas uma ou duas quadras.

No trecho ao sul da rodovia, as vias apresentam faixas de domínio mais modestas, mas ainda assim, de largura confortável, conformando quarteirões retangulares de lotes destinados a habitações unifamiliares.

Excetuando as poucas vias que receberam pavimentação asfáltica na implantação do núcleo inicial, todas as outras vias pavimentadas no centro são em blocos de concreto intertravados. Quando se vai distanciando da área central, a pavimentação desaparece e não existem calçadas. São as edificações que definem o espaço público, a maioria construída na testada do lote, mas apresentando, por vezes, algum recuo frontal.

Infelizmente, na implantação dos estabelecimentos comerciais existentes em toda a área central, não houve preocupação ou ordenamento das calçadas e cotas de soleiras. Assim, até mesmo nas vias planas, as calçadas são descontínuas, em níveis e acabamentos variados, produzindo caminhos desconfortáveis e até perigosos. Nessas vias, são graves os problemas de mobilidade urbana para os pedestres e cadeirantes.

Figura 4.3.1
Transamazônica no trecho urbano.

Figura 4.3.2
Via urbana pavimentada com blokret.

Figura 4.3.3
Avenida Castelo Branco.

Figura 4.3.4
Rua asfaltada no centro urbano

Figura 4.3.5
Rua asfaltada no centro urbano.

Figura 4.3.6
Rua pavimentada com blokret.

Os bairros mais afastados e as novas áreas de ocupação urbana não têm qualquer tipo de pavimentação ou de calçadas.

No centro da cidade as vias de duas pistas são arborizadas nos canteiros centrais. Nas laterais das vias, a arborização conflita com o posteamento, com a iluminação pública e com a estrutura dos edifícios, estendidas para cobrir parcialmente as calçadas.

A grande largura das vias permite um reestudo das faixas de domínio do pedestre e dos veículos de forma a economizar na pavimentação e estabelecer melhores condições de mobilidade e acessibilidade.

Figura 4.3.7
Avenida Castelo Branco– prefeitura.

Figura 4.3.8
Av. Castelo Branco - arborização.

A maior parte da área urbanizada, ao norte e ao sul da rodovia tem se desenvolvido em áreas de topografia suave, quase plana, mas com alguns avanços em áreas de topografia muito acidentada em seus limites. Esses limites são os vales de dois grandes igarapés, que se desenvolvem paralelamente à rodovia ao sul e ao norte.

4.4 Configuração Arquitetônica

As edificações habitacionais mais antigas em Brasil Novo foram feitas em madeira, como nas outras cidades da região. Atualmente, na área central, por renovação, as edificações são praticamente todas, em alvenaria.

Figura 4.4.1
Residência em Madeira.

Figura 4.4.2
Residências em alvenaria.

O mesmo vem ocorrendo nas novas áreas de expansão ao sul, pois atualmente em toda a região a construção em alvenaria tem um custo bem menor que a de madeira. Entretanto, nas áreas periféricas ainda se vêem muitas casas de madeira.

Na área próxima à rodovia e na área central, como forma de adensamento e melhor aproveitamento das vantagens de ocupar áreas mais bem servidas de infra-estrutura, da proximidade dos principais equipamentos públicos e do comércio e serviços mais variados, têm surgido várias edificações, de dois, três e até quatro pavimentos, com a parte térrea destinada ao uso comercial e o pavimento ou pavimentos superiores ocupados por uma ou mais habitações e terraços cobertos, de lazer e serviços.

Figura 4.4.3
Uso misto de comércio e habitação.

Figura 4.4.4
Uso misto de comércio e habitação.

Figura 4.4.5
Construções geminadas térreas - uso misto.

Junto à Praça Geraldo Barbosa, localizada entre a Travessa 28 de Abril e a Rua do Comércio existem conjuntos de edificações geminadas, térreas, com uso comercial aberto para as vias e residencial para as laterais ou fundos dos lotes.

Figura 4.4.6
Praça da Feira.

Tal como o tratamento das ruas, os tipos de edificações são bastante distintos nas diferentes áreas da cidade. Na área central as construções são em alvenaria, com telhado em duas ou quatro águas, de telhas cerâmicas. A maioria das edificações é térrea, mas existem, no centro e nos bairros mais próximos diversos sobrados e edifícios de três ou quatro pisos.

Ao se afastar da parte central, ainda se encontram muitas construções em madeira, térreas, com cobertura de telha cerâmica ou de fibrocimento, em duas águas. Na Cidade Alta e Vitória Régia, bairros mais afastados, entretanto, as construções são bem precárias, pequenas, térreas, em madeira.

Figura 4.4.7
Ocupação urbana no centro.

Figura 4.4.8
Ocupação em área de expansão

4.5 Habitação

São três, os principais tipos das edificações residenciais em Brasil Novo. Residências unifamiliares térreas, residências de fundos que convivem com pequenos estabelecimentos comerciais em edificações mistas térreas e apartamentos sobre estabelecimentos comerciais em sobrados na área central e junto à rodovia.

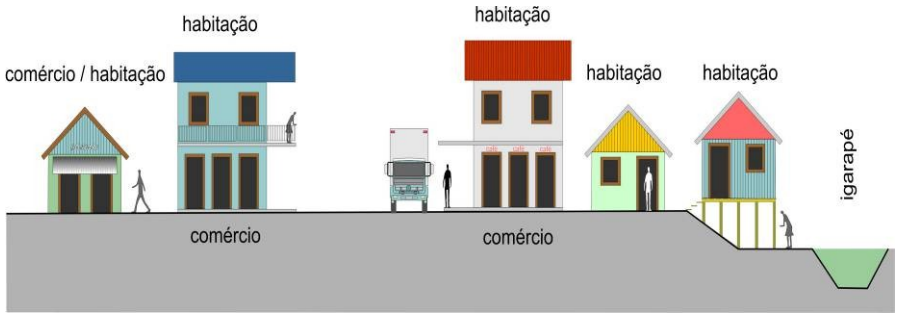


Figura 4.5.1
Tipos habitacionais mais comuns.

A grande maioria das residências na área urbana, de madeira ou alvenaria, tem área média aproximada de 60,00 m² . Na periferia da área pioneira persiste um número significativo de casas de madeira, antigas, com área média em torno de 40,00 m². Nas novas áreas de ocupação ao sul da rodovia, todas as edificações, recentes são em alvenaria e possuem uma área média em torno de 60,00 m².

Nas vias preservadas com uso residencial, próximas ao centro, residências maiores, com área média de até 200,00 m², ocupam dois, três ou mais lotes.

As maiores áreas disponíveis para uma expansão da área urbana estão localizadas ao sul da rodovia, a sudoeste e sudeste da área atualmente ocupada e, ao norte da rodovia, a noroeste do núcleo pioneiro. Estas áreas totalizam 150 hectares e estão, tanto ao norte quanto ao sul da rodovia, limitadas em seus extremos por grandes depressões em vales

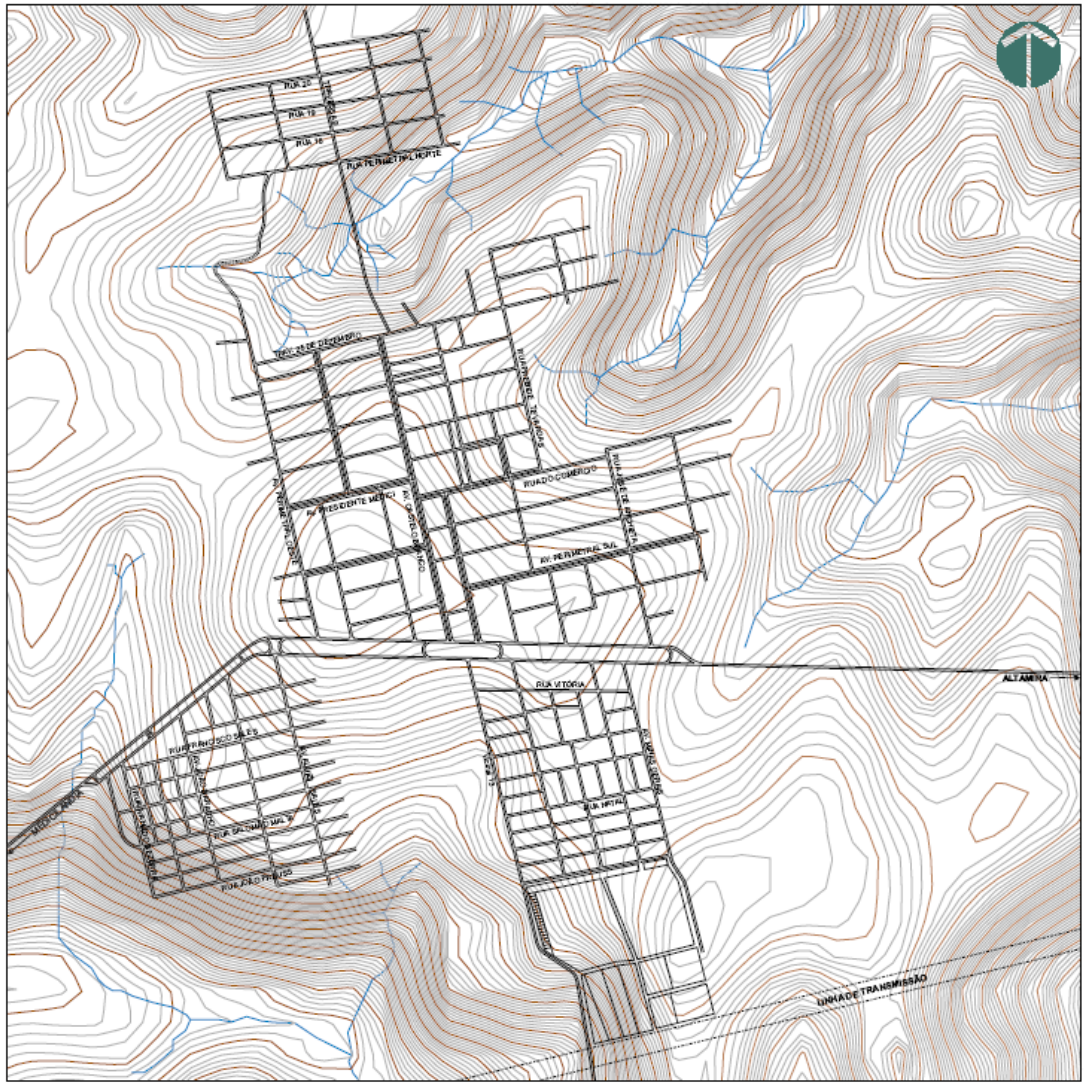
de igarapés com predominância de solos hidromórficos e matas remanescentes típicas da região.

Atualmente, está em andamento a ocupação da área a sudoeste, parcelada em lotes de 200,00 m² a 300,00 m², com vias abertas e lançamento de rede de energia elétrica.

Figura 4.5.2
Área de expansão a sudoeste, em implantação.

brasil novo

ESTRUTURA URBANA



ESCALA

0 100 200 300 400 500 1000 m

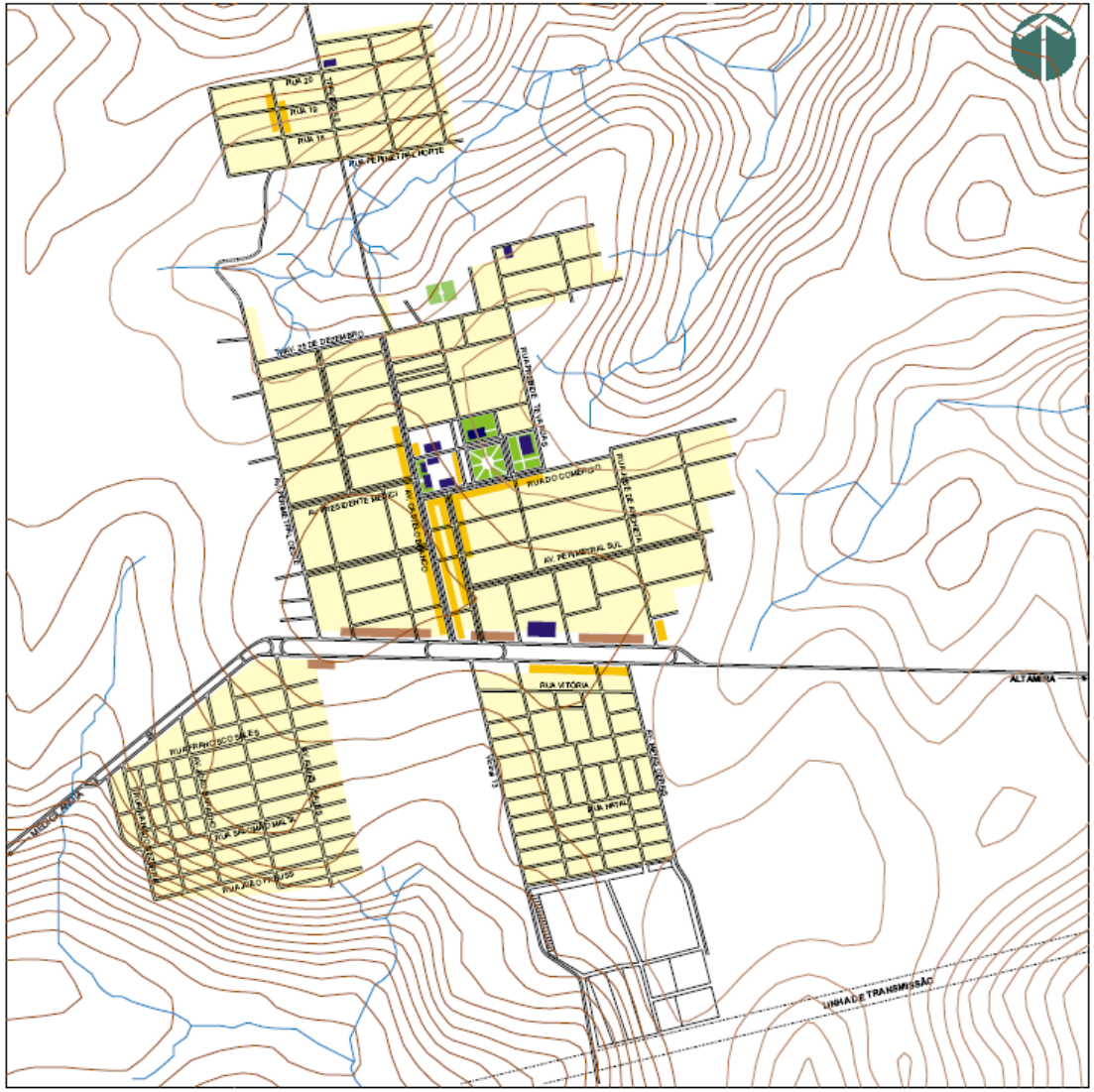
Figura 4.5.3

brasil novo

USO DO SOLO

Usos Estabelecidos ou Predominantes

- RESIDENCIAL
- INSTITUCIONAL
- COMERCIAL
- COMÉRCIO DA RODOVIA
- ESPORTES E LAZER



ESCALA

0 100 200 300 400 500 1000 m

Figura 4.5.4

brasil novo

VAZIOS URBANOS

LEGENDA

ÁREAS URBANAS A SUB-UTILIZADAS

- BAIXA OCUPAÇÃO - DENSIDADE = 5/10 hab / ha
- BAIXA OCUPAÇÃO - DENSIDADE = 20/30 hab / ha
- VAZIOS URBANOS

ÁREA URBANA CONSOLIDADA

- OCUPAÇÃO RESIDENCIAL - DENSIDADE = 75 hab / ha
- SISTEMA VIÁRIO IMPLANTADO

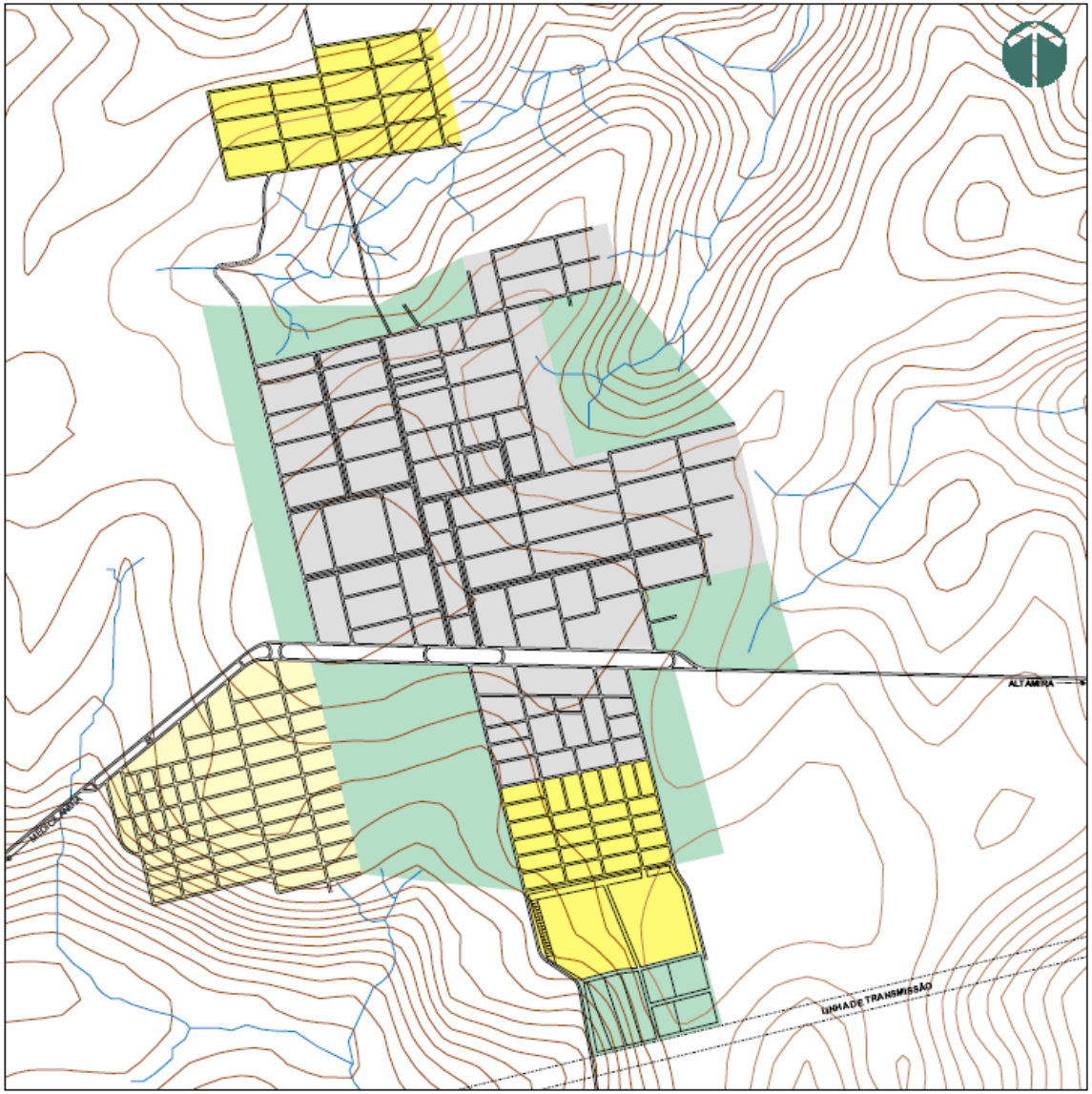


Figura 4.5.5

ESCALA

4.6 Infraestrutura Básica e Serviços Urbanos

4.6.1 Comunicações

A cidade de Brasil Novo conta com uma agência da Empresa Brasileira de Correios – ECT, na Travessa Castelo Branco, que funciona como Banco Postal, não oferecendo os serviços especiais dos correios, como sedex.

Existe TV por satélite, com dois canais de televisão aberta (Globo – TV Liberal e TV Cultura), mas grande parte da população usa antena parabólica para captar outros canais (Figura 4.6.1.1). Há uma emissora de rádio comunitária FM.

Figura 4.6.1.1
Antena Parabólica

Brasil Novo dispõe de sistema de telefonia fixa e móvel. Há telefones públicos distribuídos pelas ruas da cidade. A Internet é acessada pelo provedor Amazoncoop, que atende a todo o Município.

4.6.2 Energia Elétrica e Iluminação Pública

A energia elétrica de Brasil Novo é gerada na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, trazida pelo Tramo-Oeste e distribuída pela Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que atende a sede municipal (Figura 4.6.2.1). O "linhão" passa pela cidade entre o Parque de Exposições e o bairro Vitória Régia.

Figura 4.6.2.1
Rede de Energia Elétrica e Serviço de Pavimentação.

A iluminação pública está presente em quase toda a cidade (Figura 4.6.2.2 e 4.6.2.3). Apenas as ocupações mais recentes ainda não dispõem desse serviço.

Figura 4.6.2.2
Iluminação da Av. Castelo Branco, em frente à Prefeitura Municipal, com luminárias especiais

Figura 4.6.2.3
Iluminação Pública das ruas

O consumo residencial na sede do Município, nos últimos anos, tem correspondido a cerca de 45% do total da energia elétrica distribuída em Brasil Novo, enquanto Comércio e Indústria, juntos, não consomem mais que 20% do total distribuído, de acordo com dados da concessionária.

4.6.3 Saneamento Ambiental

- **Abastecimento de Água Potável**

A cidade dispõe de sistema de captação, distribuição e tratamento de água. Toda a cidade é abastecida com água tratada. A captação da água para boa parte da cidade é feita em dois poços do tipo "Amazônia", com sistema de filtragem no próprio poço e distribuição direta para as residências.

Os bairros mais afastados são abastecidos por meio da captação em poços profundos, com reservatórios elevados, de onde a água é distribuída às residências onde são armazenadas em reservatórios individuais.

Os moradores pagam uma taxa fixa pelo fornecimento de água, independentemente do consumo, pois não há hidrômetros para se fazer a medição.

Apenas os moradores do bairro Vitória Régia não pagam essa taxa porque o abastecimento de água ainda não foi implantado nesta região.

A rede de distribuição de água, em boa parte da cidade, é feita com tubulação de ¾ de polegada, em valas muito rasas ou ao nível do chão (Figura 4.6.3.1), o que os deixa facilmente expostos a vazamentos e danos.

Figura 4.6.3.1
Rede de distribuição de água ao nível do chão

Figura 4.6.3.2
Calha para escoamento de águas pluviais

- **Esgotamento Sanitário**

Não há sistema de esgotamento sanitário. Cada residência adota uma solução, em geral fossas sépticas, nas áreas centrais. Nas regiões mais carentes os moradores usam fossas negras ou ligação direta com valas e canaletas nas ruas.

- **Drenagem Pluvial**

Apenas em algumas áreas da parte central da cidade existe rede coletora de drenagem pluvial (Figuras 4.6.3.2). Alguns moradores utilizam-se desta rede para lançarem nela o esgoto sanitário de suas casas.

As áreas mais afastadas do centro não têm qualquer sistema de drenagem pluvial, nem pavimentação ou calçadas.

- **Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos**

A coleta de resíduos sólidos é realizada diariamente pela administração municipal, por meio de caminhão.

O lixo urbano é descartado em um espaço aberto denominado “Lixão”, nas proximidades da cidade.

A cidade dispõe de lixeiras públicas distribuídas nas ruas (Figura 4.6.3.3).

Figura 4.6.3.3
Lixeiras públicas

4.6.4 Transporte e Mobilidade Urbana

Não há serviços de transporte coletivo urbano. Existe serviço de táxi no município e o número de motos é muito elevado. Para os deslocamentos internos na cidade, a população conta com serviços públicos de transporte individual ofertados por táxis e, principalmente, mototáxis. Esse tipo de transporte é usado tanto para transportar mercadorias e passageiros, como para diversão e entretenimento.

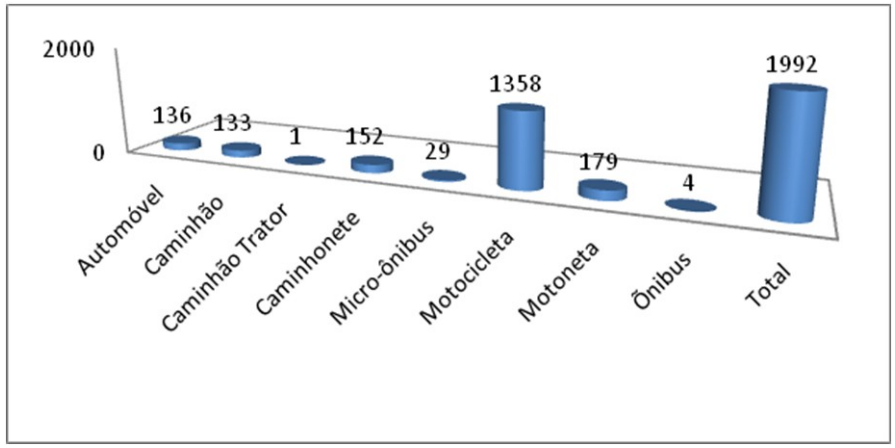
O transporte escolar é feito com micro-ônibus e ônibus.

De acordo com os dados estatísticos do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN - 2009, a frota total de veículos motorizados, registrados no Município de Brasil Novo é de 1.992 (Tabela 4.6.4.1 e Figura 4.6.4.1)

Tabela 4.6.4.1
Frota municipal de veículos – 2009

Veículo	Quantidade
Automóvel	136
Caminhão	133
Caminhão trator	01
Caminhonete	152
Micro-ônibus	29
Ônibus	04
Subtotal 1	**455**
Motocicleta	1.358
Motoneta	179
Subtotal 2	**1.537**
Total	**1.992**

Fonte: IBGE/DENATRAN - 2009



Fonte: IBGE/ DENATRAN - 2009

Figura 4.6.4.1
Frota de Veículos no município de Brasil Novo

Na categoria de veículos motorizados de quatro rodas e de transporte individual, considerados automóveis, caminhonetes e utilitários, o Município totaliza 288 veículos, enquanto os veículos motorizados de duas rodas somam 1.537 veículos.

Verifica-se que a frota de veículos de duas rodas é 5,3 vezes o número de veículos de quatro rodas.

A Taxa de Motorização (Habitantes/Veículo) é de 62,36 para veículos de quatro rodas, ou seja, uma proporção de 62 habitantes para cada veículo de quatro rodas.

A Taxa de Motorização para veículos de duas rodas é de 11,69, o que corresponde a cerca de 12 habitantes por veículos do de duas rodas.

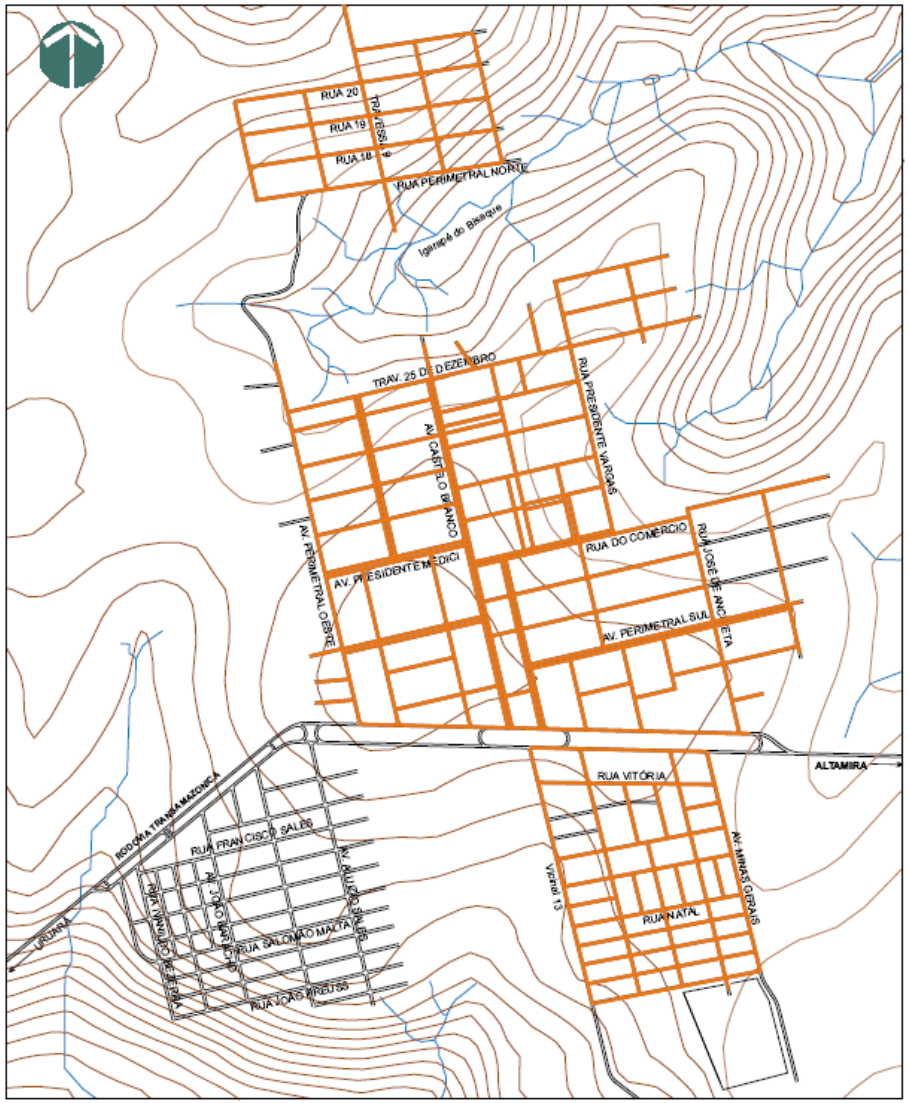
Estes dados indicam que grande parte da população urbana do município não tem acesso a veículos motorizados. Esta constatação além de refletir a renda indica que a população mais carente anda a pé ou por meio de bicicletas para as suas necessidades de deslocamentos diários.

brasil novo

INFRAESTRUTURA - 25 de Junho de 2011
REDE DE ÁGUA POTÁVEL

LEGENDA

REDE DE ÁGUA POTÁVEL



ESCALA

0 100 200 300 400 500 1000 m

Figura 4.6.1

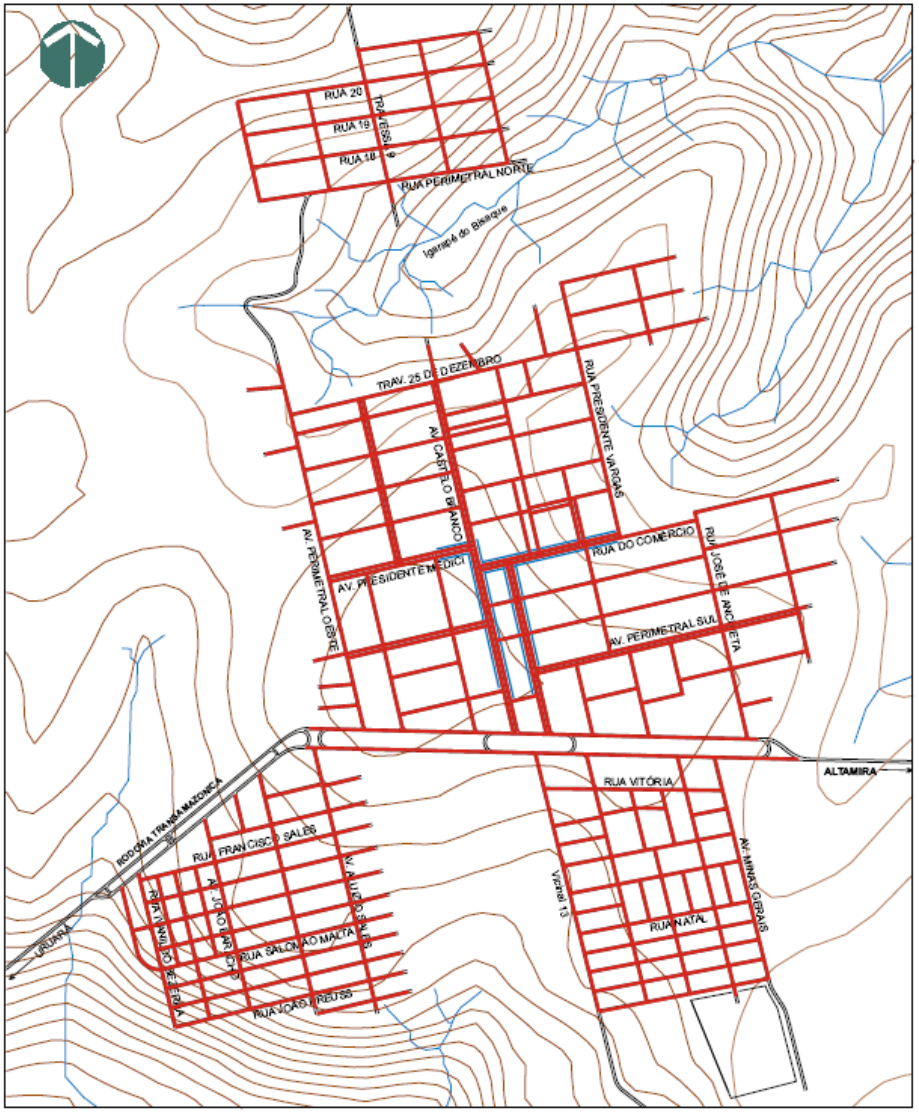
brasil novo

INFRAESTRUTURA - 25 de Junho de 2011

ENERGIA E DRENAGEM PLUVIAL

LEGENDA

- DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS
- ENERGIA ELÉTRICA
- EDIFICAÇÕES



ESCALA

0 100 200 300 400 500 1000 m

Figura 4.6.2

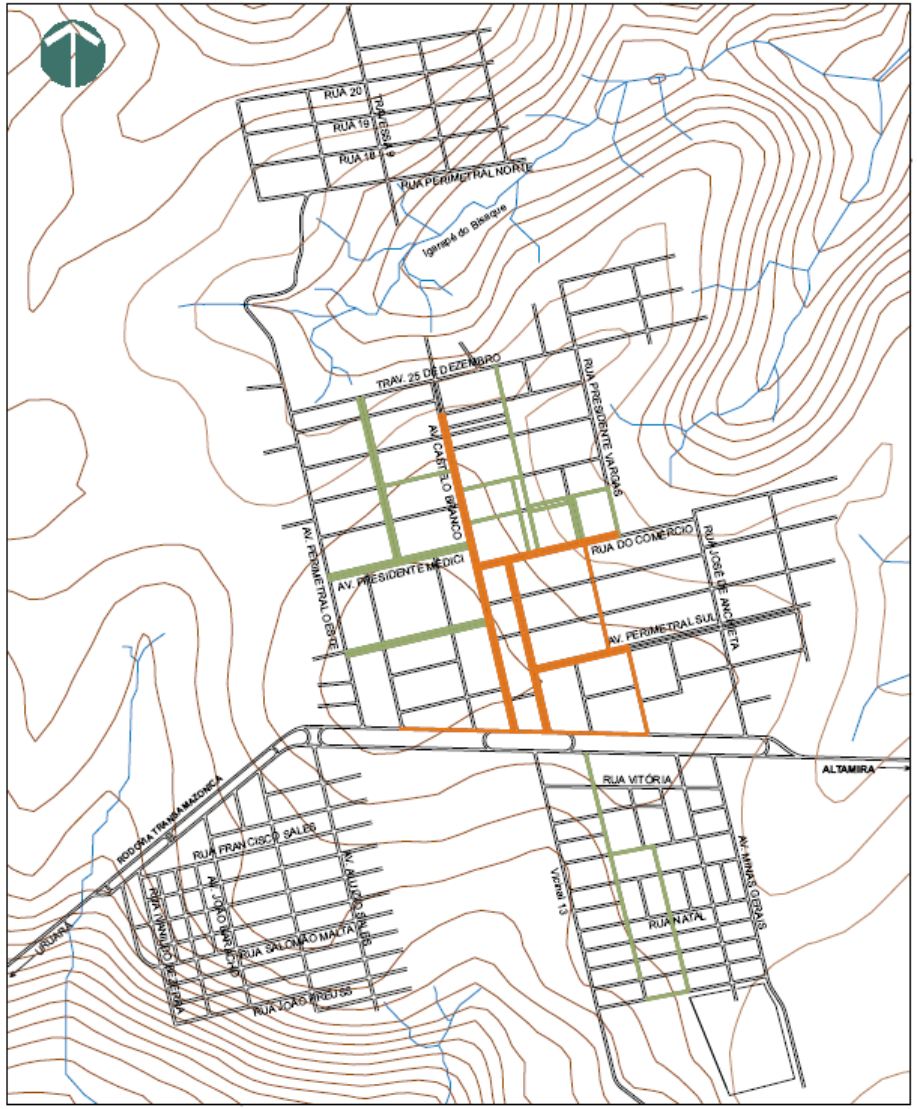
brasil novo

INFRAESTRUTURA - 25 de Junho de 2011

PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS URBANAS

LEGENDA

- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
- BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS
- LEITO NATURAL



ESCALA

Figura 4.6.3

5 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

5.1 Dinâmica Populacional

A estimativa do IBGE previa um crescimento populacional entre 2007 e 2009 de 1.005 pessoas, equivalentes a 5,36%. Entretanto, pelos dados do Censo Demográfico de 2010, o Município teria perdido população nos últimos três anos.

A população masculina é predominante, assim como a rural. A origem do Município e a sua vocação agrícola podem ser os fatores explicativos dessa distribuição populacional. Ainda assim, a taxa de urbanização aumentou consideravelmente no período analisado.

Os domicílios particulares em 2010, segundo o IBGE, somavam 5.930, dos quais 4.518 estavam ocupados, o que equivale a 76,2% do total. Dentre os domicílios particulares não ocupados por ocasião da realização do Censo Demográfico, num total de 1.412, 482 são de uso ocasional (34,2%), 112 estavam fechados (7,9%) e 818 estariam vagos (57,9). Havia, ainda, 12 domicílios coletivos, sendo 11 deles não tinham moradores.

Infere-se, portanto, haver uma disponibilidade de perto de 900 domicílios que poderiam ser ocupados no curto prazo.

Tabela 5.1.1
População Residente

Ano	Total	Urbana		Rural		Homem		Mulher		Densidade Demográfica (hab/km²)
		N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	
2007	18.749		30,0		70,0					2,94
2009	19.754		25,4		74,6					3,10
2010	17.960	6.912	38,5	11.048	61,5	9.627	53,6	8.333	46,4	2,82

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Contagem da população 2007, estimativas 2009 e dados preliminares do Censo Demográficos 2010

Quadro 5.1.2.
Índice de Desenvolvimento Humano por área geográfica

Área geográfica	Ano	IDH-M por componente			
		IDH Médio	Longevidade	Educação	Renda
Brasil Novo	1991	0,591	0,616	0,707	0,544
	2000	0,674	0,707	0,612	0,608
Média da Região	2000	0,68	0,72	0,71	0,60
Pará	2000	0,723	0,725	0,815	0,629
Brasil	2000	0,766	0,727	0,849	0,723

Fonte: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro – 1991 e 2000

O Índice de Desenvolvimento Humano de Brasil Novo evoluiu consideravelmente durante a última década do século XX, puxado principalmente pelo aumento da expectativa de vida e, secundariamente, pelos ganhos de renda. Entretanto, houve uma queda importante na educação.

Mesmo com a evolução registrada, o IDM de Brasil Novo em 2000 ainda era um pouco inferior do obtido para a média da Região de Integração Xingu, a não ser no componente renda em que se equiparavam, e bem abaixo do verificado para o Pará e Brasil, tanto no geral como em cada um dos seus componentes. Novamente, a Educação chama a atenção, por ser a responsável pela maior diferença.

5.2 Educação

Há 42 escolas em Brasil Novo (Tabela 5.2.1), das quais 06 estão localizadas na sede municipal, 02 em agrovilas e as demais são rurais. Do total, há apenas 01 escola estadual, no centro da cidade, que oferece o Ensino Médio. As escolas municipais da sede municipal oferecem Educação Infantil, Educação Pré-escola e Ensino Fundamental. Na zona rural, é ministrado o Ensino Fundamental, por vezes em turmas multisseriadas. Existe uma Biblioteca Pública Municipal com cerca de 2.100 títulos diversificados.

O número de docentes registrado pelo IBGE, em 2009, foi de 162, sendo 21 do Ensino Médio oferecido pela única escola estadual existente e 141 da rede municipal de ensino, distribuídos entre a pré-escola (18) e o ensino fundamental (123).

Tabela 5.2.1
Distribuição das escolas por dependência administrativa e localização

Dependência Administrativa			Área/Localidade	Bairro
Estadual	Municipal	Total		
01		01	Urbana – Sede	Centro
	03	03	Urbana – Sede	Centro
	01	01	Urbana – Sede	Cidade Nova
	01	01	Urbana – Sede	Cidade Alta
	01	01	Rural - Agrovila	Agrovila Pres. Kennedy
	01	01	Rural - Agrovila	Agrovila Grande Esperança
	03	03	Rural	NI
	31	31	Rural	Zona rural
01	**41**	**42**		

ND = Não informado
Fonte: INEP – Censo Escolar – WWW.inep.gov.br, acesso em 16/11/2010

As matrículas têm oscilado de forma diferente dependendo do nível de ensino (Tabela 5.2.2) nos últimos 04 anos. Enquanto a creche apresentou queda de 2007 para 2008, para ter uma recuperação continuada de 2008 a 2010, a pré-escola cresceu em 2008 e perdeu alunos em 2009 e 2010. Nos primeiros 4 anos do Ensino Fundamental, houve um movimento pendular, de queda, aumento, queda das matrículas entre 2007 e 2010. Os 4 últimos anos, no entanto, apresentaram queda sucessiva entre 2007 e 2009 para registrar uma ligeira recuperação em 2010, voltando ao patamar registrado em 2007.

Tabela 5.2.2
Número de matrículas iniciais segundo tipo de ensino por dependência administrativa
2007 a 2010

Ano	Depen-dência Adminis-trativa	Matrículas Iniciais																	
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação. Profissional (Nível Técnico)	EJA presencial		EJA (semipresencial		Educação Especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Funda-Mental[2]	Médio[2]	Funda-mental[2]	Médio[2]	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund[1,2]	EJA Médio[1,2]
2007	Estadual	0	0	0	0	659	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Municipal	264	406	1.784	1.412	0	0	268	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0
	Total	264	406	1.784	1.412	659	0	268	0	0	0	0	0	16	0	1	0	0	0
2008	Estadual	0	0	0	0	702	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	243	491	1.679	1.410	0	0	426	0	68	0	0	0	26	2	0	0	0	0
	Total	243	491	1.679	1.410	702	0	426	0	68	0	0	0	26	2	0	0	0	0
2009	Estadual	0	0	0	0	787	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
	Municipal	261	468	1.853	1.397	0	0	396	0	66	0	3	1	36	4	0	0	1	0
	Total	261	468	1.853	1.397	787	0	396	0	66	0	3	1	36	4	5	0	1	0
2010	Estadual	0	0	0	0	831	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Municipal	317	446	1.844	1.411	0	0	453	0	9	0	1	1	51	8	0	0	2	0
	Total	317	446	1.844	1.411	831	0	453	0	9	0	1	1	51	8	1	0	2	0

No Ensino Médio houve um progressivo aumento das matrículas no período. A Educação de Jovens e Adultos apresenta uma oscilação também pendular para a modalidade presencial do Ensino Fundamental e uma queda sucessiva para a semipresencial, bem significativa no último ano.

Chama atenção a Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo as matrículas triplicado, passando de 16, em 2007 a 51, em 2010.

A educação básica desenvolveu-se bastante entre 2007 e 2009, segundo o IDEB. Se no primeiro ano, Brasil Novo não conseguiu alcançar a meta projetada para os dois segmentos do Ensino fundamental, em 2009 essas metas foram ultrapassadas, nos dois casos. Cabe, entretanto, ressaltar que ainda estão bem distante do desejável para se alcançar excelência em educação, o que exigirá sérios esforços dos gestores do setor.

Tabela 5.2.3
IDEB das Escolas Municipais para a 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO			METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4ªsérie/5º ano	3.3	3.1	3.8	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6
8ªsérie/9º ano	3.5	3.4	3.9	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5

5.3 Saúde

A saúde é servida por 12 estabelecimentos públicos, sendo 01 Centro Municipal de Saúde Pública, 05 postos de saúde da família, 03 postos de saúde e 01 hospital particular, conveniado com o Sistema Único de Saúde – SUS, com 48 leitos e quatro médicos atuando nas áreas de clínica geral, ginecologia e obstetrícia, ortopedia e pediatria, além de um CAPS.

Os postos de saúde distribuem-se da seguinte forma:

- 4 postos de saúde da família e 02 postos de saúde na zona rural;
- 1 posto de saúde da família e 1 posto de saúde na zona urbana.

Há 5 equipes de saúde da família para atendimento a toda a população.

Em 2009 foram registrados em Brasil Novo 298 nascidos vivos e 39 óbitos. A morbidade hospitalar informada em 2009 foi de 06 casos, sendo 04 homens e 02 mulheres. Em 2010 foram registrados 36 óbitos, tendo os acidentes e as causas naturais (doenças crônicas) como as principais causas.

Das doenças de notificação obrigatória, foram registrados, em 2010, os seguintes casos:

- Hanseníase = 08 casos, sendo 02 PB e 06 MB;
- Tuberculose = 03 casos, sendo 02 encerrados e 01 em fase final de tratamento;
- Dengue = 120 casos;
- Malária = 377 casos, sendo 138 do Município e 239 importados;

Em 2011 já foram registrados 83 casos de dengue, só em janeiro, e 42 casos de malária, sendo 30 importados.

5.4 Cultura, Esporte e Lazer

Os espaços para entretenimento e lazer resumem-se a 2 quadras esportivas para uso da população, um campo de futebol e um Complexo Esportivo Cultural na cidade. A juventude freqüenta a Praça Geraldo Barbosa, pizzarias e bares e lanchonetes.

O Parque de Exposições Agropecuárias é utilizado durante a semana de aniversário da cidade.

Existe um Centro de Convivência (ou Casa do Idoso), com áreas de lazer e espaços para diversas atividades.

O catolicismo é predominante na cidade, representado pela Paróquia Corpo e Sangue de Cristo. Existe, também um convento das Irmãs Escolares Tereza Gerardinher, que mantêm uma escola na cidade. Além da igreja católica, existem 14 igrejas evangélicas na cidade.

5.5 Justiça e Segurança Pública

Há uma Delegacia de Polícia e a segurança local é feita por 05 (cinco) policiais militares e 03 (três) três policiais civis, munidos de duas viaturas. A justiça está representada pelo Ministério Público, instalado no Fórum local, com Cartório de Único Ofício que atende a todas as questões judiciais do município.

6 ASPECTOS ECONÔMICOS

A principal atividade econômica do Município ainda é a extração de madeira, vendida em toras, seguida pela Agropecuária.

A maior parte da população trabalha por conta própria ou em contratos informais de trabalho. De acordo com o Cadastro geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o número de empregos formais sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em janeiro de 2010, era de 200 trabalhadores, em pouco mais de 150 estabelecimentos produtivos registrados no Cadastro de Estabelecimentos Empregadores, mantido pelo MTE.

6.1 Agricultura e Pecuária

As atividades rurais são as principais responsáveis pela base econômica do Município. O cultivo da banana é a principal lavoura permanente, tanto em área cultivada, quanto no volume e valor da produção (Quadro 6.1.1). Em termos de valor da produção, seguem-se o cacau e a pimenta do reino.

Dentre as lavouras temporárias, a mandioca e o arroz são as principais (Quadro 6.1.2), seguidas pelo feijão e milho. Das atividades extrativistas, a da madeira em tora ainda é altamente significativa (Quadro 6.1.3).

Quadro 6.1.1
Lavoura permanente – 2009

Cultura	Área cultivada	Produção	Valor da Produção	Rendimento médio
Banana em cacho	290 ha – plantados 290 ha – colhidos	3.221 t	R$ 1.611.000,00	11.106 kg/ha
Cacau em amêndoa	135 ha – plantados 135 ha – colhidos	81 t	R$ 405.000,00	600 kg/ha
Café em grão	92 ha – plantados 92 ha – colhidos	71 t	R$ 213.000,00	771 kg/ha
Coco da baía	25 ha – plantados 25 ha – colhidos	300.000 frutos	R$ 150.000,00	12.000 frutos/ha
Laranja	44 ha – plantados 44 ha – colhidos	488 t	R$ 171.000,00	11.090 kg/ha
Maracujá	02 ha – plantados 02 ha – colhidos	12 t	R$ 6.000,00	6.000 kg/ha
Pimenta do reino	102 ha – plantados 102 ha – colhidos	122 t	R$ 390.000,00	1.196 kg/ha

Quadro 6.1.2
Lavoura temporária – 2009

Cultura	Área cultivada	Produção	Valor da Produção	Rendimento médio
Abacaxi	30 ha – plantados	300 mil frutos	R$ 225.000,00	10.000 frutos/ha
Arroz – em casca	1.300 ha – plantados 1.300 ha – colhidos	2.340 t	R$ 1.364.000,00	1.800 kg/ha
Cana-de-açúcar	10 ha – plantados 10 ha – colhidos	500 t	R$ 60.000,00	50.000 kg/ha
Feijão – em grão	500 ha – plantados 500 ha – colhidos	260 t	R$ 715.000,00	520 kg/ha
Mandioca	1.022 ha – plantados 500 ha – colhidos	10.000 t	R$ 2.000.000,00	20.000 kg/ha
Milho – em grão	820 ha – plantados 820 ha – colhidos	1.230 t	R$ 713.000,00	1.500 kg/ha

Quadro 6.1.3
Extração Vegetal e Silvicultura – 2008

Produto	Produção	Valor da Produção
Açaí - fruto	14 toneladas	R$ 14.000,00
Castanha-do-pará	14 toneladas	R$ 14.000,00
Borracha – hévea – látex coagulado	06 toneladas	R$ 10.000,00
Lenha	3.276 m³	R$ 49.000,00
Madeira em tora	45.000 m³	R$ 4.500.000,00
Óleo de Copaíba		R$ 1.000,00
Outros oleaginosos		R$ 1.000,00

A pecuária bovina também é uma atividade bem desenvolvida no Município. De acordo com informações do IBGE – Produção da Pecuária Municipal, em 2009, Brasil Novo tinha um rebanho bovino de 222.722 cabeças. Havia 5.501 vacas em ordenha, com uma produção de 4.347.000 litros de leite.

A segunda maior produção de animais era a de frangos, cujo rebanho efetivo, compreendendo galos, frangas, frangos e pintos era de 42.156 cabeças, além de 8.470 galinhas, com uma produção de 42.000 dúzias de ovos.

6.2 Indústria, Comércio e Serviços

Há muito poucas indústrias na cidade. Podem ser citadas algumas serrarias beneficiadoras de madeira e algumas marcenarias. Há duas cerâmicas e pequenas confecções de roupas, cestos de cipó ou palha, vassouras e outros objetos utilitários. Na parte nova da cidade, do lado esquerdo da rodovia, no sentido Altamira – Itaituba, está instalado um laticínio.

O comércio é diversificado e concentrado na área central da cidade. Dois supermercados simples e vários mercadinhos e mercearias garantem o abastecimento de gêneros alimentícios

A cidade conta com uma agência do BRADESCO, uma do Banco do Brasil, um Banco Postal (Correios) e um posto de atendimento da Caixa Econômica Federal.

Parte da população vive da produção caseira e venda informal de hortaliças, produtos manufaturados, remédios naturais, utensílios de cozinha, produtos de beleza.

6.3 Turismo

Os principais atrativos turísticos de Brasil Novo relacionam-se com a natureza, particularmente os recursos hídricos. Merecem destaque:

Belezas do Xingu

A exuberância das praias do Rio Xingu é um convite para desfrutar o melhor do verão na região da Transamazônica. Para os praticantes da pesca esportiva ou aqueles que gostam de um banho de rio ou de tomar sol na areia, o Rio Xingu (Figuras 6.3.1 e 6.3.2) oferece múltiplas opções. Com belíssimas praias, águas esverdeadas, cachoeira e corredeiras, o Xingu encanta com sua beleza natural. A partir de Brasil Novo, é possível chegar às praias em 02 horas de viagem pelas vicinais 13, 15 e 17. O melhor período para visitá-las vai de junho a novembro, quando não chove na região.

Figura 6.3.1
Rio Xingu

Figura 6.3.2
Vista do Rio Xingu

Cachoeira Planaltina

É uma das atrações do local que possui, além de cachoeiras, inusitadas cavernas. A cachoeira Planaltina (Figuras 6.3.3. e 6.3.4) está bem perto da sede do Município, e é nome também de uma caverna do local. Fica no rio Arrependido, junto às Serras do Iriri e Grande das Araras. Um lago de águas verdes dá um toque especial ao local, cujo acesso é por via terrestre

Figura 6.3.3
Cachoeira Planaltina

Figura 6.3.4
Rappel na Cachoeira Planaltina

Caverna Planaltina

Localizada na vicinal 15, a 10 km da cidade de Brasil Novo, é a maior caverna em arenito do Brasil, repleta de salões e galerias atrativas para os turistas que gostam dessa modalidade de turismo (Figura 6.3.5). A beleza das cavernas é realçada por uma queda de água de aproximadamente 30 metros, que valoriza o cenário. Ideal para a prática do Rappel. O acesso pode ser feito por vans ou ônibus, saindo de Brasil Novo e percorrendo a vicinal 15, durante cerca de 15 minutos

Figura 6.3.5
Caverna Planaltina

7 ASPECTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

7.1 Estrutura da Gestão Municipal

A Prefeitura está instalada em um prédio novo, amplo (Figuras 7.1.1 e 7.1.2), com espaço para algumas secretarias equipadas com telefones, computadores e acesso à Internet. Foram construídos também novos imóveis para abrigar as Secretarias não instaladas no prédio da Prefeitura, como a da Saúde e da Educação (Figuras 7.1.3 e 7.1.4).

Figura 7.1.1
Prefeitura Municipal

Figura 7.1.2
Prefeitura Municipal

Figura 7.1.3
Secretaria Municipal de Saúde

Figura 7.1.4
Secretaria Municipal de Educação

A estrutura administrativa da Administração Municipal é bem simples, funcionando com o Gabinete do Prefeito e a Procuradoria Geral e seis secretarias: Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Transportes, Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho e Promoção Social, Secretaria de Agricultura Turismo Mineração e Meio Ambiente e a Secretaria de Saúde.

7.2 Finanças Municipais

A principal receita municipal é oriunda das transferências da União e do Estado. Em 2006, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi de R$ 5.445.797,92 (cinco milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), enquanto o Imposto Territorial Rural (ITR) no mesmo ano ficou em R$ 12.137,35 (doze mil cento e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos), segundo dados do IBGE. Nos últimos anos, no entanto, o FPM tem caído, o que levou a Prefeitura a suspender alguns dos benefícios à população.

No ano de 2008, as receitas tributárias corresponderam a apenas 4,4% do total das Receitas (Quadro 7.2.1). As despesas com Pessoal e Encargos Sociais foram da ordem de 48,4% do total gasto e os Investimentos representaram 16,2% das Despesas.

No ano de 2009 o total geral da receita foi de R$ 26.479.544,00 sendo que as transferências da União e do Estado foram de R$ 26.473.732,00.

O Plano Plurianual prevê para o período 2010-1013 (Quadro 7.2.2) um aumento da receita geral do Município resultante do incremento das transferências da União e do Estado, que corresponderão a cerda de 75% da receita total.

A Prefeitura Municipal dispõe de um Cadastro não informatizado para cobrança do ISS. Também são cobrados o IPTU e a Taxa de Iluminação Pública.

Quadro 7.2.1
Receitas e Despesas Orçamentárias – 2006-2008

Receitas e Despesas Orçamentárias (R$\)		2006	2007	2008
Receitas	Correntes	13.206.201,95	14.564.037,00	18.139.106,62
	Tributárias	515.220,17	636.714,74	805.767,15
Despesas	Correntes	10.783.418,68	13.124.085,7	16.442.432,94
	Pessoal e Encargos Sociais	4.897.797,90	6.119.391,86	7.963.394,18
	Investimentos	3.104.508,32	1.767.434,23	2.673.841,39

Quadro 7.2.2
Receitas estimadas para o período 2010-2013

Total geral da receita (a+b) (R$)	2010	2011	2012	2013
	29.164.847,00	**32.081.339,00**	**35.295.553,00**	**38.827.904,00**
Receita corrente, excluídas deduções FUNDEB (a)	28.304.582,00	31.135040,00	34.255.472,00	37.684.059,00
Receita tributária	1.062.307,00	1.168.538,00	1.285.626,00	1.414.317,00
Receita patrimonial	172.437,00	189.681,00	208.687,00	229.576,00
Receita de serviço	562.047,00	618.251,00	680.200,00	748.288,00
Transferências correntes	29.121.105,00	32.033.215,00	35.242.943,00	38.770.762,00
Outras receitas correntes	570.551,00	627.562,00	690.444,00	759.557,00
Dedução FUNDEB	3.183.825,00	3.502.207,00	3.852.428,00	4.238.441,00
Receitas de capital(b)	860.264,00	946.299,00	1.040.081,00	1.143.845,00

Fonte: PPA 2010 -2011

7.3. Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana

O Município dispõe de Lei Orgânica, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. As duas últimas são elaboradas apenas para cumprir a obrigação legal e pouco servem como instrumentos de planejamento e gestão.

O Município não dispõe de Plano Diretor, bases cartográficas, legislação urbanística ou edilícia, a não ser a Lei de Perímetro Urbano, nem de sistema estruturado de informações municipais, de fiscalização atuante ou de serviço da dívida ativa implantado.

7.4. Legislação de Interesse do Município

A implementação do processo de planejamento e gestão a ser instaurado a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município Brasil Novo deverá considerar , no âmbito federal, as disposições do Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/2001; a lei de parcelamentos urbanos nº 6.766/1987, modificada pela lei nº 9.785/99; o Código Florestal -lei nº 4.771/1965; as Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, em especial a de nº 302, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente – APP de reservatórios artificiais, e a de nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições, e limites da APP.

No nível estadual vale destacar como de interesse do Município:

- o Título VII da Constituição Estadual, referente à Ordem Econômica e do Meio Ambiente, em especial o Capítulo II, que trata da Política Urbana, e o Capítulo VI, referente ao Meio Ambiente;
- o Capítulo II do Título V, que faz referência ao Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável com destaque para a Política de Desenvolvimento Municipal. Esse Capítulo é composto de cinco Seções: Política de Desenvolvimento Urbano, Política Habitacional, Saneamento Básico, Turismo e Transportes. Dois outros Capítulos merecem ser considerados, pois tratam da Política Agrícola e Pesqueira e da Política de Recursos Hídricos.
- as diretrizes de preservação e conservação do Meio Ambiente, matéria tratada na Seção V do Capítulo II do Título V que trata da Ordem Social.

No âmbito municipal, há que se levarem em conta as determinações da Lei Orgânica, a saber:

- São os seguintes Conselhos estabelecidos pela Lei Orgânica: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Saúde e Meio Ambiente, Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento.
- Estabelece o Art.56 da Lei Orgânica que os Códigos de Obras e Posturas, as Leis de Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo Urbano serão objeto de Lei Complementar.

Código de Obras

A Lei nº 05 de 10 de maio de 1993, que deveria ser Lei Complementar, dispõe sobre as construções, reforma, demolição ou acréscimos das edificações públicas e privadas do Município

Código de Posturas, aprovado pela Lei nº 06, de 10 de maio de 1993.

Esta Lei, que também deveria ser Lei Complementar, contém medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene pública, costumes locais e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatuindo as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.

Lei de Parcelamento do Solo Urbano

Lei nº 123, de 28 de junho de 2010, que deveria ser lei complementar conforme estabelece a Lei Orgânica do Município, dispõe sobre a regulamentação do parcelamento do solo urbano, tendo por objetivos (i) orientar o projeto e a execução de qualquer obra de parcelamento e (ii) assegurar a observância de padrões de urbanização essenciais para o interesse da comunidade.

Lei nº 32 de 28 de fevereiro de 1994

Cria e define a Área Urbana da sede do Município, subdividindo-a em Zona Urbana e de Expansão Urbana.

Lei nº 90 de 04 de dezembro de 2006

Regula as formas e condições de alienação e concessão de bens públicos do patrimônio disponível do Município, nos termos definidos pela Lei Orgânica do Município.

7.3 Terceiro Setor

A sociedade é organizada em associações e sindicatos. Há na cidade 09 Associações de Produtores Rurais, 01 Sindicato de Produtores Rurais, 01 Cooperativa de Produtores Rurais, 01 Sindicato de Trabalhadores Rurais, uma Associação de Transportes Alternativos de Passageiros e Cargas - ASTRACON, uma Cooperativa de Transportes Alternativos de Passageiros da Transamazônica – COOTAIT, o Sindicato de Transportes Alternativos de Passageiros da Transamazônica – SINCOTRAN, a Associação de Mulheres trabalhadoras de Brasil Novo – AMTBRAN a Casa de Apoio à Mulher Gestante e a Casa do Idoso.

8 ASPECTOS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO

O estudo da situação atual do Município permitiu a identificação dos principais aspectos positivos, facilitadores do processo de desenvolvimento municipal, e dos mais evidentes aspectos negativos, dificultadores desse processo, tanto no âmbito intramunicipal quanto em relação aos acontecimentos externos que podem afetar o desenvolvimento do Município. De uma forma sintética, esses aspectos distribuem-se da seguinte forma, segundo as dimensões analisadas:

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS E AMBIENTAIS	
Área rural razoavelmente desenvolvida, com terras férteis e produtivas razoavelmente aproveitadas.	Uso extensivo do solo rural, com baixo nível de agregação tecnológica ou de práticas sustentáveis de manejo
Malha de estradas vicinais satisfatória para estabelecer a ligação da sede municipal às comunidades rurais	Rodovia Transamazônica sem asfalto e estradas vicinais com manutenção precária. Serviços de transporte coletivo entre vilas e a sede municipal insuficiente Elevada dependência das vilas em relação à sede municipal
Existência de recursos naturais, como grutas, cavernas, praias, lagos e cachoeiras, razoavelmente conservados	Recursos naturais pouco explorados Potencial turístico das praias, cachoeiras e cavernas pouco aproveitado
	Lentidão no processo de regularização fundiária urbana e rural
	Não há política municipal de meio ambiente e observa-se pouco cuidado com a preservação da natureza População pouco informada sobre a importância da proteção ambiental
	Degradação das Áreas de Preservação Permanente - APPs e redução das florestas por desmatamento não controlado ou ocupação irregular e fiscalização ineficiente
	Inexistência de Unidades de Conservação para a proteção de áreas de interesse ambiental
	Inexistência de sistema de controle da poluição das diversas atividades econômicas
	Lixo lançado a céu aberto
ASPECTOS ECONÔMICOS	
Potencial econômico diversificado, com aproveitamento atual centrado na cultura do cacau e na pecuária bovina	Produção agrícola com pouco emprego de tecnologia e baixa produtividade Pecuária com baixa produtividade e competitividade Agricultura familiar pouco fortalecida
Inexistência de conflitos agrários	Ações de incentivo ao setor produtivo insuficientes

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
	Assistência técnica e acesso ao crédito para os pequenos empresários e produtores rurais insatisfatórios
Existência de posto do Banco do Brasil	Inexistência de agências bancárias
	Existência de muito poucas indústrias para geração de emprego Comércio e serviços pouco diversificados e, em grande parte, informais
	Poucas oportunidades de trabalho, especialmente para os jovens Baixos salários
ASPECTOS SOCIOCULTURAIS	
Liberdade de culto pela diversidade de organizações religiosas	
Diversidade cultural e espírito de solidariedade da população	
Melhora gradual da educação básica Maioria dos professores qualificados Profissionais da educação razoavelmente qualificados	Existência de analfabetismo entre a população Número de escolas insuficiente, principalmente na área rural Não há atendimento psicológico nem de assistência social para os alunos Inexistência de creches Insuficiência do Ensino Médio na área rural Inexistência de cursos de

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
	capacitação profissional e de ensino superior Insuficiência de atividades socioeducativas para as crianças e adolescentes (lazer, esporte e cultura) Evasão de alunos para ajudar os pais no trabalho Trabalho infantil em algumas comunidades
Estruturação atual da área de saúde satisfatória Atendimento nos postos e hospital com melhora gradual	Serviços de atenção básica à saúde insuficiente para atender toda a população e mal distribuídos Poucos profissionais para atendimento à demanda Inexistência de algumas especialidades médicas importantes nos serviços de saúde Dificuldades nos serviços de apoio ao diagnóstico Vigilância sanitária insuficiente em cobertura e qualidade
	Insuficiência de espaços e atividades culturais como teatro, cinema, exposições, shows artísticos etc.
Atendimento aos idosos prestado pelo Centro Municipal de Convivência de Idosos	Inexistência da Casa de Apoio à Pessoa Idosa Inexistência de Casas de Passagem Inclusão digital insuficiente para as necessidades da população Indigentes usuários de álcool e

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
	drogas sem atendimento Insuficiência de projetos sociais de prevenção à ociosidade juvenil, consumo e tráfico de drogas, prostituição e criminalidade
Tranqüilidade e segurança na cidade e nas vilas	Segurança pública com baixo contingente e poucos equipamentos Inexistência de Delegacias da Mulher e da Criança e Adolescente
ASPECTOS URBANÍSTICOS	
Boa configuração urbana na sede municipal Existência da Praça Geraldo Barbosa Existência da Feira Livre e do Parque de Exposições Existência do campo esportivo e de algumas quadras esportivas Sede adequada para a Prefeitura Municipal Existência de muitos espaços vazios urbanos permite a absorção de novos contingentes populacionais sem necessidade de expansão urbana	Inexistência de zoneamento na cidade e indefinição quanto ao limite dos bairros Inexistência de área específica para implantação de indústrias e de locais para grandes eventos Ocupação indevida de Áreas de Preservação Permanente (encostas, margens de rios e nascentes) Não há hierarquização do sistema viário, nem sinalização urbana e de trânsito, como também não existe identificação adequada das vias e logradouros públicos Conflitos de trânsito no trecho urbano da rodovia Transamazônica Muitas ruas e calçadas sem pavimentação e as calçadas existentes são muitas vezes irregulares e ocupadas indevidamente

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
	Inexistência de ciclovias Pouca arborização na cidade Acessibilidade dos portadores de deficiências ou restrição de locomoção aos logradouros e espaços públicos em níveis precários Inexistência de Terminal Rodoviário e Aeródromo Cemitério chegando ao ponto de saturação
HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA	
	Não há política habitacional para atender às demandas do Município, constatando-se apenas ações pontuais Pouca oferta de habitações Ocorrência de habitação subnormal e de construção de vários domicílios em um mesmo lote em alguns bairros
	Saneamento básico insuficiente, com abastecimento e tratamento de água precários, inexistência de sistema de esgotamento sanitário, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos inadequados e rede de drenagem pluvial insuficiente
	Inexistência de transporte coletivo e o transporte escolar é insuficiente e inadequado
	Fornecimento de energia elétrica

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
	na área urbana com oscilações e cortes, e de custo elevado e inexistência ou insuficiência no fornecimento de energia elétrica às comunidades rurais
	Iluminação pública inexistente em parte da cidade
Existência de rádio local	Serviços de telefonia pública insuficientes e mal cuidados e dificuldades de acesso à INTERNET
GESTÃO MUNICIPAL	
	Má administração pública, com descaso das autoridades com a gestão, relacionamento insatisfatório entre o Poder Público e a população, má gestão dos recursos públicos, pouca transparência em relação às ações do Poder Público e pouca participação popular na gestão municipal
	Estrutura administrativa inadequada para a realidade municipal e procedimentos, qualificação dos funcionários públicos insuficiente e procedimentos e rotinas administrativas pouco eficazes
Gestão municipal parcialmente informatizada	Gestão centralizada na sede municipal
	Parcelamentos do solo e edificações irregulares por inexistência de legislação que permita sua análise e aprovação
	Baixa capacidade de fiscalização nos diversos setores da Administração
	Conselhos Municipais funcionando precariamente
	Programas sociais funcionando em instalações inadequadas
	Dependência elevada das transferências de recursos federais e estaduais
	Dependência de Altamira nos aspectos de saúde, comércio, transportes e lazer

9 VISÃO DE FUTURO

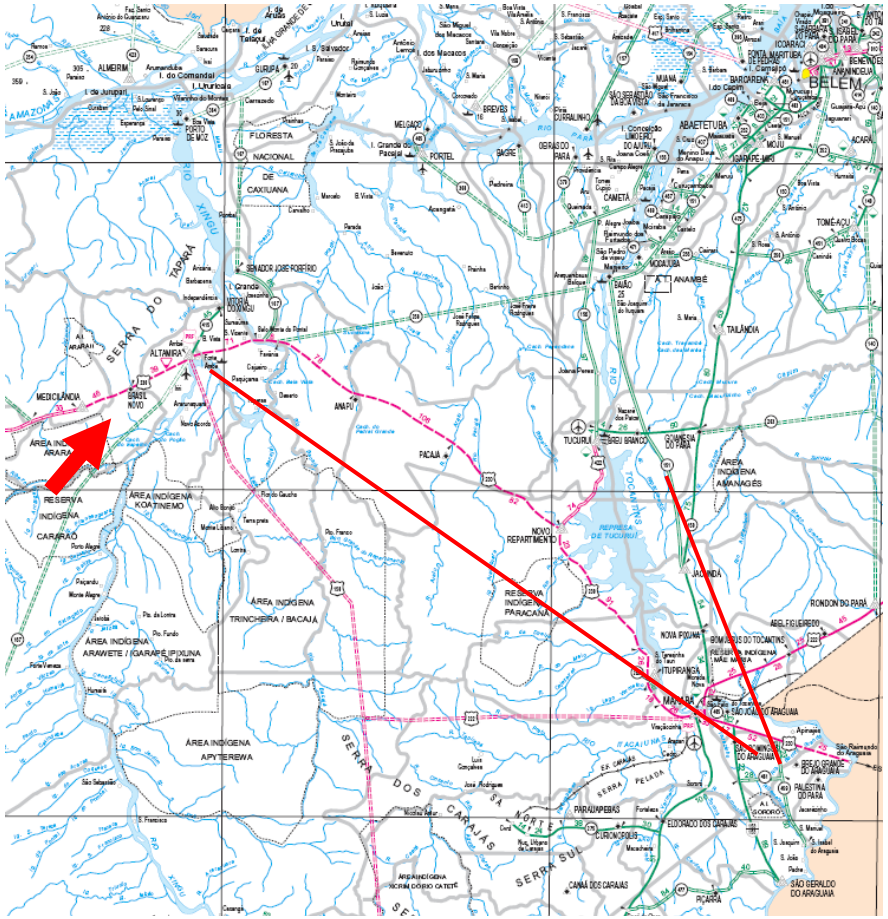
Das cidades inseridas na Área Diretamente Impactada pela implantação da UHE Belo Monte, Altamira, por ser pólo urbano regional e oferecer melhores condições de infraestrutura básica e serviços urbanos, deverá, naturalmente, abrigar grande parte da população atraída pelo empreendimento nos próximos anos. Vitória do Xingu, Brasil Novo e Anapu são as cidades mais próximas de Altamira, sendo que as duas últimas estão à margem da rodovia Transamazônica, atualmente a única via de acesso à região na qual deverá ser construída a UHE Belo Monte. Essa localização privilegiada deve levá-las a desempenhar o papel de "filtros retentores" de parte da população provavelmente atraída por esse empreendimento. Medicilândia e Pacajá poderão também reter algum contingente, mas a proximidade de Brasil Novo, em relação a Altamira, e de Anapu, em relação ao Sítio Santo Antônio, vizinho à localidade de Belo Monte e uma das frentes de trabalho previstas, permitem inferir que essas duas cidades, depois de Altamira, terão maior poder de absorção da população não diretamente envolvida nos trabalhos de construção da Usina, mas atraída pelas oportunidades de negócios decorrentes de um empreendimento dessa magnitude.

Como Brasil Novo já dispõe de infra-estrutura básica e serviços urbanos mais estruturados que Anapu, deverá representar uma das principais opções para as populações atraídas pela UHE Belo Monte. Segundo informações obtidas na Administração Municipal, já começam a haver sondagens em relação a terrenos disponíveis e condições tributárias, por parte de investidores interessados na instalação de indústrias fornecedoras de equipamentos de segurança para a construção do empreendimento. Esses segmentos de fornecedores de insumos e de prestadores de serviços para as obras têm boas possibilidades de optar por instalar-se em Brasil Novo, cidade bastante próxima das frentes de trabalho e bem mais tranqüila que Altamira.

Cabe lembrar que Brasil Novo situa-se entre Altamira e a BR 364 – Cuiabá – Santarém, importante rodovia de escoamento da produção agrícola do médio norte matogrossense. Além disso, no sudeste do estado do Pará encontram-se dois pólos regionais que podem compor, com a UHE Belo Monte, um polígono de desenvolvimento regional: Tucuruí, onde está localizada a UHE de mesmo nome, e Marabá, produtor de ferro-gusa, a partir do calcário, que vem do Tocantins, passando por São Geraldo do Araguaia (Figura 1.1).

Também é sabido que a região na qual deve ser implantada a UHE Belo Monte é rica em minérios. É legítimo supor que a disponibilidade de energia elétrica próxima a essas reservas atraia investidores para a exploração dos minérios e para a implantação de indústrias correlatas, aumentando, ainda mais, a atratividade da região e a pressão sobre as cidades aí inseridas.

Nesse contexto, Brasil Novo deve jogar um papel destacado na rede urbana a ser fortalecida na região, atraindo investidores do setor da agroindústria e da indústria, do comércio e de prestação de serviços, bem como faixas da população atraída que prefira morar em uma cidade menos agitada do que deverá ser Altamira nos próximos anos.



Fonte: DNIT – Mapas rodoviários, em www.dnit.gov.br, acesso em 14/01/2011

Figura 9.1
Pólos de desenvolvimento regional

Diante do cenário de implantação da UHE Belo Monte na região e consideradas as condições locacionais e as vantagens comparativas de Brasil Novo em relação aos municípios próximos, a **Visão de Futuro**, consensada pelos atores locais nos debates realizados para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município, ficou definida conforme o quadro a seguir.

VISÃO DE FUTURO		
Aspectos Físico-territoriais e Ambientais	01	Área rural bem desenvolvida, comparativamente à microrregião
	02	Terras produtivas bem aproveitadas
	03	Rodovia Transamazônica asfaltada e bem conservada
	04	Estradas vicinais permanentemente bem conservadas, com pavimentação na malha principal
	05	Regularização fundiária das propriedades rurais e urbanas efetivada pelas instituições competentes
	06	Serviços de transporte coletivo entre vilas e a sede municipal em níveis satisfatórios
	07	Fortalecimento da estrutura urbana das vilas, mediante a implantação de escolas, postos de saúde e áreas de lazer, reduz a dependência em relação à sede municipal
	08	• Recursos naturais recuperados e protegidos passam a ser valorizados como atrativos turísticos e utilizados para o desenvolvimento do ecoturismo, • Praia Alta estruturada para eventos turísticos • Praia artificial implantada no Igarapé do Bisaco
	09	Política municipal de meio ambiente implementada
	10	Natureza preservada
	11	APPs protegidas e em avançado processo de recuperação
	12	Rios e igarapés recuperados e protegidos

	13	• Reservas legais definidas e demarcadas, com processo de recuperação em curso. • Desmatamento controlado • Fiscalização atuante • Florestas remanescentes protegidas. Projetos de reflorestamento implantados, com acompanhamento especializado e incentivo financeiro
	14	Unidades de Conservação implantadas e fiscalizadas
	15	Exploração do solo e demais recursos naturais com práticas sustentáveis
	16	Poluição das diversas atividades econômicas adequadamente controlada
	17	Solução adequada para a destinação do lixo através de Aterro Sanitário e de Reciclagem e Compostagem do Lixo
	18	População bem informada passa a assumir responsabilidades quanto à proteção ambiental
VISÃO DE FUTURO		
Aspectos Econômicos	19	Utilização racional dos recursos garante diversidade da matriz econômica e dinamiza a economia local
	20	Incorporação tecnológica pela produção agrícola lhe garante produtividade, facilitando a comercialização no mercado regional.
	21	Agricultura familiar organizada e fortalecida com a adoção de iniciativas de verticalização e da organização em associações e cooperativas.
	22	• Adoção de novos processos tecnológicos e a erradicação de zoonoses ampliam a produtividade e a competitividade da pecuária bovina. • Diversificação da pecuária, pela criação de pequenos animais e verticalização da produção.
	23	Inexistência de conflitos agrários significativos possibilita a convivência harmônica e a cooperação entre pequenas, médias e grandes propriedades.

	24	Ampliação dos programas e ações de estímulo ao setor produtivo atrai novos investidores e fortalece a economia local
	25	Melhoria da assistência técnica e do acesso ao crédito favorece o surgimento de novas micro e pequenas empresas, fortalece as pequenas propriedades rurais e amplia a agricultura familiar.
	26	Dinamização da economia favorece a instalação de agências bancárias na cidade
	27	Surgimento de indústrias de beneficiamento da produção agrícola, de frigoríficos e laticínios e de outros ramos industriais adequados à região
	28	Dinamização da economia e oportunidades de capacitação profissional favorecem o surgimento de novos postos de trabalho
	29	Ecoturismo e turismo de natureza bem desenvolvidos
	30	• Redução significativa da informalidade das atividades econômicas de comércio e prestação de serviços. Ampliação e diversificação consideráveis do comércio e prestação de serviços
	31	População mais qualificada passa a receber melhores salários
VISÃO DE FUTURO		
Aspectos Socioculturais	32	Liberdade de culto pela diversidade de organizações religiosas
	33	Diversidade cultural da população valorizada e tradições preservadas, principalmente por meio da educação
	34	Espírito de solidariedade da população valorizado favorece a participação de todos no processo de desenvolvimento
	35	Erradicação do analfabetismo para toda a população
	36	Educação Básica de qualidade na sede municipal em todas as vilas.
	37	Ampliação da rede escolar de Ensino Fundamental, pela construção de escolas com áreas adequadas para atividades de lazer, esportivas e culturais na cidade e área rural

	38	Creches implantadas em horário integral, para atendimento às crianças de 0 a 6 anos, na cidade e principais vilas
	39	Ensino Médio implantado nas principais vilas
	40	• Instalação de escolas profissionalizantes voltadas para a vocação do Município. • Ensino superior implantado • Cursos preparatórios para o ensino superior implantados
	41	Todos os professores com formação superior
	42	Profissionais da educação bem qualificados
	43	Psicólogos e assistentes sociais capacitados e atuantes para atendimento na educação,
	44	Pedagogia da Alternância fortalecida, reconhecida e respeitada reduz índices de evasão
VISÃO DE FUTURO		
Aspectos Socioculturais	45	• Erradicação do trabalho infantil. • Adoção da prática do aluno-aprendiz, conforme recomenda a legislação
	46	• Atividades socioeducativas para as crianças e adolescentes desenvolvidas nas escolas e nas diferentes comunidades • Novos programas e ações implantados
	47	Inclusão digital em todas as esferas de atuação e acessível a toda a população
	48	Sistema de saúde de qualidade, com capacidade de atendimento a toda a população
	49	Unidades de saúde hierarquizadas, equipadas e distribuídas em todo o Município oferecem atendimento de qualidade
	50	• Melhoria significativa dos serviços de atenção básica à saúde de toda a população. • Programas setoriais de saúde implantados nas áreas urbana e rural. • Possibilidade de remoção rápida de doentes graves para toda a população
	51	Profissionais da saúde bem qualificados em todos os níveis de atendimento

	52	• Ampliação das especialidades médicas para atendimento à população • Policlínica implantada
	53	Laboratórios de análise clínica e outros serviços de apoio ao diagnóstico, implantados
	54	Vigilância sanitária com cobertura e qualidade adequadas
	55	• Oportunidades de trabalho ampliadas pela diversificação econômica em evolução. • Redução do desemprego e do trabalho informal • Programas de incentivo ao adolescente e ao 1º emprego ampliados
	56	• Aumento da oferta de espaços e de atividades de cultura, esporte, entretenimento e lazer. • Casa da Cultura implantada • Valorização das tradições populares.
	57	• Serviço eficiente de prevenção e combate ao alcoolismo e consumo de drogas. • Atendimento aos dependentes do álcool e drogas funcionando satisfatoriamente. • Centro de recuperação de dependentes químicos implantado
	58	Projetos sociais de prevenção à ociosidade juvenil reduzem significativamente os índices de consumo e tráfico de drogas, prostituição e criminalidade
	59	Atendimento do Centro Municipal de Convivência de Idosos ampliado e melhorado, com criação de área esportiva
	60	Casa de Apoio à Pessoa Idosa implantada
	61	Casas de Passagem para crianças e adolescentes, para mulheres e para alcoólatras implantadas.
	62	Tranqüilidade e segurança na cidade e nas vilas
	63	Segurança Pública adequada ao tamanho do Município, com contingente qualificado e equipamentos adequados.
	64	Delegacias da Mulher e da Criança e Adolescente implantadas, com profissionais capacitados e em pleno funcionamento
	65	Efetivo policial ampliado e qualificado para atendimento a toda a população

	66	Novo cemitério implantado
VISÃO DE FUTURO		
Aspectos Urbanísticos	67	Melhoria da qualidade da configuração urbana da sede municipal e nas vilas.
	68	Sistema viário hierarquizado e tratado paisagisticamente na sede municipal
	69	Ocupações irregulares removidas e coibidas. APPs recuperadas e protegidas
	70	Ruas pavimentadas com calçadas e sinalização na sede municipal e vilas.
	71	Calçadas padronizadas e liberadas para a circulação de pedestres
	72	Arborização implantada na cidade e nas principais vilas
	73	Ciclovias implantadas na sede municipal e nas principais vilas
	74	Identificação e sinalização indicativa da nomenclatura das vias e logradouros públicos implantada
	75	Zoneamento estabelecido com definição dos usos e ocupações possíveis em cada zona urbana
	76	Abairramento definido, com delimitação cartográfica
	77	• Separação entre o trânsito local nas vias laterais e o tráfego rodoviário no trecho urbano da rodovia Transamazônica • Passarelas para travessia da rodovia implantadas
	78	Logradouros e espaços públicos com facilidade de acesso aos portadores de deficiência ou limitações de locomoção
	79	Sinalização urbana e de trânsito implantada na sede municipal e nas vilas.
	80	Redução significativa e aproveitamento dos espaços vazios urbanos
	81	Praça Geraldo Barbosa conservada e novas praças e áreas de lazer implantadas
	82	Setor Industrial implantado

	83	Espaço para grandes eventos criado na sede municipal
	84	Espaços esportivos ampliados, bem cuidados e funcionando regularmente Ginásio Poliesportivo implantado
	85	Feira Livre e Parque de Exposições funcionando regularmente, com calendário anual de eventos
	86	Sede da Prefeitura e demais edifícios institucionais bem equipados e conservados
	87	Terminal Rodoviário e Aeródromo implantados
VISÃO DE FUTURO		
Habitação, Infra-estrutura e Transporte	88	Política habitacional definida e implementada
	89	Boas condições de habitabilidade para toda a população
	90	Redução do número de domicílios por lote Oferta habitacional adequada, com a implementação da política habitacional
	91	Saneamento básico implantado em todo o Município
	92	Sistema adequado de captação, tratamento e distribuição de água para toda a população
	93	• Sistema de coleta e tratamento do esgoto implantado em toda a cidade • Sistema adequado implantado em todas as comunidades rurais
	94	• Coleta regular do lixo na cidade e comunidades rurais • Aterro sanitário em funcionamento • Coleta seletiva e reciclagem do lixo implantada • Tratamento de vasilhames de agrotóxicos implantado
	95	Rede de drenagem pluvial implantada antes da pavimentação das vias
	96	Transporte coletivo de qualidade na cidade e para ligação das comunidades rurais à sede municipal
	97	Transporte escolar adequado para todos os alunos do Município

	98	Eletrificação rural em todo o Município, com manutenção adequada
	99	Fornecimento de energia elétrica sem oscilações e cortes para a área urbana e rural com sistema de tarifas socialmente justo
	100	Ruas bem iluminadas
	101	Telefonia pública de qualidade na cidade e nas comunidades rurais
	102	Diversificação das operadoras de telefonia, com extensão dos serviços às comunidades rurais
	103	Rádio local com boa programação, atende às demandas locais
	104	• Diversidade de possibilidades de acesso à INTERNET • Navega Pará implantado Criação de núcleos de inclusão digital para a população
VISÃO DE FUTURO		
Gestão Municipal	105	Implementação de práticas de planejamento e gestão participativos possibilitam boa gestão dos recursos
	106	Administração Pública de competência e qualidade
	107	Processo de planejamento e gestão implantado exige o comprometimento dos gestores
	108	Sistema de Planejamento Municipal e Urbano implantado traz transparência para as ações do Poder Público
	109	Eficiência no atendimento ao público
	110	Administração Pública reestruturada com Secretarias Municipais de Turismo, Meio Ambiente e Cultura atuantes
	111	Procedimentos e rotinas administrativas modernizadas e eficazes
	112	Funcionários públicos bem qualificados
	113	Gestão municipal informatizada em todos os setores
	114	Gestão municipal descentralizada para as comunidades rurais

	115	Legislação urbanística e edilícia adequada permitem a análise e aprovação de projetos de parcelamento do solo e de edificações
	116	• Capacidade de fiscalização ampliada pela criação de legislação adequada, aumento e capacitação do número de fiscais. • Fiscalização integrada implantada
	117	Independência municipal com desvinculação de Altamira nos aspectos de saúde, comércio, transportes e lazer
	118	Sede adequada para os vários programas sociais, tais como CRAS, PETI, CREAS, PBF
	119	Conselhos Municipais estruturados, com sede própria e equipamentos adequados, funcionam satisfatoriamente
	120	Diminuição da dependência de transferência de recursos federais e estaduais. Aumento significativo da arrecadação própria
	121	Efetiva participação popular no processo de planejamento e gestão

10 PROPOSTA

10.1 OBJETIVO CENTRAL PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A definição da Visão de Futuro, como a situação a ser buscada no processo de desenvolvimento municipal e urbano, levou à formulação do seguinte Objetivo Central para o Desenvolvimento Municipal, assumida como responsabilidade conjunta do Poder Público e de todos os setores da sociedade organizada de Brasil Novo.

Brasil Novo afirma-se como Município empreendedor e se fortalece no cenário econômico regional por meio de:

- fortalecimento da vocação agropecuária e turística;
- diversificação e verticalização da base produtiva, tornando-a forte geradora de novas oportunidades de trabalho e de negócios;
- adequado equilíbrio na distribuição territorial das população e das atividades econômicas nas áreas urbanas e rurais;
- justa distribuição de renda;
- solidariedade e integração entre todos os seus habitantes;
- valorização da diversidade cultural;
- proteção e valorização do meio ambiente;
- crescimento urbano ordenado;
- oferta de moradia, infraestrutura básica e serviços urbanos, acessibilidade e mobilidade de qualidade para todos os cidadãos e
- promoção da equidade social.

10.2 DIRETRIZES GERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Para se alcançar a Visão de Futuro proposta e cumprir o Objetivo Central estabelecido, o processo de desenvolvimento de Brasil Novo deverá pautar-se nas seguintes diretrizes:

- O processo de planejamento e de gestão municipal e urbana, compartilhado entre o Poder Público e os diferentes atores sociais, conforme a diretriz de gestão democrática estabelecida pelo Estatuto da Cidade, deverá ser instaurado de forma a possibilitar a implementação das diretrizes, estratégias e ações contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo, entendido como o documento orientador de todo esse processo;
- As estratégias e ações, contidas neste Plano Diretor têm por objetivo o desenvolvimento sociocultural, o crescimento econômico, o respeito e proteção ao meio ambiente natural e construído e ao patrimônio cultural, a melhoria das condições urbanísticas e ambientais, a moradia digna, a recuperação e requalificação dos espaços e das edificações, a valorização dos marcos simbólicos e históricos e o estímulo à combinação das atividades econômicas, moradia, cultura e lazer, o atendimento e a proteção aos grupos vulneráveis e aos portadores de necessidades especiais, sempre orientados pelo princípio da sustentabilidade;

- A implementação das estratégias e ações deverá ser feita, sempre que possível, por meio do estabelecimento de parcerias entre os diversos atores públicos, privados e comunitários envolvidos;

- O desenvolvimento de Brasil Novo deverá ter em conta o contexto regional. Para tanto, as estratégias e ações consideram o papel do Município na região e as relações de intercomplementariedade com os Municípios próximos, objetivando o desenvolvimento integrado e sustentável de toda a região;

- Todas as propostas do Plano Diretor deverão basear-se na interpretação correta da realidade própria do Município e sua inserção regional, a fim de serem definidos e dimensionados na medida adequada da complexidade dos aspectos a serem tratados;

- O ordenamento territorial do Município deverá promover a adequada distribuição da população e das atividades econômicas no território e a integração rural-urbana; garantir o equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental; possibilitar a diversidade de usos do solo por atividades distintas e não conflitantes, observar a necessária compatibilidade entre a provisão de infraestrutura e o uso e ocupação do solo e favorecer a descentralização da gestão municipal;

- A ordenação da área urbana deverá permitir a distribuição adequada da população e das atividades econômicas, a hierarquização e articulação do sistema viário e de transportes públicos, a criação de espaços de uso público, áreas verdes e de lazer que tornem o espaço urbano aprazível e adequado à convivência entre os cidadãos;

- As atividades econômicas a serem estimuladas no Município deverão ser compatíveis com a vocação e potencialidades locais e regionais e ter capacidade de criar oportunidades de trabalho e de negócios, promovendo melhor distribuição de renda e inclusão social. Fortalecer a arrecadação municipal e a inserção do Município no processo de desenvolvimento regional;

- O desenvolvimento econômico deve ocorrer pelo estímulo à instalação de empreendimentos agropecuários, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, orientados pela vocação econômica local e regional, cujo porte ou natureza não comprometam a qualidade ambiental;

- A incorporação de avanços tecnológicos, pelas diferentes atividades econômicas, visando o aumento de produtividade e competitividade, não deve comprometer a qualidade ambiental;

- A proteção e o respeito ao meio ambiente natural e construído e ao patrimônio cultural deverão ser considerados em todas as atividades públicas e privadas exercidas no território do Município;

- A incorporação de avanços tecnológicos que possibilitem ganhos de produtividade e competitividade pelas diferentes atividades econômicas deve dar-se sem prejuízo da qualidade ambiental;

- O processo de planejamento e gestão a ser instaurado a partir da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo deverá promover o amplo debate entre o Poder Público e os diversos atores sociais,

mediante a prática do planejamento e gestão compartilhada, fundamentados em sistema de informações sistematicamente estruturadas e atualizadas para orientar a tomada de decisões, o monitoramento da execução das ações, os ajustes necessários durante o decorrer do processo e a avaliação dos resultados obtidos.

10.3 ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Estratégias representam as linhas de transformação da realidade municipal, ou seja, estabelecem a trajetória a ser percorrida pelo Município da situação atual à Visão de Futuro, tal como expressa no Objetivo Central para o Desenvolvimento Municipal. As Estratégias deverão ser implementadas por meio de **Ações,** entendidas como uma ação específica ou um conjunto de ações agrupadas em programas claramente definidos.

Para o desenvolvimento sustentável de Brasil Novo são propostas 08 Estratégias, a saber:

- Estratégia 1 – Ampliar e diversificar a matriz econômica do Município;
- Estratégia 2 – Garantir a qualidade ambiental no Município;
- Estratégia 3- Qualificar os espaços urbanos e valorizar as áreas verdes;
- Estratégia 4 – Garantir moradia digna a todos os cidadãos;
- Estratégia 5 - Universalizar o acesso à infraestrutura básica e serviços urbanos de qualidade;
- Estratégia 6 – Oferecer educação, saúde e segurança pública de qualidade a toda a população;
- Estratégia 7 – Oferecer oportunidades de acesso à cultura, esporte e lazer de qualidade a toda a população e
- Estratégia 8 - Fortalecer a gestão municipal e urbana.

Estratégia 1 – Ampliar e diversificar a matriz econômica do Município

A Estratégia de ampliação e diversificação das atividades econômicas do Município tem por finalidade:

I – a utilização racional e sustentável de todo o potencial econômico municipal;

II – a ampliação das oportunidades de trabalho e negócios para a população;

III – a geração de emprego e distribuição de renda;

IV – o incremento da receita municipal;

V – a redução da dependência municipal em relação a municípios próximos e

VI – a criação de melhores condições de vida para os cidadãos de Brasil Novo.

A Estratégia 1 é composta das seguintes Ações:

A.1.01 - Reforçar a vocação agropecuária do Município;

A.1.02 – Aproveitar o potencial turístico do Município para o desenvolvimento das modalidades de turismo de natureza, aventura e ecoturismo;

A.1.03 – Fazer gestões junto ao INCRA para a rápida regularização fundiária das terras rurais;

A.1.04 – Valorizar as pequenas propriedades e a agricultura familiar, inclusive pela verticalização da produção;

A.1.05 – Criar área para a instalação de indústrias na sede municipal, com vistas a promover a verticalização da produção;

A.1.06 – Assegurar assistência técnica aos micro e pequenos empresários e produtores rurais para melhorar a produtividade de suas atividades;

A.1.07 – Promover a ampliação do nível tecnológico das atividades rurais;

A.1.08 – Estimular a implantação de núcleo de pesquisa tecnológica para as atividades agropecuárias, visando a sua melhoria e aumento de produtividade;

A.1.09 – Promover a vacinação, o combate sistemático às zoonoses e a melhoria genética para melhorar a qualidade dos rebanhos;

A.1.10 – Estimular a criação de animais de pequeno porte;

A.1.11 – Melhorar a estrutura da Feira do Produtor para favorecer a comercialização dos produtos das pequenas propriedades;

A.1.12 – Estimular os pequenos produtores a comercializarem seus produtos na Feira do Produtor;

A.1.13 – Realizar gestões para a facilitação de crédito aos micro, pequenos e médios agricultores e empresários;

A.1.14 - Estimular e fortalecer a diversificação do comércio e serviços no Município;

A.1.15 – Estimular o estabelecimento de formas associativas de produção e comercialização;

A.1.16 – Disponibilizar informações e orientação sobre as possibilidades do Município objetivando a atração de novos empreendimentos;

A.1.17 – Orientar os proprietários de locais com potencial turístico sobre as possibilidades de desenvolvimento de turismo sustentável em suas propriedades, ampliando as alternativas de utilização de suas terras e aferição de renda;

A.1.18 – Estimular a estruturação de produtos e roteiros de turismo de natureza, aventura e de ecoturismo no Município;

A.1.19 – Atrair novos estabelecimentos de hospedagem e alimentação de qualidade, com valorização da culinária local

A.1.20 - Fomentar a formalização das atividades econômicas no Município;

A.1.21 – Promover a capacitação gerencial e operacional dos comerciantes e prestadores de serviços;

A.1.22 – Atrair para o Município instituições de capacitação profissional para elevar o nível de qualificação dos trabalhadores locais;

A.1.23 - Incentivar a criação de Arranjos Produtivos Locais;

A.1.24 – Promover gestões junto às instituições financeiras para a instalação de agências bancárias na sede municipal;

A.1.25 – Ampliar o Parque de Exposições como espaço para a realização de eventos favorecedores de negócios para os produtores;

A.1.26 – Promover gestões junto à EMBRAPA para a instalação de uma unidade experimental no Município;

A.1.27 – Estimular e orientar os agricultores para a implantação de projetos de manejo florestal, sistemas agroflorestais e silvicultura e

A.1.28 – Articular-se com os órgãos federais e estaduais para a realização do Cadastro Ambiental Rural – CAR e o Licenciamento Ambiental Rural - LAR no Município.

Estratégia 2 – Garantir a qualidade ambiental no Município

A estratégia de garantia da qualidade ambiental do Município tem por finalidade:

I- a proteção adequada dos recursos ambientais no Município;

II – a garantia do adequado equilíbrio entre a utilização racional dos recursos naturais para o desenvolvimento municipal e a proteção da qualidade ambiental;

III – a recuperação e proteção de áreas degradadas;

IV – a prevenção de danos por ocasião das cheias dos rios e igarapés e

V- a proteção dos ecossistemas existentes.

A Estratégia 2 é composta das seguintes **Ações**

A.2.01 – Estruturar e implementar a Política Municipal de Meio Ambiente;

A.2.02 - Delimitar, recuperar e proteger as Áreas de Preservação Permanente na área urbana e rural, incluída a recomposição das matas ciliares

A.2.03 – Recuperar a qualidade da água nos rios e igarapés;

A.2.04 – Identificar, caracterizar e recuperar as áreas degradadas existentes no Município;

A.2.05 – Identificar, delimitar, recuperar e preservar as reservas legais das propriedades rurais;

A.2.06 - Elaborar programas de divulgação de técnicas alternativas de preparo de solo para a redução de queimadas;

A.2.07 – Recuperar e proteger as praias, possibilitando o seu uso para o desenvolvimento do turismo sustentável;

A.2.08 – Implantar e estruturar praia artificial no Igarapé do Bisaco para utilização como área de lazer e turismo;

A.2.09 – Promover o efetivo controle sobre o desmatamento, assegurando que ele só ocorra de forma legal;

A.2.10 – Estimular e apoiar a implantação de projetos de reflorestamento nas áreas desmatadas;

A.2.11 – Estabelecer parcerias com instituições especializadas para analisar e monitorar os níveis de poluição do ar, da água e do solo e propor medidas de controle ou mitigação;

A.2.12– Estruturar e implementar sistema de controle da poluição das atividades econômicas, nas suas diversas formas;

A.2.13 – Controlar a utilização das áreas a serem utilizadas como áreas de empréstimo para a pavimentação de rodovias e outras obras, e assegurar a sua rápida recuperação;

A.2.14 – Implantar viveiro de produção de mudas de essências florestais nativas e frutíferas para recuperação de áreas degradadas;

A.2.15 – Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico municipal;

A.2.16 – Criar a Área de Proteção Ambiental – APA de Planaltina, para assegurar a preservação da caverna e cachoeira de mesmo nome e assegurar o seu valor como atrativo turístico.

A.2.17 – Estruturar e implementar política de remuneração por serviços ambientais e créditos de carbono no Município e

A.2.18 – Promover campanhas de educação e conscientização da população quanto à importância da proteção ambiental e ao papel de cada cidadão nesse processo.

Estratégia 3- Qualificar os espaços urbanos e valorizar as áreas verdes

A estratégia de qualificação dos espaços urbanos e valorização das áreas verdes têm as seguintes finalidades:

I - o disciplinamento e a qualificação das áreas urbanas;

II – a definição de zonas homogêneas de uso e dos usos e ocupações possíveis em cada uma delas;

III - a compatibilização entre o uso e a ocupação do solo e o provimento de infraestrutura e serviços urbanos;

IV- a hierarquização e sinalização do sistema viário;

V - a melhoria da circulação de pedestres e da mobilidade urbana;

VI - a implantação de mobiliário urbano adequado e

VII - o tratamento paisagístico e a criação de áreas verdes e de lazer, de forma a tornar os espaços urbanos agradáveis e funcionais.

A Estratégia 3 é composta das seguintes **Ações**:

A.3.01 - Organizar o uso e a ocupação do território municipal com base no macrozoneamento estabelecido por este Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, com clara caracterização das áreas rurais, urbanas, de proteção ambiental e de interesse especial;

A.3.02 – Definir e demarcar topograficamente o perímetro das áreas urbanas, rurais, de proteção ambiental e de interesse especial;

A.3.03 – Elaborar as Leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano e de Parcelamento do Solo Urbano, com estabelecimento das zonas homogêneas de uso e definição dos tipos de uso e ocupação permitidos em cada zona;

A.3.04 - Definir e delimitar o abairramento da sede municipal;

A.3.05 – Atualizar os Códigos de Edificações e de Posturas;

A.3.06 - Normalizar a nomenclatura das vias e demais logradouros públicos e a numeração dos imóveis urbanos, por meio da instalação de placas denominativas e indicativas, padronizadas e esteticamente projetadas;

A.3.07 – Hierarquizar o sistema viário, valorizando a circulação de pedestres e os portadores de necessidades especiais, promovendo a integração entre os bairros e favorecendo o transporte coletivo;

A.3.08 – Implantar ciclovias e ciclofaixas em toda a área urbana da sede municipal e nas principais vilas;

A.3.09 – Implantar sistemas diferenciados de pavimentação, considerando as diferentes categorias de vias, o volume de tráfego e a circulação de pedestres;

A.3.10 – Elaborar e implantar projeto de disciplinamento do tráfego no trecho urbano da rodovia Transamazônica, com clara separação entre ele e o trânsito local;

A.3.11 – Implantar passarelas de travessia de pedestres para transposição do trecho urbano da Transamazônica;

A.3.12 – Tratar o fundo de vale às margens do igarapé entre o Centro e a Cidade Alta como um parque linear que promova a integração desses bairros e ofereça oportunidades de lazer para a população;

A.3.13 – Disciplinar e fiscalizar a circulação de pedestres e veículos, com prioridade para os primeiros;

A.3.14 – Estabelecer a padronização de calçadas e o tratamento paisagístico adequado às vias e logradouros públicos;

A.3.15 – Elaborar e implantar sistema de sinalização viária e informativa dos referenciais urbanos na cidade e nas principais vilas;

A.3.16 – Implantar praças e jardins nos diferentes bairros, criando espaços de convivência, entretenimento e lazer;

A.3.17 – Arborizar as vias e praças e estimular o plantio de arbustos e árvores nos quintais, reduzindo as áreas impermeabilizadas;

A.3.18 – Criar normas para a sinalização publicitária na cidade;

A.3.19 – Promover a regularização fundiária dos terrenos urbanos;

A.3.20 – Adotar medidas para a regularização das ocupações irregulares existentes e coibir novos parcelamentos ou ocupações clandestinos;

A.3.21 – Elaborar e implantar projeto de mobiliário urbano de qualidade (bancas de revistas, telefones públicos, pontos de taxi e mototaxi, lixeiras, bancos, sanitários públicos, painéis informativos etc.)

A.3.22 – Disciplinar a instalação de mobiliário urbano nas calçadas;

A.3.23 - Definir espaços para disposição de equipamentos temporários e fiscalizar o seu uso;

A.3.24 – Implantar e manter adequadamente espaços para eventos culturais e esportivos na sede municipal;

A.3.25 – Estimular a edificação nos lotes desocupados e a redução dos espaços urbanos vazios;

A.3.26 – Promover a adequada distribuição de equipamentos institucionais, culturais, esportivos, de comércio e serviços nos diferentes bairros e principais vilas para desenvolver novas centralidades e reduzir a dependência em relação ao centro da cidade e

A.3.27 – Ampliar o cemitério e realizar estudos com vistas à implantação de um novo cemitério na sede municipal.

Estratégia 4 – Garantir moradia digna a todos os cidadãos

A estratégia de garantia à moradia digna a todos os cidadãos tem por finalidade:

I – a definição e implementação de Política Habitacional no Município;

II - o acesso à moradia de qualidade para toda a população residente em Brasil Novo, dotada de infraestrutura básica e serviços urbanos requeridos para boas condições de habitabilidade;

III- a supressão do déficit habitacional;

IV – a regularização edilícia das habitações;

V - a orientação técnica para a construção e melhoria das habitações;

VI – o reassentamento da população moradora em área de risco, quando não for possível a eliminação do risco e

VII – o estímulo ao crescimento da oferta residencial no Município.

A Estratégia 4 é composta das seguintes **Ações**

A.4.01 – Elaborar a implementar Política Municipal de Habitação, para atendimento a todos os estratos sociais;

A.4.02 – Inserir o Município no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e desenvolver planos e programas para atendimento à demanda por habitação de interesse social e de mercado popular;

A.4.03 – Implantar na Administração Municipal setor especializado para implementar a Política Municipal de Habitação;

A.4.04 – Eliminar o déficit habitacional e estabelecer condições para atender à evolução da demanda resultante do incremento populacional, mediante a definição de metas quantitativas dentro de prazos determinados;

A.4.05 – Promover gestões junto aos órgãos financiadores para facilitar o acesso ao crédito para aquisição, construção ou melhoria das habitações;

A.4.06 – Divulgar informações relativas aos programas habitacionais para toda a população;

A.4.07 – Estimular a implantação de projetos habitacionais para atendimento aos diferentes estratos sociais, favorecendo a consolidação e adensamento dos bairros existentes e possibilitando a criação de novos;

A.4.08 – Estruturar Serviço de Engenharia Pública no Município para prestar orientação técnica aos moradores, particularmente os de menor poder aquisitivo, para a melhoria de suas residências, estimulando a autocontrução orientada;

A.4.09 – Promover a substituição das habitações precárias ou em áreas de risco por outras com condições adequadas de habitabilidade e

A.4.10 – Coibir a construção de mais de um domicílio por lote, a não ser nas zonas nas quais se permita o uso para habitações coletivas e condomínios urbanos.

Estratégia 5 - Universalizar o acesso à infra-estrutura básica e serviços urbanos de qualidade

A Estratégia de universalização do acesso à infra-estrutura básica e a serviços urbanos de qualidade tem por finalidade:

I - garantir o fornecimento de energia elétrica sem oscilações ou cortes a toda a população;

II – prover a sede municipal e as comunidades rurais de iluminação pública;

III - oferecer os serviços de saneamento ambiental a toda a população;

IV - promover a adequada acessibilidade e mobilidade urbana;

V- garantir sistema público de transportes coletivos urbanos e intermunicipais, bem como de taxis e

VI - assegurar serviços eficientes de comunicação em todo o Município.

A Estratégia 5 é composta das seguintes **Ações**:

A.5.01 - Fazer gestões junto à concessionária para garantir o fornecimento regular de energia elétrica a toda a população da área urbana e rural, sem oscilações ou cortes, com sistema de tarifas socialmente justo;

A.5.02 - Melhorar a iluminação pública, estendendo-a para toda a população e diferenciando-a para destacar a hierarquização do sistema viário e a valorização de espaços de particular interesse;

A.5.03 – Melhorar o sistema de captação, implantar tratamento adequado e ampliar a distribuição de água tratada para todos os habitantes da sede municipal e principais vilas;

A.5.04 – Instalar hidrômetros nas edificações para medição, controle e cobrança adequada do consumo da água tratada;

A.5.05 – Orientar os moradores das áreas rurais quanto à forma adequada de captação e armazenamento de água, com tratamento básico;

A.5.06 – Implantar sistema de coleta e tratamento de esgoto, com lançamento adequado dos efluentes na sede municipal e principais vilas;

A.5.07 – Orientar a população rural para a construção de fossas sépticas e sumidouros, visando a melhoria das condições sanitárias;

A.5.08 – Ampliar os serviços de limpeza urbana e de coleta e tratamento do lixo para toda a sede municipal e comunidades rurais;

A.5.09 – Orientar os proprietários rurais quanto ao tratamento adequado do lixo e do vasilhame de agrotóxicos;

A.5.10 – Implantar aterro sanitário, isoladamente ou em parceria com municípios vizinhos;

A.5.11 – Implantar coleta seletiva de lixo na sede municipal e principais vilas;

A.5.12 – Implantar a reciclagem e compostagem do lixo orgânico, com aproveitamento na agricultura familiar;

A.5.13 - Instalar caixas coletoras de lixo reciclável em pontos estratégicos da cidade e das principais vilas;

A.5.14 – Promover o controle sobre a destinação final de dos resíduos sólidos hospitalares e dos resíduos químicos industriais;

A.5.15 – Implantar rede de drenagem pluvial em toda a sede urbana e principais vilas, antes da pavimentação;

A.5.16 – Fazer a manutenção sistemática da malha viária urbana e municipal;

A.5.17 – Fazer gestões junto ao DNIT para o asfaltamento e manutenção adequada da rodovia Transamazônica;

A.5.18 – Oferecer transporte coletivo de qualidade com itinerários, número de veículos e freqüência de passagem pelos pontos adequados à demanda;

A.5.19 – Estabelecer sistema de transporte público entre a sede municipal e as principais vilas, adequado à demanda;

A.5.20 – Regulamentar e fiscalizar os serviços de taxi e mototaxi;

A.5.21 - Fomentar a capacitação dos profissionais dos serviços de transportes urbanos coletivos e de taxis

A.5.22 – Implantar Terminal Rodoviário no entorno da rodovia Transamazônica e articulado com o sistema viário urbano, de forma a evitar conflitos de tráfego nas áreas residenciais;

A.5.23 – Definir espaço e promover gestões juntos aos órgãos competentes para a implantação de aeródromo na sede municipal;

A.5.24 - Promover gestões junto aos órgãos competentes para assegurar a adequada distribuição dos serviços postais a toda a população

A.5.25 – Fazer gestões junto às operadoras de telefonia para a ampliação do oferecimento de linhas telefônicas fixas e móveis a toda a população;

A.5.26 – Fazer gestões junto aos órgãos competentes para a ampliação das possibilidades de acesso à INTERNET no Município e

A.5.27 – Implantar núcleos de inclusão digital nos diferentes bairros e principais vilas para uso da população.

Estratégia 6 – Oferecer educação, saúde e segurança de qualidade

A Estratégia de oferta universal de acesso à educação e saúde de qualidade tem por finalidade:

I – a erradicação do analfabetismo para toda a população;

II - a oferta bem distribuída de equipamentos comunitários de educação e saúde;

III – o acesso a serviços de qualidade em educação nos diferentes níveis, de forma a elevar os padrões de escolaridade da população;

IV – a oferta de cursos de profissionalização nos níveis médio, tecnológico e superior, compatíveis com a vocação econômica regional;

V – a promoção da saúde preventiva e da atenção básica à saúde de toda a população;

VI – o atendimento de qualidade às demandas por tratamento ambulatorial, clínico ou cirúrgico de pequena e média complexidade para toda a população;

VII – a garantia de segurança pública adequada para toda a população e

VIII - a melhoria dos níveis de qualidade nos serviços prestados.

A Estratégia 6 é composta das seguintes **Ações**:

A.6.01- Distribuir as escolas de forma proporcional à densidade demográfica dos bairros da sede municipal e das vilas;

A.6.02 – Melhorar e manter a estrutura física das escolas, com a modernização das salas de aula e implantação de bibliotecas, laboratórios, salas de informática, auditórios, quadras esportivas e áreas de recreação;

A.6.03 – Ampliar os programas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos para a erradicação do analfabetismo no Município;

A.6.04 - Aprimorar a qualidade da educação em todos os níveis, inclusive para os portadores de necessidades educativas especiais;

A.6.05 – Implantar creches com funcionamento em horário integral para atendimento à demanda da sede municipal e principais vilas;

A.6.06 – Implantar o Ensino Médio regular nas principais vilas;

A.6.07 – Fomentar a instalação de escolas de ensino profissionalizante de nível médio e tecnológico, de forma articulada com os municípios vizinhos, com cursos compatíveis com a vocação econômica local e regional;

A.6.08 – Fazer gestões junto aos órgãos competentes para a instalação de cursos superiores no Município, adequados à realidade socioeconômica regional;

A.6.09 – Promover a formação continuada dos professores, estimulando-os a alcançarem a graduação de nível superior e de pós-graduação;

A.6.10 – Garantir qualificação adequada a todos os profissionais da educação;

A.6.11 – Implantar o serviço de atendimento psicológico e de assistência social aos alunos da rede municipal de ensino;

A.6.12 – Implantar a pedagogia da alternância nas escolas rurais do Município;

A.6.13 – Estabelecer parcerias com o setor produtivo para a obtenção de estágios para os alunos dos cursos profissionalizantes, no regime de aluno-aprendiz, conforme recomenda a legislação;

A.6.14 – Criar e implantar na rede escolar de ensino programa de atividades socioeducativas para crianças e adolescentes, como atividades extracurriculares;

A.6.15 – Combater o trabalho infantil nas suas diferentes formas;

A.6.16 – Garantir transporte escolar de qualidade para todos os alunos;

A.6.17 – Fornecer merenda regionalizada a todos os alunos, priorizando o fornecimento da matéria-prima pela agricultura familiar local;

A.6.18 – Fomentar o trabalho voluntário nas escolas e creches;

A.6.19 - Estimular a implantação de núcleos de pesquisa tecnológica voltados para a vocação econômica local e regional;

A.6.20 – Estruturar e hierarquizar a rede de saúde no Município, de acordo com a demanda populacional dos diferentes bairros da sede municipal e das vilas;

A.6.21 – Criar e implantar hospital municipal na sede do Município;

A.6.22 – Equipar adequadamente as unidades de saúde;

A.6.23 - Ampliar e distribuir adequadamente as equipes de saúde, nas diferentes especialidades, de acordo com a hierarquização da rede de Unidades de Saúde do Município;

A.6.24 – Ampliar as ações e campanhas de medicina preventiva e saúde pública;

A.6.25 – Implementar os programas setoriais em toda a rede de saúde do Município;

A.6.26 – Promover a capacitação continuada dos profissionais de saúde;

A.6.27 – Estimular a instalação de unidades clínicas e hospitalares com diferentes especialidades médicas, objetivando a ampliação da oferta de atendimento de interesse da população;

A.6.28 - Garantir o acesso gratuito da população aos medicamentos básicos e essenciais;

A.6.29 – Possibilitar a rápida remoção de pacientes graves;

A.6.30 – Fortalecer as ações de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;

A.6.31 – Fomentar a instalação de serviços de apoio ao diagnóstico;

A.6.32 – Ampliar e aperfeiçoar o atendimento aos idosos;

A.6.33 – Implantar a Casa de Apoio ao Idoso;

A.6.34 - Garantir a manutenção permanente dos estabelecimentos e equipamentos de saúde;

A.6.35 – Implantar serviço de atendimento especializado aos dependentes de álcool e drogas;

A.6.36 – Implantar Centro de Recuperação de dependentes químicos;

A.6.37 – Implantar Centro Psiquiátrico para pessoas com distúrbio mental;

A.6.38 – Fazer gestões junto ao governo estadual para a estruturação dos serviços de segurança pública adequados ao tamanho do Município, com contingente qualificado e equipamentos adequados;

A.6.39 – Instalar postos policiais nos diferentes bairros da sede municipal e nas principais vilas;

A.6.40 – Promover a estruturação de serviços eficientes de prevenção e combate ao alcoolismo e ao consumo e tráfico de drogas;

A.6.41 – Fomentar a implantação de Casa de Passagem para crianças e adolescentes, para mulheres e para alcoólatras e

A.6.42– Promover gestões junto aos órgãos competentes para a instalação de Delegacias da Mulher e da Criança e Adolescente.

Estratégia 7 –Oferecer oportunidades de acesso à cultura, esporte e lazer de qualidade a toda a população

A Estratégia de oferta de oportunidades de acesso à cultura, esporte e lazer de qualidade para a população tem por finalidade:

I – a ampliação das atividades culturais, esportivas e de lazer para todos;

II – a adequada distribuição de equipamentos culturais, esportivos e de lazer na sede municipal e comunidades rurais;

III – a promoção de eventos culturais e esportivos e

IV – o apoio a atletas, artesãos e artistas locais.

A Estratégia 7 é composta das seguintes **Ações**:

A.7.01 – Definir e implementar políticas setoriais para a cultura, esporte e lazer;

A.7.02 - Recuperar as dependências e espaços esportivos existentes e criar mecanismos para a manutenção dos mesmos;

A.7.03 – Ampliar o número de equipamentos culturais e esportivos e criar mecanismos para sua manutenção sistemática;

A.7.04 – Implantar Ginásio Poliesportivo na sede municipal e quadras poliesportivas nos bairros e nas vilas;

A.7.05 – Criar espaços públicos de lazer para a população na sede municipal e vilas;

A.7.06 – Implantar Casa da Cultura, com espaços para eventos teatrais, de dança, exposições e apresentações folclóricas;

A.7.07 - Fomentar o desenvolvimento das práticas esportivas e de lazer para todas as idades;

A.7.08 – Estimular as atividades esportivas e culturais nas escolas e os torneios interescolares;

A.7.09 – Construir sede própria para a biblioteca pública municipal e promover a atualização bianual do acervo bibliográfico;

A.7.10 – Estimular os artistas, artesãos e atletas locais nas suas atividades;

A.7.11 – Ampliar e aperfeiçoar as atividades do Centro Municipal de Convivência para atendimento a diferentes grupos sociais;

A.7.12 – Resgatar, registrar e divulgar as tradições culturais populares locais e regionais e

A.7.13 – Criar e divulgar calendário anual de eventos culturais e esportivos

Estratégia 8 - Fortalecer a gestão municipal e urbana

A Estratégia de fortalecimento da gestão municipal e urbana tem por finalidade:

I – a ampliação da capacidade de planejamento e gestão da Administração Municipal;

II – a implementação e monitoramento das diretrizes, estratégias e ações do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;

III – a promoção da ampla participação da população no processo decisório;

IV – o fomento à participação da iniciativa privada em projetos de desenvolvimento municipal e urbano;

V – o aumento da capacidade de articulação intermunicipal e com as demais esferas de governo e

VI – o incremento das parcerias entre o Poder Público e os demais atores sociais envolvidos com o desenvolvimento municipal e urbano.

A Estratégia 8 é composta das seguintes **Ações**:

A.8.01 – Ampliar e fortalecer a capacidade de planejamento e gestão municipal;

A.8.02 – Implementar o Sistema de Planejamento e Gestão proposto pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;

A.8.03 – Adequar a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal ao Sistema de Planejamento e Gestão proposto, incluindo as áreas de turismo, meio ambiente e cultura;

A.8.04 – Modernizar a Administração Municipal, mediante a reorganização interna, a redefinição de atribuições, a articulação entre as diferentes áreas, o aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas e a prática do monitoramento das ações e avaliação dos resultados;

A.8.05 – Promover a capacitação continuada das equipes da Administração Municipal;

A.8.06 – Estruturar e manter atualizado o Sistema de Informações Municipais;

A.8.07 – Aumentar a capacidade de fiscalização da Administração Municipal nas diferentes áreas, mediante a ampliação do número de fiscais e sua capacitação continuada;

A.8.08 – Implantar a fiscalização integrada no Município, com isonomia e transparência;

A.8.09 – Criar postos de atendimento integrado ao cidadão nas principais vilas;

A.8.10 – Informatizar as atividades da gestão municipal;

A.8.11 – Racionalizar o número e atuação dos Conselhos Municipais, revendo as atribuições de cada um;

A.8.12 – Estruturar sede adequada para o funcionamento dos vários programas sociais e dos Conselhos Municipais;

A.8.13 – Ampliar e modernizar as frotas de veículos e de patrulhas mecanizadas do Município para adequá-las às necessidades dos serviços a serem desenvolvidos;

A.8.14 – Fazer gestões junto aos órgãos competentes para a construção do Fórum Municipal e para ampliação e modernização da Delegacia;

A.8.15 – Ampliar a arrecadação do Município por meio da criação de Cadastros Técnicos do Sistema de Informações Municipais e sistemas que possibilitem a cobrança justa de impostos e taxas;

A.8.16 – Promover a efetiva participação da população no processo de planejamento e gestão municipal e urbana;

A.8.17 - Promover parcerias intermunicipais para a implementação de ações de interesse comum;

A.8.18 - Promover a divulgação, de forma transparente, das ações e programas da Administração Municipal;

A. 8.19 – Possibilitar o acesso às informações do Sistema de Informações Municipais a todos os cidadãos e

A.8.20 – Implantar sistemática de prestação de contas semestral à população das ações, arrecadação e gastos da Administração Municipal direta e indireta.

10.4 Ordenamento Territorial

10.4.1 Macrozoneamento Municipal

O macrozoneamento visa ordenar o território do Município, dividindo-o em grandes áreas integradas, denominadas **macrozonas**, para favorecer o planejamento e a implementação adequada do Objetivo Central, das estratégias e ações constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo.

Ficam definidas as seguintes Macrozonas para o município de Brasil Novo

- Macrozona Urbana (MU);
- Macrozona de Interesse Ambiental e Turístico (MT)
- Macrozona de Terra Indígena (MI)
- Macrozona Rural (MR);

A Macrozona Urbana, constituída pela sede municipal, concentra as funções da cidade e tem como objetivo a melhor utilização dos equipamentos urbanos instalados, bem como o ordenamento do processo de expansão urbana, compatibilizando a criação de novas áreas à capacidade de atendimento por parte da infra-estrutura básica, dos serviços urbanos e dos equipamentos comunitários.

Na Macrozona Urbana serão permitidos os seguintes usos: residencial; comercial e de serviços; institucional; de equipamentos comunitários, de transportes, comunicação, saneamento, energia e administração; instalações industriais, silos e armazéns; e atividades especiais que demandam grandes áreas e impliquem em grande concentração de pessoas ou veículos, exigindo preservação e controles específicos.

A Macrozona de Interesse Ambiental e Turístico compreende áreas de significativo valor ambiental e paisagístico e forte potencial para o turismo de aventura, de natureza e o ecoturismo, nas quais se situam a Cachoeira e Caverna Planaltina. Esta Macrozona deve ser transformada em uma Área de Proteção Ambiental - APA, nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e os seus usos deverão ser regulados pelo Plano de Manejo dessa UC.

É estabelecida como Macrozona de Terra Indígena a área do território municipal correspondente à Terra Indígena Arara, já homologada e compartilhada com os municípios de Altamira, Medicilândia e Uruarái.

A Macrozona Rural é constituída pelas áreas restantes do Município, não consideradas nas macrozonas anteriormente mencionadas, e admitem atividades agropecuárias, extrativistas, de pesca, agroindustriais e turísticas.

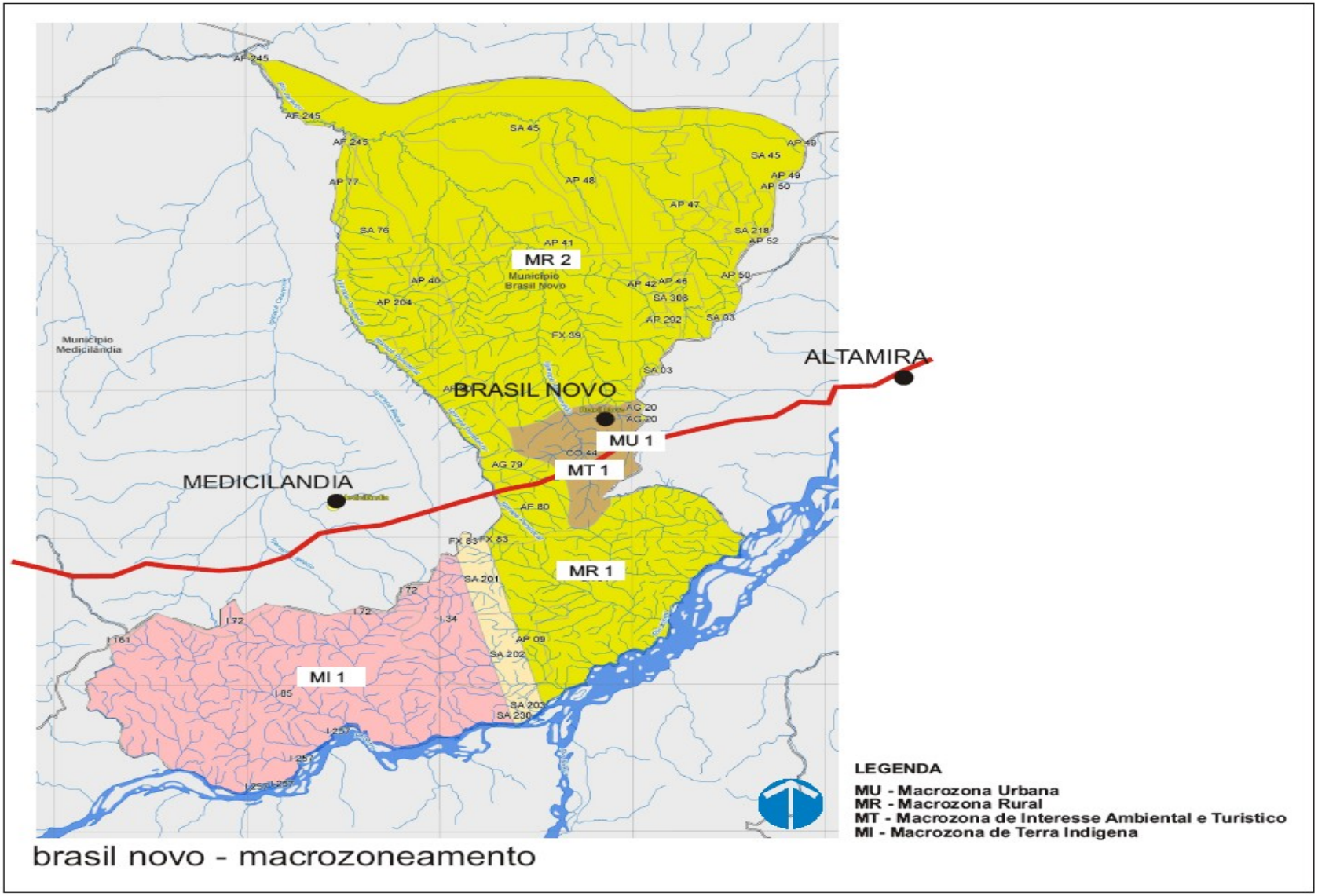


Figura 10.4.1.1
Macrozoneamento

10.4.2 Cidade Desejada

A proposta urbanística para o desenvolvimento da sede do Município de Brasil Novo foi pautada pelas premissas definidas nas linhas estratégicas e nos planos de ação propostos e debatidos nas oficinas participativas de elaboração do Plano Diretor.

A qualificação do espaço urbano e sua integração com as áreas futuras a serem ocupadas com o crescimento da cidade deverão, como definido nas oficinas de trabalho, ser orientados pelo necessário respeito ao meio ambiente.

É fundamental o entendimento das condições físicas da área onde está implantada a área urbana, as condições de utilização dos espaços ocupados e as condicionantes para seu crescimento e os cuidados a serem observados na ocupação de novas áreas.

Brasil Novo é uma cidade, do ponto de vista de sua estrutura e configuração urbana, bastante organizada. É necessário valorizar essa condição e aproveitar a potencialidade de sua implantação, tirando proveito e utilizando positivamente o potencial, inclusive, das áreas de proteção de seu entorno.

As propostas urbanísticas para a sede municipal estão contempladas nos desenhos 10.4.2.1, 10.4.2.2 e 10.4.2.3 e é descrita nos tópicos a seguir com breve contextualização da situação atual para fundamentação das propostas.

Preservação das áreas de interesse ambiental

A área urbana da sede está localizada dos dois lados da BR 230 – Rodovia Transamazônica, a 40 km de Altamira para oeste rumo a Urará. O terreno, no trecho de toda a implantação inicial, ao norte, é em um *plateau* e se estende assim a até 1,2 km da rodovia para norte e 0,8 km para o sul. Isto favoreceu o crescimento em uma malha ortogonal, embora de quadras irregulares, seguindo a morfologia utilizada na agrovila inicial.

A proposta de zoneamento de usos da área urbana atual busca em um primeiro momento definir as Áreas e Preservação Permanente – APP conforme determina a Lei Federal n° 4.771, que institui o Código Florestal, em faixa marginal de 30 metros para os Igarapés que limitam o *plateau* e as áreas de grande declividade que acompanham os vales desses igarapés.

Nas faixas marginais dos igarapés, bem como em sítios de matas ainda preservadas e pequenas áreas alagáveis é proposta a criação de Áreas Verdes. Estas áreas deverão ser mantidas e preservadas e ainda poderão ser tratadas de forma a criar áreas de recreação e lazer para o convívio integrado da população com o meio-ambiente.

Assim às faixas de preservação previstas em lei foram incorporadas as matas naturais remanescentes ao longo desses cursos d'água e das encostas, de grande declividade ao norte e ao sul. Salienta-se que algumas nascentes desses cursos d'água estão dentro de áreas urbanizadas.

Qualificação da estrutura urbana para estruturar a expansão da área urbana

No trecho ao norte da rodovia onde se localiza o centro urbano, que se formou na área da agrovila inicial, estão localizados um expressivo conjunto de equipamentos

públicos, desde a Avenida Castelo Branco até a praça e entorno da Avenida Perimetral Leste e Rua do Comércio. Toda esta área é bem servida de infraestrutura e tratamento paisagístico e rapidamente se transforma com a implantação de edifícios de até três pavimentos com comércio no térreo e habitações nos pavimentos superiores.

Propõe-se para esta área a reformulação e redimensionamento do sistema viário, com o máximo aproveitamento da arborização e do mobiliário urbano existente.

Nesta região se localizam a prefeitura, a câmara municipal, o hospital, secretarias municipais, a igreja, a feira e escritórios de órgãos estaduais e federais. Propõe-se nas quadras que se localizam no setor o aumento do potencial de utilização pára permitir edificações até três ou quatro pavimentos de forma a intensificar e consolidar o seu uso.

A Avenida Castelo Branco, e as principais vias transversais a ela: Rua do Comércio, Travessa 28 de Abril e as avenidas Presidente Médici e Perimetral Leste deverão compor o conjunto viário estrutural da cidade e principais interligações com as novas áreas de ocupação.

Ocupação e Aproveitamento dos Vazios Urbanos

A definição das áreas para abrigar a população urbana futura de Brasil Novo considera primeiro, o adensamento da cidade por intermédio da ocupação de lotes vazios em áreas já servidas de alguma infra-estrutura e o aproveitamento das áreas disponíveis dentro do perímetro da cidade, principalmente em toda a região ao sul da rodovia, em novos loteamentos em implantação e ao norte, consolidando a implantação da cidade alta.

Tendo como base as áreas consolidadas e em consolidação se observa três vetores principais de expansão urbana, sendo:

- a sudoeste, em área recém implantada de loteamento e nas áreas de uso rural entre esse e o loteamento existente onde se encontra a área do parque de exposições;
- a oeste da área central, nas áreas disponíveis, hoje ocupadas por pastagens e
- ao norte, ultrapassando o igarapé e ocupando as áreas da cidade alta, preservando os trechos de maior declividade.

Essas áreas, como indicadas na proposta do perímetro urbano, em conjunto com o adensamento através da ocupação dos vazios urbanos, possibilitam um acréscimo que pode mais que duplicar a população da sede.

Parte do trecho ao sul e ao longo da rodovia, que vem sendo ocupado hoje por comércio e serviços pode, em conjunto com instalações já existentes serem ocupados como um setor industrial e de serviços.

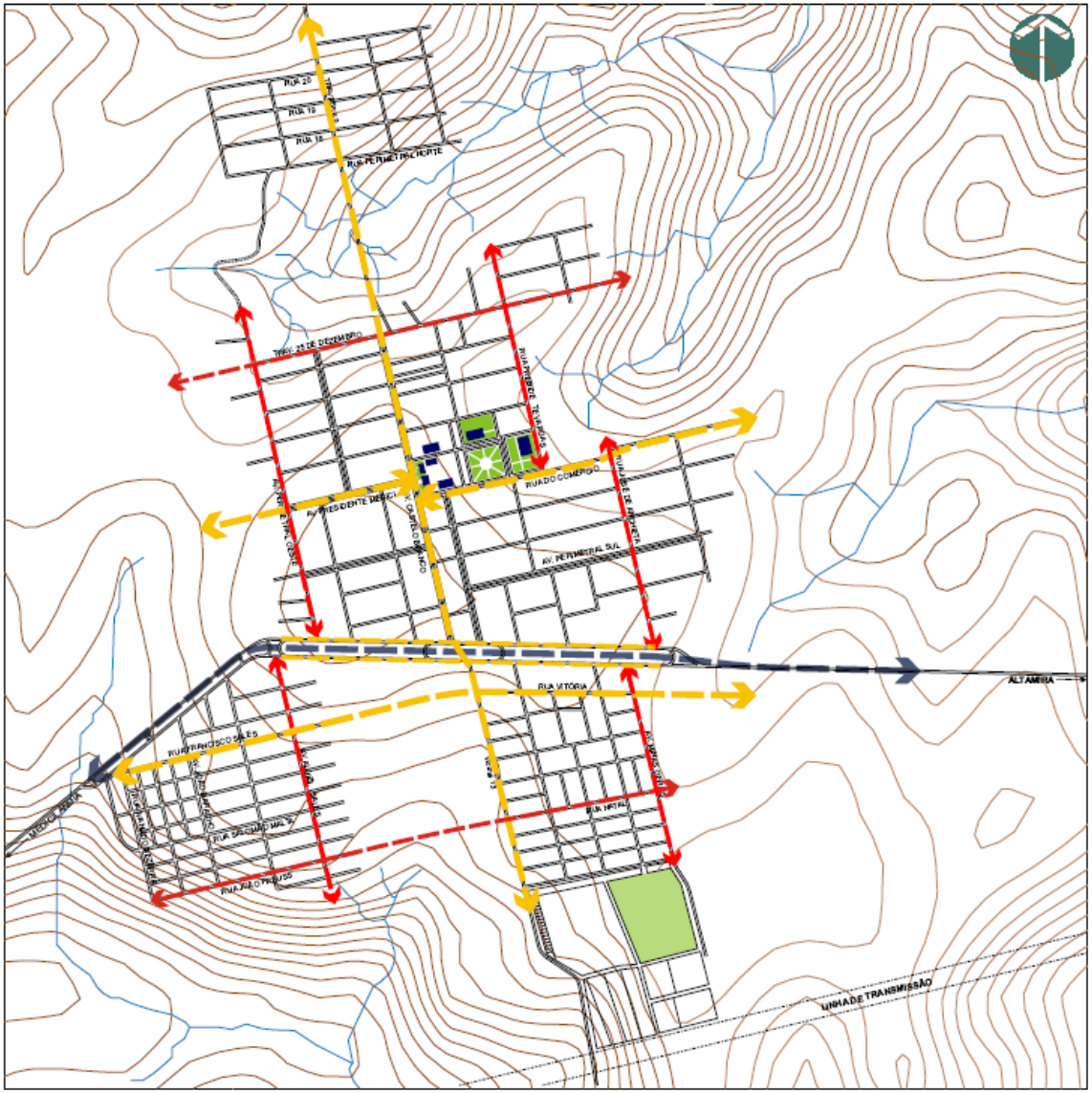
Não se recomenda a ultrapassagem do vale do Igarapé ao sul, visto que é grande a faixa de solos hidromórficos e alagadiços que acompanha o curso d'água em toda a sua extensão e sua ultrapassagem atravessa áreas de grande declividade.

brasil novo

HIERARQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO

Hierarquia das Vias Urbanas

- VIA ARTERIAL - RODOVIA
- VIAS ARTERIAIS
- VIAS COLETORAS
- VIAS LOCAIS



ESCALA

0 100 200 300 400 500 1000 m

Figura 10.4.2.1

brasil novo

PERÍMETRO URBANO E USO DO SOLO

LEGENDA

- 01 Área Central - Uso Misto com até 4 pavimentos
- 02 Uso Misto - Comércio/Serviços Ligados à Rodovia
- 03 Área de Uso Residencial
- 04 Área de Uso Misto Industria/Comércio/Serviços
- 05 Área Paisagístico Ambiental 1
- Perímetro Urbano
- Consolidação/Implantação de Áreas de Lazer

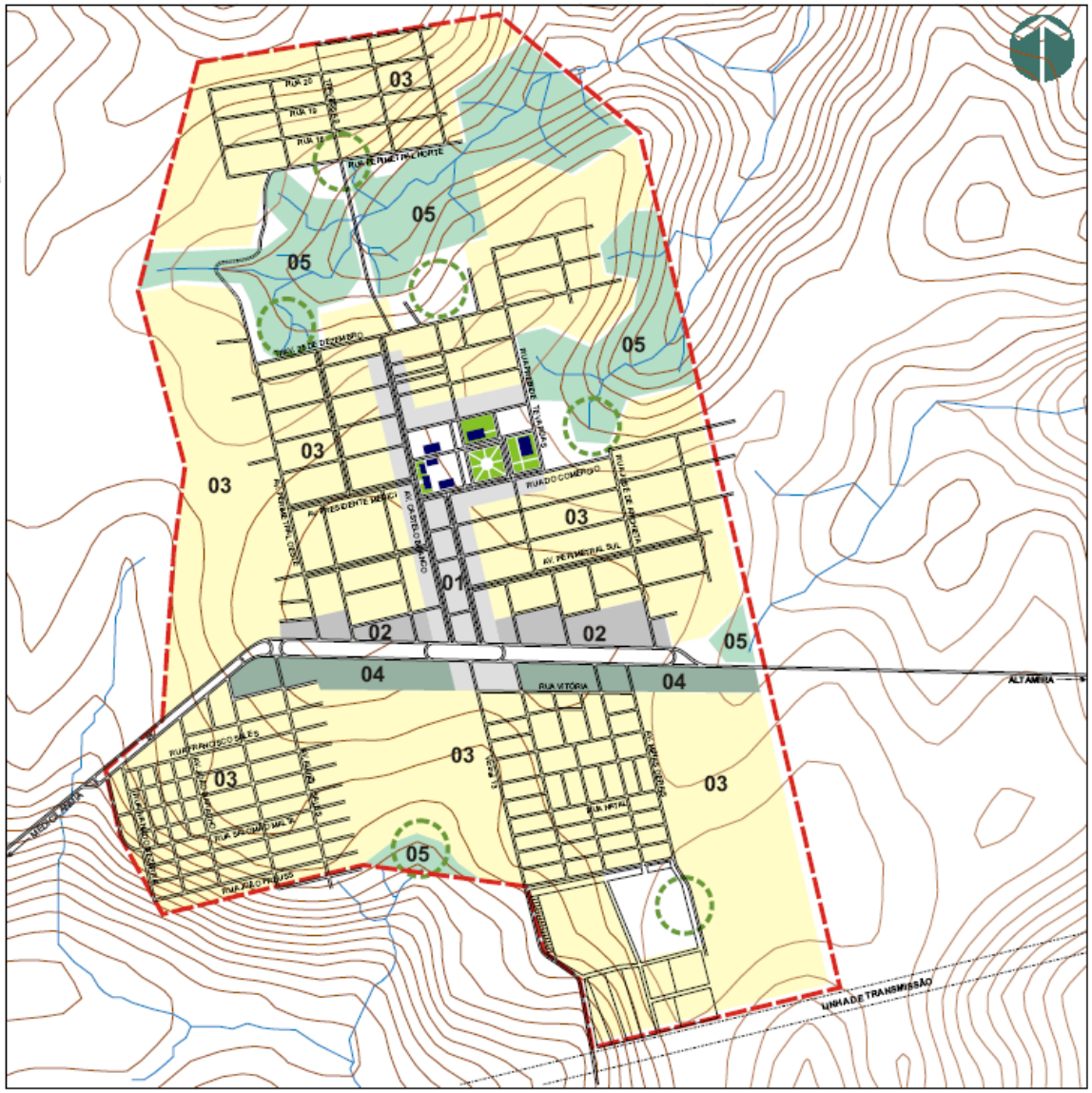


Figura 10.4.2.2

ESCALA

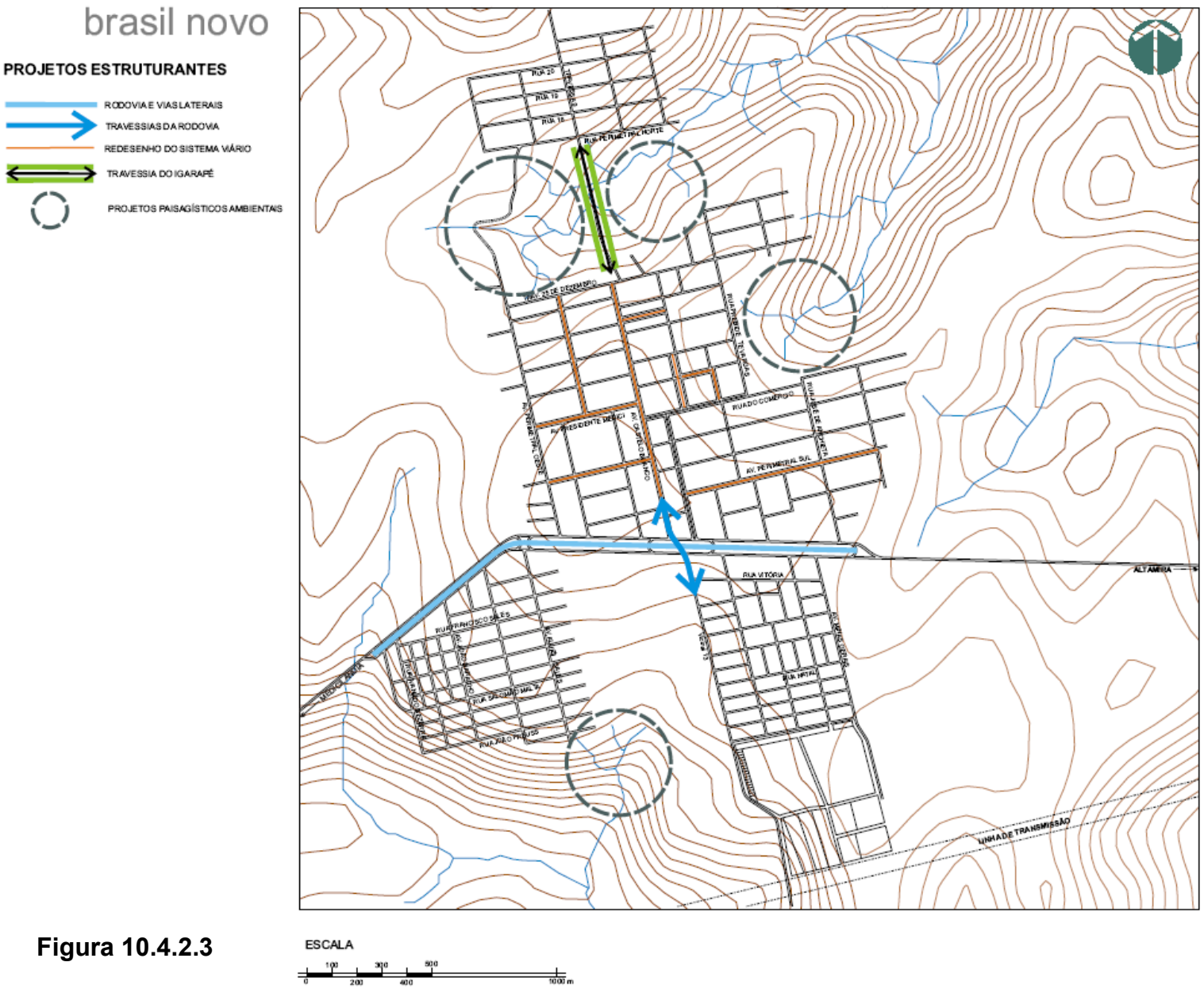


Figura 10.4.2.3

10.4.3 Sistema Viário

Hierarquização do Sistema Viário

A Hierarquização do Sistema Viário tem por objetivo estabelecer as diversas categorias de vias para que estas sejam adequadas às suas funções. Para a cidade de Brasil Novo são propostas três categorias de vias, assim definidas:

- vias Arteriais, cuja função é atender o tráfego direto e em percurso contínuo, ao mesmo tempo em que agregam os maiores volumes de tráfego da cidade. Nesta categoria se enquadram a Av. Castelo Branco, a Av. Presidente Médici, a Rua do Comércio e as vias laterais à rodovia BR 230;
- vias Coletoras, cuja função é de coletar e distribuir o tráfego entre as diversas partes da cidade, fazendo conexão entre a via arterial e as vias locais. Desta categoria fazem parte, no trecho norte: a Av. Perimetral Oeste, as ruas Presidente Vargas e José de Anchieta, a Trav. 25 de Dezembro e no trecho sul: as avenidas Minas Gerais e Aluizio Sales e as ruas Francisco Sales e João Preuss e
- vias Locais, cuja função é atender ao acesso local dos diversos lotes da malha urbana. Estas vias agregam baixos volumes de tráfego e o tráfego de passagem deve ser desencorajado. Nesta categoria se incluem as diversas vias internas dos bairros que compõe a malha urbana da cidade.

Para a realidade de Brasil Novo, assim como de toda a região, é importante tratar e incentivar as ciclovias. A função das ciclovias é atender ao uso exclusivo de ciclistas, e se justifica quando o volume de tráfego de veículos motorizados e de bicicletas põe em risco a segurança do ciclista.

É grande a utilização de bicicletas para transporte de adultos e crianças em Brasil Novo e, no mínimo, nos estudos para reestruturação das vias com faixas de domínio mais generosas deverá ser projetada uma faixa exclusiva para ciclistas.

Cabe ainda ressaltar, que as calçadas para circulação de pedestres fazem parte da via urbana, e deverão ser implantadas de acordo com os critérios estabelecidos na Lei de Parcelamento do Solo Urbano e na NBR 9050/2004, no que se refere aos acessos para deficientes físicos e pessoas com dificuldade de locomoção.

Recomenda-se também que todo tratamento viário venha acompanhado de infra-estruturas de drenagem, de urbanização e, sobretudo, de tratamento paisagístico, prevendo-se o plantio de árvores que proporcionam sombra, visando assim à efetiva qualificação dos espaços urbanos da cidade.

10.4.4 Diretrizes para o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano

Os parcelamentos do solo urbano deverão respeitar a legislação federal e estadual existente, as diretrizes urbanísticas definidas para a macrozona urbana, registradas neste Plano Diretor, e as determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e da Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Os parcelamentos ainda não registrados deverão adequar-se a esta legislação para se regularizarem. Todo

parcelamento novo ou ainda não regularizado terá que ser aprovado pela Prefeitura Municipal.

A Macrozona Urbana divide-se em zonas homogêneas de uso, estabelecidas de acordo com as demandas de proteção ambiental e paisagística, os interesses de ocupação dos vazios urbanos, a otimização da infraestrutura básica e dos equipamentos urbanos e comunitários instalados e as necessidades de oferta de moradia e de áreas para atividades produtivas, de lazer, entretenimento e esporte.

O uso e ocupação do solo na macrozona urbana devem respeitar as seguintes diretrizes:

- consolidação de zonas homogêneas de uso, do ponto de vista de configuração espacial;
- respeito aos condicionantes ambientais para a ocupação do solo;
- distribuição dos níveis de adensamento e funções dos espaços urbanos;
- integração da trama urbana;
- condições de circulação de pessoas, veículos e mercadorias.

A delimitação das zonas homogêneas de uso deve levar respeitar os índices urbanísticos de ocupação e aproveitamento dos terrenos, estabelecidos em lei específica de regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, objetivando consolidação urbana, o equilíbrio na distribuição espacial dos níveis de adensamento e das distintas funções da cidade e à criação de boas condições de circulação de pessoas, veículos e mercadorias na sede municipal.

10.4.5 Projetos Estruturantes

São propostos para Brasil Novo três projetos que foram considerados estruturantes e iniciadores das ações que poderão iniciar a requalificação dos espaços urbanos da sede municipal.

- Reprojetar as vias laterais à Rodovia Transamazônica em toda a área urbana, de forma a estabelecer a diferenciação entre estas e a rodovia e propor seu tratamento com características urbanas. No mesmo projeto, desenhá-las descontínuas e eleger os acessos à rodovia de forma organizada e hierarquizada. Estabelecer os usos possíveis ao longo de seu percurso estabelecendo incentivos para uma utilização segura, mista de comercial e equipamentos públicos. A rodovia, deverá permanecer isolada para o tráfego direto e de passagem mas, controlada em toda a área urbana.
- Projetar a travessia do vale do Igarapé situado ao norte, entre a área urbana atual e a cidade alta e incentivar e regulamentar sua utilização de forma a preservar a APP e valorizá-la para usos de lazer, contemplação e cultural.
- Realizar projeto piloto de boas práticas de acessibilidade urbana voltado para pedestres, biciclos e veículos automotores na área central, seguindo esta ordem de importância. No mesmo projeto iniciar os caminhos e regras para a hierarquização do sistema viário proposta.

11 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL E URBANA

A efetividade do processo de planejamento e gestão ocorre na direta medida em que os atores econômicos, sociais e político-institucionais, responsáveis pelo desenvolvimento municipal e urbano, envolvam-se com esse processo, que deve ser contínuo e efetivo em todos os níveis da Administração. O planejamento é uma reflexão que precede a tomada de decisão, ou seja, tem a finalidade de antever o futuro e definir rumos para o desenvolvimento, estabelecendo o objetivo central para o desenvolvimento municipal e urbano e programando as medidas para o seu alcance.

O Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que possibilita a criação das condições de implementação do processo de desenvolvimento sustentável para o Município e seus núcleos urbanos. Este Sistema objetiva a:

- coordenação das ações dos setores público e privado e da sociedade organizada;
- integração das diferentes ações, com os respectivos projetos e atividades, destinados a implementar as diretrizes e estratégias de desenvolvimento municipal, assim como o ordenamento territorial e urbano do Município e
- modernização e dinamização da ação governamental.

O Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana corresponde a uma seqüência contínua e permanente de atividades que se repetem periodicamente, para verificação objetiva da realidade, monitoramento das ações, ajustes e correção de rumos e avaliação dos resultados alcançados.

A implementação desse Sistema exige:

- instrumentos adequados de planejamento, nos diferentes níveis decisórios;
- estrutura organizacional específica;
- sistema de informações estruturado e permanentemente atualizado;
- mecanismos de monitoramento das ações e avaliação dos resultados e impactos e
- participação popular efetiva.

11.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana

São vários os instrumentos de planejamento e gestão municipal e urbana. O primeiro deles é o Plano Diretor, definido na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, como o *instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana*. É o Plano Diretor que estabelece, no nível macro, os rumos do desenvolvimento e expansão urbana e define as estratégias e as ações para seu alcance.

O processo de planejamento e gestão iniciado com o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo implica, pelo menos, dois desdobramentos distintos:

- requer uma legislação urbanística, edilícia, ambiental e outros instrumentos capazes de fazer cumprir as suas determinações e

- demanda a incorporação das ações propostas ao Plano Plurianual – PPA, formulado para um quadriênio, com possibilidades de ajustes e correções das formulações iniciais, a cada ano. Necessita, ainda, do detalhamento de ações e investimentos anuais nas Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO e do Orçamento Anual – LOA.

Somente a partir da LOA é que poderão ser elaborados os projetos e desenvolvidas as ações específicas de responsabilidade do Município. Fica, portanto, claro que apenas com a continuidade do processo, a partir da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo, as suas propostas poderão efetivar-se e produzir os resultados esperados.

O diagrama, a seguir, ilustra a vinculação entre os instrumentos resultantes do desdobramento do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo, para a implementação do processo de planejamento visando o desenvolvimento e expansão urbana do Município.

Cabe salientar que a elaboração dos planos, programas e dos instrumentos indicados é de competência privativa da Administração Municipal, devendo todos os anteprojetos de lei ser encaminhados à aprovação pela Câmara de Vereadores. A execução é de responsabilidade do Poder Executivo, cabendo à Câmara Municipal fiscalizar o cumprimento da legislação aprovada.

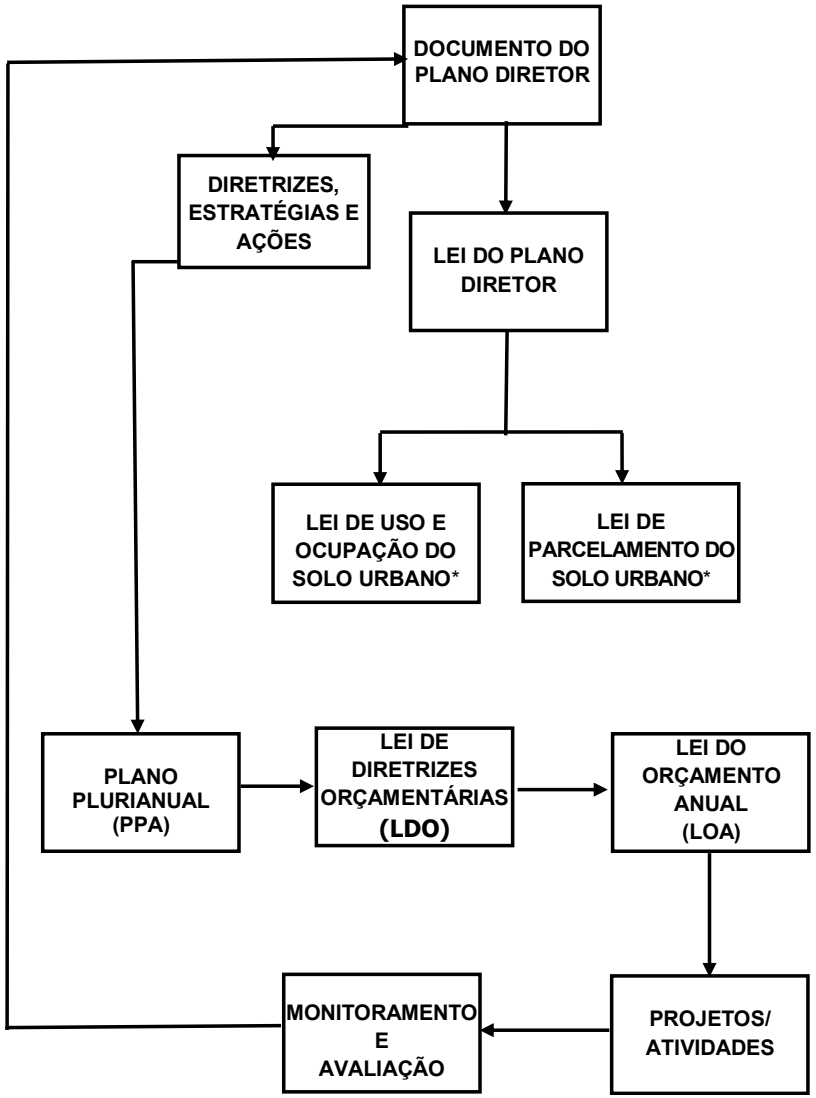


Figura 11.1.1
Fluxograma do Processo de Planejamento Municipal

11.2 Estrutura Organizacional

A implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo, como instrumento orientador da política de desenvolvimento municipal e urbana, requer uma estrutura com níveis decisórios distintos, com um núcleo executivo de *staff* ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Essa estrutura deverá ser organizada de forma a se responsabilizar pela articulação entre as diferentes esferas do Poder Público e aglutinar os diversos atores responsáveis pelo futuro do Município, fomentando a participação dos cidadãos nos processos decisórios, a fim de garantir a implementação das estratégias propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo. Tal estrutura deve ser composta do **Conselho de Desenvolvimento Municipal** e de um **Órgão Central de Planejamento**, além dos **Órgãos Executores** das diferentes ações.

- **Conselho de Desenvolvimento Municipal**

Deve ser composto, paritariamente, por representantes da sociedade civil organizada, do setor privado e do Poder Público, com competência para deliberar, no âmbito do Poder Executivo, quanto aos processos de elaboração e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo, e das ações propostas pelo Plano Plurianual e pela Lei do Orçamento Anual, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal. Cabe a ele, ainda, a apreciação final do monitoramento do processo, da avaliação dos resultados e das propostas de ajustes e correções necessários ao alcance dos objetivos estabelecidos.

- **Órgão Central de Planejamento**

A Secretaria Municipal de Planejamento, estruturada como órgão de *staff* ao Gabinete do Prefeito, independentemente das suas atribuições atuais, deve ser **o órgão central de planejamento**, responsável pela elaboração, promoção e monitoramento da execução dos planos e programas setoriais, projetos e atividades necessários à implementação da política de desenvolvimento, bem como pelo ordenamento territorial e urbano do Município. Para tanto, deve dispor de mecanismos institucionais de coordenação de projetos, gerenciamento das atividades e avaliação dos resultados.

Caberá a ela desenvolver, entre outras, quatro atividades básicas:

- coordenar as ações dos diversos organismos da estrutura administrativa municipal e promover a articulação da Administração Municipal com os setores privado e comunitário no concernente à implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo;
- indicar as ações a serem incorporados ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei do Orçamento Anual (LOA);
- acompanhar e monitorar a implementação das estratégias e ações, utilizando-se de um conjunto de indicadores e procedimentos para a verificação da evolução do processo e aferição dos resultados, de forma a permitir a tomada de decisões quanto a correções de rumo e avaliação de resultados e impactos e
- estruturar, manter e operar um Sistema de Informações Municipais voltado para o planejamento e gestão, que inclua um Cadastro Técnico Multifinalitário.

Para cumprir suas atribuições como órgão central de planejamento, a Secretaria Municipal de Planejamento pode ser apoiada por consultores especializados e deve contar com os serviços de uma equipe de comunicação capaz de criar canais permanentes de divulgação das informações, de forma a motivar a participação social no processo de desenvolvimento proposto por este Plano Diretor.

- **Órgãos Executores**

Completam a estrutura organizacional do Sistema de Planejamento e Gestão.como órgãos executores, as Secretarias, Conselhos Municipais e demais organismos diretamente responsáveis pelo detalhamento dos programas e projetos e pela execução das ações necessárias para a viabilização das estratégias propostas por este Plano Diretor.

10.3. Sistema de Informações Municipais

O Sistema de Informações Municipais é formado por um conjunto de dados e informações sobre a população do Município, o território municipal e as relações de uma com o outro, para subsidiar e apoiar o Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana na tomada de decisões nos diferentes níveis da atuação municipal e para possibilitar a ação operativa dos organismos diretamente responsáveis pela execução das ações.

O Sistema de Informações Municipais deve produzir dados e informações diferenciados, com graus distintos de agregação e detalhamento e em tempos específicos para os diversos níveis de planejamento e gestão, Da mesma forma, tal Sistema deve definir indicadores para o monitoramento e avaliação da implementação das propostas por este Plano Diretor, podendo tais indicadores ser diferenciados para cada instância de decisão, em cada campo de atuação.

O Sistema de Informações Municipais é necessário para a implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana e para o detalhamento das ações a serem promovidas pelos atores governamentais e não governamentais. Deve ter normas e definir padrões de entrada e saída de dados, a fim garantir o fluxo e a compatibilidade das informações entre os diversos integrantes do Sistema.

- **Organismos participantes**

A Secretaria de Planejamento, como órgão central de planejamento do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana, deve ser a responsável pela estruturação, implantação e permanente atualização do Sistema, a funcionar de modo distribuído, em rede, dentro da filosofia cliente/servidor[1] e/ou Internet. Participam deste Sistema todos os setores da Administração Municipal direta e indireta e as entidades públicas e privadas responsáveis por ações setoriais do desenvolvimento municipal e urbano. Todos eles produzem dados alimentadores do Sistema de Informações Municipais.

Cada órgão integrante e alimentador do Sistema de Informações Municipais deve ser responsável pela confiabilidade dos dados e informações fornecidos, bem como pela agilidade, qualidade e periodicidade dos mesmos. Entretanto, apenas a Secretaria de Planejamento, como

[1] Filosofia de trabalho integrado em rede, no qual o servidor é encarregado do atendimento de certas tarefas e o cliente, com capacidade de processamento próprio, acessa o servidor.

gestora do Sistema, terá a incumbência de tratar os dados e informações recebidos dos diferentes órgãos alimentadores, incluí-los no Sistema e atualizar as bases de dados.

Além disso, todos os cidadãos, isolada ou coletivamente, deverão ter direito ao acesso às informações disponíveis no Sistema.

- **Estruturação e topologia**

O Sistema deve ser estruturado de forma aberta e dinâmica, organizando-se em bases de dados de duas naturezas distintas:

a) **alfanuméricas** (não-gráficas), contendo textos e tabelas que descrevem, quantitativa e/ou qualitativamente, as diversas características físico-territoriais, ambientais, socioculturais, econômicas, urbanísticas e institucionais do Município e

b) **gráficas,** contendo dados e informações passíveis de representação sob a forma de mapas, plantas, gráficos etc.

O acesso a tais informações deve ser possível sob a forma alfanumérica ou gráfica, separadamente, ou combinando as duas formas.

Por envolver vultosos volumes de dados e informações, de naturezas distintas, o Sistema de Informações Municipais deve utilizar a tecnologia de Sistemas de Informações Geográficas - SIG, baseado em tecnologia de geoprocessamento, a fim de possibilitar o tratamento integrado e eficaz das informações coletadas e armazenadas.

O Sistema de Informações Municipais deve ser produtor de dados e informações, mas não cabe a ele responsabilizar-se pela análise das informações armazenadas. Essa tarefa compete aos usuários do Sistema, de acordo com suas áreas de atuação e necessidades particulares.

- **Conteúdo básico e informações produzidas**

Minimamente, o Sistema de Informações Municipais deve conter dados e informações sobre os seguintes aspectos da dinâmica municipal e urbana:

- aspectos demográficos;
- áreas de preservação permanente (APP), ambientalmente protegidas (UC), ambientalmente frágeis e áreas de risco;
- recursos naturais;
- uso e a ocupação do solo;
- sistema viário de veículos e pedestres, mobilidade e acessibilidade;
- habitação, equipamentos urbanos e comunitários;
- infra-estrutura básica e serviços urbanos;
- atividades econômicas e mercado de trabalho;
- saúde pública;
- educação e cultura;

- esportes e lazer;
- justiça e segurança pública;
- informações cartográficas do Município e de seus núcleos urbanos;
- informações de natureza imobiliária, tributária e patrimonial;
- organização social e
- gestão.

Devem ser estruturados diferentes níveis e maneiras de organização e divulgação das informações, com flexibilidade para atender aos diferentes graus de agregação e detalhamento e à periodicidade requerida pelos vários níveis decisórios do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana. É preciso, ainda, estabelecer formas de atendimento às demandas individuais ou coletivas dos cidadãos.

11.3 Mecanismos de Monitoramento e Avaliação

Os mecanismos de monitoramento e avaliação do processo de planejamento e gestão serão definidos mediante a construção e/ou seleção de indicadores, estruturados com base nos dados do Sistema de Informações Municipais, para observação da realidade local em diferentes períodos e verificação da ocorrência, ou não, das mudanças pretendidas.

A verificação de tais mudanças exige observações antes e durante o desenvolvimento do processo, com eventuais ajustes e correções durante o curso das ações, e logo após o término das ações programadas, para avaliação dos resultados. Exige, ainda, observações algum tempo depois das ações concluídas, para medir os impactos resultantes de sua execução.

Os mecanismos, indicadores e intervalos temporais do monitoramento e avaliação devem ser definidos em função dos objetivos específicos de cada ação ou estratégia a que ela corresponda.

12 PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

A gestão democrática é uma das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, e deve ser entendida como um processo participativo por meio do qual Poder Público, setor privado e sociedade civil estabelecem um pacto social, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável do Município.

O processo de planejamento e gestão iniciado com a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Brasil Novo exigirá a continuidade das discussões e debates em torno das diretrizes e estratégias estabelecidas, a definição de prioridades, a busca de alternativas de atendimento às peculiaridades locais e o estabelecimento das formas de participação e controle social.

Exigirá, ainda, o estabelecimento de parcerias com as demais esferas de governo, com os setores privado e comunitário, a fim de maximizar a capacidade executora das ações propostos visando o desenvolvimento sustentável para o Município.

ANTEPROJETOS DE LEI